

3ª edição

# A Prostituição e a Lisboa Boémia

do século XIX a inícios do século XX

José Machado Pais



# A Prostituição e a Lisboa Boémia

Do século XIX a inícios do século XX

José Machado Pais

3ª edição

## **FICHA TÉCNICA**

A Prostituição e a Lisboa Boémia: do século XIX a inícios do século  
José Machado Pais

© 2016 / José Machado Pais/ Edições Machado  
Todos os direitos reservados.

Autor: José Machado Pais  
Contato: machado.pais@gmail.com

Capa do livro (imagem): “Fado” de Mário Eloy, Lisboa, 1935  
Agradecemos a Maria do Pilar Pereira Azevedo a autorização para utilizar esta gravura.  
O autor agradece também à Biblioteca Nacional e ao Arquivo Fotográfico de Lisboa as  
facilidades concedidas para a reprodução das ilustrações integradas neste livro  
Correção, Revisão: Eda Lyra

1ª edição: © 1985, José Machado Pais  
2ª edição: © 2008, Ambar  
3ª edição: © GD Publishing Ltd. & Co KG, Berlin

ISBN: 9783960285946

Este eBook, incluindo as suas partes, é protegido por *Copyright*© e não pode ser  
reproduzido, revendido ou doado sem a permissão do autor

## JOSÉ MACHADO PAIS

Cientista social, é Investigador Coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Professor Catedrático Convidado do ISCTE. Professor Visitante em várias universidades europeias e sul-americanas. Foi consultor da Comunidade Europeia e do Conselho da Europa em questões de Juventude, Vice-Presidente do Youth Directorate do Conselho da Europa, coordenador do Observatório Permanente da Juventude Portuguesa, do Observatório das Atividades Culturais, Diretor da Imprensa de Ciências Sociais e da Análise Social. De entre os seus livros destacam-se: Artes de Amar da Burguesia; Culturas Juvenis; Sousa Martins e suas Memórias Sociais; Consciência Histórica e Identidade: os jovens portugueses num contexto Europeu; Sociologia da Vida Quotidiana; Ganchos, Tachos e Biscates: jovens, trabalho e futuro; Nos rastros da solidão: deambulações sociológicas; Lufa-lufa Quotidiana: ensaios sobre cidade, cultura e vida urbana; Sexualidade e Afetos Juvenis; Enredos Sexuais, Tradição e Mudança: as mães, os zecas e as sedutoras de além-mar.

## ÍNDICE

Prefácio	5
Introdução	13
ELEMENTOS PARA UMA SOCIOLOGIA DO BORDEL	24
A PROSTITUIÇÃO, O PODER E A MORAL PÚBLICA NO SÉCULO XIX EM PORTUGAL	32
A LISBOA BOÉMIA	53
1. Fadistas e baiucas*	56
2. Fadistas e aristocratas	61
2.1. Nas tabernas	64
2.2. Nas esperas de touros	68
2.3. Do marialvismo fadistola à aristocratização do fado	72
COSTUMES E MUDANÇA NA PROSTITUIÇÃO	82
1. Proxenetas	85
2. Chulos	90
3. Prostitutas	93
3.1. Origem e condição social das prostitutas	93
3.2. Esboço de uma estratificação das prostitutas	106
3.2.1. Usos e padrões de comportamento	106
3.2.2. Preços	116
3.2.3. Área habitacional	118
3.2.4. Zonas de giro	121
3.2.5. Clientela	126
À LAIA DE CONCLUSÃO	140
BIBLIOGRAFIA	158

# Prefácio

Mais de trinta anos passaram sobre a primeira edição deste livro. Revendo as provas desta nova edição, assaltam-me sentimentos contraditórios que gostaria de compartilhar com o leitor. É um livro que me é muito querido, já que foi o primeiro que dei à estampa, só eu sei com que dificuldades, matraqueando com impetuosidade desesperada as barulhentas teclas da máquina de escrever, sem culpa alguma do meu emperrado estilo de escrita.

Entretanto, nos últimos anos, alguns colegas, amigos e desconhecidos solicitavam-me fotocópias do livro, pois não o achavam nas livrarias; a editora tinha sumido. Foi esta persistente procura que me levou a aceitar a ideia da nova edição que agora chega às mãos do leitor, tanto mais que as insistentes buscas do livro por cibernautas, na minha página pessoal, me deixavam desconcertado. Só mais tarde vim a descobrir – por via da chamada *keyword analysys* – que, por razões pouco louváveis, no livro tropeçavam acidentalmente navegadores do *Google*, por accionamento de palavras como «prostitutas de Lisboa», «zonas de prostituição em Lisboa», «diversão e boémia», «preços de putas», «chulos» e por aí fora.

Desfaçam-se desde já equívocos, o livro assume-se como um estudo sério sobre o fenómeno da prostituição e da Lisboa boémia do século XIX a inícios do século XX. Aliás, a problemática que o norteia é de natureza essencialmente sociológica: em que medida os *submundos* de uma sociedade permitirão chegar a um melhor entendimento das suas estruturas? Na verdade, arribei ao mundo da prostituição por mero acaso. Andava, na altura, a pesquisar a natureza do regime saído do golpe militar de 1926. Fascismo ou outra coisa qualquer? Naturalmente que fui levado a analisar as teorias mais em voga sobre a contenda. Muitas delas associavam as ditaduras de entre Guerras ao desenvolvimento repentino e assimétrico do capitalismo. Era grande a polémica entre os historiadores portugueses sobre o assunto. Uns defendiam a tese do desenvolvimento do capitalismo em Portugal na alvorada do século XX, outros negavam-na, contrapondo a essencialidade rural do país. As parcas e discutíveis estatísticas económicas da época não eram completamente esclarecedoras.

Nos percursos tradicionais da investigação historiográfica é predominante a tendência para se descobrir o que se busca em terrenos onde as descobertas se encontram mais facilitadas. Por isso, fraseando Collingwood, quando um historiador descobre o que ocorreu sabe já porque ocorreu. Onde melhor poderia encontrar indícios do desenvolvimento do capitalismo em Portugal? Não seria difícil descobrir a pólvora onde ela se produz: bastaria seguir os itinerários biográficos de alguns possantes industriais portugueses para concluir sobre a existência de capitalismo em Portugal. Ou então avançar para o recenseamento de importantes núcleos de desenvolvimento fabril, nomeadamente em Lisboa (Alcântara) ou arredores (Barreiro ou Vila Franca e Xira). O alcance dessas descobertas não autorizaria, contudo, o abuso de apressadas generalizações. Por isso segui outra estratégia de investigação partindo do princípio de que a amplitude de alguns fenómenos se vê melhor em regiões periféricas à do seu epicentro.

A partir do momento em que descobri que a Lisboa boémia da primeira metade do século XIX era um espaço socialmente fechado sobre si mesmo, isto é, pouco aberto relativamente ao meio social circundante, surgiu-me a interrogação: que forças sociais terão levado a que, posteriormente, com o virar do século, as fronteiras que separam a Lisboa *boémia* da Lisboa *respeitável* se começassem a esbater, a ponto de os padrões de comportamento de figuras típicas da antiga Lisboa boémia (fadistas, prostitutas, chulos e proxenetas) se terem transformado? A resposta achei-a no desenvolvimento das relações capitalistas que a partir do último quartel do século XIX se começaram a sentir no recôndito de alguns submundos da cidade de Lisboa. Ou seja, a análise sociológica da boémia é sobretudo relevante ao sinalizar as estruturas e correntes socioculturais que dão guarida aos submundos da marginalidade – os quais, deste modo, podem ser tomados como uma escala de análise estratégica de processos económicos e sociais de natureza mais vasta.

Esta concepção sociológica, e também histórica, virada para o quotidiano de gente ordinária – prostitutas, fadistas, proxenetas, chulos, marialvas, marinheiros, etc. – não implica uma desvalorização das temporalidades de longa duração, nem a desconsideração das estruturas sociais, muito pelo contrário. O que o presente estudo sugere é que as mudanças ocorridas na Lisboa boémia constituem um bom instrumento de avaliação relativamente à amplitude de outras mudanças que, a nível mais geral, abalaram a estrutura da sociedade portuguesa, a finais do século XIX. Por outro lado, a investigação realizada mostra o pleno sentido de uma História «vista de baixo», resgatando as experiências e vivências das massas populares.

No presente livrinho tive ainda ensejo de ensaiar uma metodologia de investigação que viria a orientar grande parte das pesquisas que posteriormente desenvolvi. Trata-se de uma metodologia que privilegia os enigmas do social, alimentando uma inquietação sociológica dirigida à decifração dos mesmos, numa lógica de descoberta. Qual o enigma com que me confrontei no estudo da prostituição e da Lisboa boémia? O do surgimento, a meados do século XIX, de projectos de regulamentação da prostituição propostos por burgueses conservadores e moralistas. Não compreendia porque razão defendiam eles, tão veementemente, a legalização da prostituição, ao admitirem a sua regulamentação com a criação de casas de toleradas.

Ciente de que os enigmas podem ser usados como instrumentos reveladores e clarificadores da realidade, comecei então a juntar peças de informação de um possível *puzzle* de decifração. Até meados do século XIX, o espaço público encontrava-se segregado segundo o género de quem o frequentava. O estatuto de *homem público* era atribuído a quem gozava de prestígio social, ou seja, a quem fosse merecedor de um reconhecimento público. Em contrapartida, *mulher pública* era a designação que se dava à prostituta, precisamente porque circulava num domínio masculino, com propósitos fáceis de adivinhar. Quer isto dizer que à mulher virtuosa estava consagrado o espaço doméstico, era em casa que devia ficar, quanto muito tinha permissão para tomar chá em casa de amigas ou frequentar cultos religiosos. Por essa mesma razão, vim depois a descobrir numa outra pesquisa sobre os rituais de galantaria nos meios burgueses do século XIX (*Artes de Amar da Burguesia*, Imprensa de Ciências Sociais) que as igrejas eram palco dos mais ardilosos jogos de sedução.

Em meados do século XIX, contudo, as modas parisienses invadem a capital e as senhoras burguesas, naturalmente, não querem perder a oportunidade de estar ao corrente das mais chiques novidades importadas. O Chiado e, mais tarde, o *Passeio Público*, constituíam o centro das atenções. Mirones deambulavam pela cidade, na ânsia de vislumbrar um tornozelo, uma curva acentuada por um corpete, perdidos na excitação provocada pela observação de atractivos corpos femininos que difundiam um estilo de vida burguês, influenciado pelas modas parisienses. No entanto, quando a mulher burguesa começa a circular pelo espaço público da cidade, até aí território das mulheres verdadeiramente públicas (as prostitutas), os circunspectos esposos das respeitáveis burguesas deitam as mãos à cabeça perante uma incómoda ameaça. E se as suas mulheres fossem confundidas com as outras, as públicas? É então, como veremos, que os legisladores da época (poder público) passam à acção, tomando medidas para impor ordem no caos, isto é, para que as suas respeitáveis mulheres não

se confundissem com as prostitutas. E o que fazem? Regulamentar a prostituição. As mulheres públicas (e impudicas) deveriam ser *guetizadas*, nas *margens* do tecido urbano; quanto muito poderiam ser toleradas, em casas para o efeito assim mesmo designadas, de modo a que as respeitáveis burguesas, as novas mulheres públicas (e supostamente pudicas) se pudessem passear sem se confundirem com aquelas outras.

Acantonadas nos bairros boémios da capital viviam já aquelas que eram designadas por *mulheres do fado*, muitas delas prostitutas. Mas as fadistas não eram propriamente reclusas dos tascos de fado. Elas circulavam pela cidade e pelos seus arrabaldes, nas *esperas de touros*, passeios pelas *hortas* ou em outras festanças boémias. Dois principais aspectos caracterizavam o ambiente de fadistagem: a confusão do ambiente e a fusão sociabilística entre os seus participantes. Por um lado, a arte de manipulação das cordas de guitarra estendia-se aos golpes de navalha, amante predilecta do fadista. Quando faltava a navalha, as proezas eram à paulada ou ao pontapé. As próprias fadistas, prostitutas, não deixavam de manejar a navalha com mestria. A «Barbuda», mãe da Severa, era bem conhecida por ser uma mulher de «faca na liga, cabelinho na venta e língua de prata». A taberna impunha-se pelo vinho, petisqueiras, chinfrim, em suma: confusão. A outra característica da boémia lisboeta era uma convivência espontânea, não estratificada, entre segmentos populacionais heterogéneos: fadistas, prostitutas, poetas, jornalistas, boleeiros, marinheiros, marialvas, aristocratas, etc. Um traço comum os aproximava: o fado e a boémia.

O que veremos é que, para finais do século XIX, dá-se um movimento de aburguesamento do fado. O salão rivaliza com a baiuca, o piano com a guitarra. Com o virar do século, algumas personagens populares das vielas típicas de Lisboa tinham desaparecido: o aguadeiro, o homem do azeite doce, o pitrolino, a vendedeira da favarica. Mas os fadistas rufias e as guitarras pífiyas resistiam, nos velho tascos, às tentativas de aburguesamento do fado que começava a ser tocado em salões chiques e acompanhado ao piano por uma elite até então distante da cultura popular e bairrista. Havia mesmo dois partidos do fado – o *fado dos salões* e o das *tabernas* – que se apoiavam em movimentos de adeptos organizados: o *Grémio Artístico Amigos do Fado* e o *Grupo Solidariedade Propagadores do Fado*. Numa fase inicial, os moralistas do regime tomaram naturalmente partido daqueles que viam no fado um entretenimento de vagabundos, boémios, degenerados. E logo em plena ditadura militar (1927) deitaram mão de regulamentação que determinava a obrigatoriedade de posse de *carteira profissional* para se actuar em público, ao mesmo tempo que se proibiam os fados nocturnos em defesa dos «cidadãos pacíficos e laboriosos, frequentemente

acordados a altas horas por vozes roucas e avinhadas». Estas medidas tornaram a vida difícil aos fadistas boémios que vadiavam pelas tascas e retiros da capital (*Quebra Bilhas, Perna de Pau* ou *Ezequiel do Dafundo*) e que cantavam o *fado a atirar* – insolências rimadas com copos de vinho e banzas que, episodicamente, se desconjuntavam com ruído nas costas dos faias. Com a *profissionalização do fado* amordaçavam-se as vozes roucas e avinhadas dos rufias, reivindicando-se a figura do fadista «honesto» e «trabalhador», embora não se impedisse que os operários cantassem o fado, desde que o ensaiassem na oficina, ao «som do martelo» ou ao «raspar da polaina», de preferência assobiado.

O fado sente-se então perseguido e, depois da meia-noite, no ambiente de tasca que o viu nascer, é tocado baixinho, de portas fechadas, clandestinamente. Alguns fadistas de «gema» haveriam de abraçar o profissionalismo, mas isso não os impedia de sussurrarem o que lhes ia na «alma» – um sentimento de perseguição: «*Já não se ouvem lindos temas / Na rua do fado Menor / A guitarra traz algemas / O Fado foi p'ró major*» (alusão ao major Moura que, no período da ditadura militar, era o terror dos fadistas). Quando um fadista era preso, alguns jornais aproveitavam para lançar provocadores epígrafes ou remosques («um fadista a contas com a polícia» ou «a guitarra foi para o *pinho*») contra intérpretes de um género musical que consideravam decadente, de serralho, fatalista e lascivo.

Os mais puritanos ideólogos do Estado Novo não poupam esforços para achincalhar o *fado*. O ultranacionalista *Diário Nacional* lança, em 1934, uma campanha contra «O Fado, relicto nacional». Dois anos mais tarde, Luís Moita dedica à *Mocidade Portuguesa* o afrontoso livro que publica sob o título *O Fado, Canção dos Vencidos*, produto de um ciclo de palestras dadas na Emissora Nacional alguns anos antes (1929), contra a «miséria moral e musical do fado» – canto de «criminais», chorosa e aiada «elegia de taberna, cárcere e alcouce».

É nesta efervescência ideológica que o fado, para poder sobreviver, acaba aparentemente por se subjugar ao regime, e é também nessa luta de sobrevivência que se consolida o mito do *fado* como símbolo da identidade nacional. De manifestação de «margem» o fado torna-se bandeira de um regime, de uma nação. Os próprios defensores do fado boémio recorrem a argumentos patrióticos para a defesa do «velho fado». Por exemplo, quando se discute o perigo de os vigores da raça se dissolverem no vinho, na imprensa afecta à causa do fado (principalmente na *Guitarra de Portugal* e na *Canção do Sul*) escarneciam-se os jovens pálidos e dengues que se entregavam ao capilé, chocolate e leite («*dá-me um cope de leite com cacau*»...) numa atitude

antipatriótica, por agravarem a crise vinícola («*bebam vinho, para dar de comer a um milhão de portugueses!*»).

No correr do tempo, contudo, o fado não deixou de, amarguradamente, cantar o seu próprio fado, reavivando as suas origens, a sua sina, o seu destino. Este sentimento persistente de ligação a um passado boémio haveria de levar o fado *castiço* ou *vadio* a demarcar-se do fado *profissional* ou *turístico*, mas também este acabaria por reivindicar as suas velhas ambiências de alfurjas e prostíbulos («*Velha tendinha / és o templo da Pinguinha / os dois bancos, da gimbrinha / da boémia e do pifão*», *Fado da Tendinha*, cantado por Hermínia). A romantizada invocação da tradição deu profundidade e respeitabilidade histórica ao mito do fado boémio, como suporte de uma memória colectiva. Mas essa é outra história...

*José Machado Pais*



# Introdução

Se é certo que a prostituição se converteu, desde há muito tempo, num tema de preocupação para moralistas, ideólogos ou, simplesmente, filantropos, é igualmente verdade que nunca conseguiu despertar um número importante de estudos sérios e minuciosos a seu respeito. Existirão motivos fortes para que tal suceda? É possível que sim. A principiar pelo tabu que quase sempre envolveu o tema e que se traduz na ausência de fontes documentais suficientes em número e qualidade, directas de procedência, exactas de conteúdo – sobretudo no que se refere ao passado mais longínquo. A bibliografia disponível é mais ou menos romântica ou folclórica e, sobretudo, dispersa em literatura de cordel ou romances de algibeira. As estatísticas são escassas ou deficientes. Carecemos, por exemplo, de informações sobre o número de prostitutas, sua situação social, seus testemunhos directos.

Tendo em conta estas e outras dificuldades, longínqua ficou a pretensão de desenvolver o estudo exaustivo que sobre o tema desejaríamos levar a efeito. Mas também é certo que todas essas dificuldades nos animaram a avançar com entusiasmo por estes terrenos desconhecidos da *marginalidade*. Os primeiros resultados de investigação apareceram resumidos numa comunicação apresentada num Colóquio organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais (posteriormente transformado em Instituto de Ciências Sociais) sobre «A Formação de Portugal Contemporâneo» e que decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, em Dezembro de 1981<sup>1</sup>.

Diversas pessoas me incentivaram, então, a aprofundar os resultados parciais da investigação até aí desenvolvida. Foram encorajadores os estímulos recebidos de Adérito Sedas Nunes e Jaime Reis, sem esquecer o entusiasmado impulso de Francisco Bêlard, que dedicou um suplemento integral do semanário *Expresso* ao assunto. Umas amenas e fugidias cavaqueiras com meu amigo Manuel Villaverde Cabral, num ou noutro apressado almoço, permitiram-me ajustar o queixo à palma da mão, ajudando-me a repensar pistas de investigação

---

<sup>1</sup>. José Machado Pais, «A Prostituição na Lisboa Boémia dos Inícios do Século XX» *Análise Social*, vol. XIX n.os 77-78-79, 1983, pp. 939-960.

e a descobrir outras e, finalmente, animei-me a desenvolver o trabalho que agora aparece condensado neste livrinho que, passe o atrevimento, se apresenta como um *desafio* e uma *aposta*.

Um desafio em relação àqueles que, por considerarem a prostituição uma resultante de factores exclusivamente biológicos e psicológicos, intrínsecos ao carácter da prostituta, esquecem a sua dimensão social. É que a prostituição, para além de constituir um fenómeno social – e por isso mesmo susceptível de merecer o interesse de uma atenta leitura sociológica –, é, sem lugar a exageros, uma verdadeira *instituição* – acossando a relativa estabilidade que monopoliza as relações sexuais «legítimas»: a monogamia. Com efeito, a prostituição repousa numa organização que se apoia nos mais diversos elementos estruturais: o instinto gregário, a desconfiança, o artifício, as credices, o *trottoir*, o bordel, os códigos linguísticos, etc.

Mas, dizíamos atrás, este livro apresenta-se também como uma aposta. Uma aposta de natureza essencialmente epistemológica, no sentido de provar que é possível fazer uma leitura da sociedade e dos seus processos de transformação através da consideração dos seus espaços sociais mais fechados e marginais e, *ipso facto*, construir, a partir da marginalidade (social e espacialmente determinada), um novo paradigma de discurso sociológico. De facto, as visões holísticas do social referem-se a complexos de uma realidade cuja estrutura é muito mais complicada do que à primeira vista parece. Essas visões holísticas deixam muitas vezes na penumbra os «submundos» sociais cujos aspectos nos parecem ser, não raras vezes, relevantes para a compreensão das mais significativas transformações sociais. Com isto não pretendemos contrapor à sociologia estruturalista uma sociologia exclusivamente virada para os submundos sociais. Não temos, aliás, dúvidas sobre o facto de os espaços sociais marginais aparecerem como expressão da estrutura social que os comporta. Mas, apesar disso, ou melhor, por isso mesmo, apostamos simultaneamente em que o eixo explicativo da diversidade da vida social pode partir de uma análise compósita das estruturas, comportamentos, atitudes e valores de realidades múltiplas que, no seu entrelaçamento, nos mostram como se tecem as forças de conservação e transformação da sociedade. É esta aposta que nos leva a viajar até à *Lisboa boémia* do século XIX e inícios do século XX. Vem a talhe de foice esclarecer que a expressão *Lisboa boémia* não é simples

e banalmente imputável a um espaço físico delimitado da cidade de Lisboa (Bairro Alto, Alfama, Mouraria...) mas, sim, aos agentes sociais lhe dão vida e ao tipo de relações – de forte pendor sociabilístico – que desenvolvem entre si. A *Lisboa boémia* assume-se, assim, não como um suporte passivo de um modo de vida reificado, mas como cenário activo de práticas sociais por via de cuja apreensão chegamos à compreensão do significado da boémia.

Se partimos do princípio de que a consideração dos espaços sociais marginais na compreensão e explicação dos processos de transformação social pode dar lugar a um novo «paradigma» de discurso sociológico, três são os rumos que este livro deve tomar, ao abordar o fenómeno da prostituição na Lisboa boémia do século XIX a inícios do século XX:

1.º – Desmistificar as posições moralistas segundo as quais a prostituição é um fenómeno que, por derivar de um apregado estado patológico, deve ser considerado de um ponto de vista estritamente correcional: o patológico não é entendível fora do quadro nomológico que o produz.

2.º – Provar a estreita relação que existe entre o mundo da prostituição e o mundo respeitável burguês: há uma despeitabilidade hipócrita – travestida de respeitabilidade – que se serve de atributos morais para melhor os desvirtuar.

3.º – Mostrar como os espaços sociais aparentemente mais fechados sobre si mesmos, como o da Lisboa boémia, não sobrevivem a um suposto isolamento e, a partir dos processos de transformação social que neles têm lugar, sinalizar como o eixo explicativo da diversidade da vida social pode assentar na compreensão dos submundos sociais: em suas figurações mais estruturais, o social ganha inesperadas evidências quando apreendido em suas franjas marginais.

Os dois primeiros rumos serão calcorreados à medida que avançarmos ao longo dos dois primeiros capítulos deste livro. No primeiro deles – «Elementos para uma sociologia do bordel» –, debateremos sucintamente as principais correntes teóricas que se têm debruçado sobre o fenómeno da prostituição:

a) a corrente *correccionalista*, propriamente dita, que define a prostituição em termos negativos e patológicos perante os códigos sociais e morais dominantes;

b) a corrente *funcionalista* que, ao estabelecer fronteiras entre a sociedade «convencional» e a sociedade «marginal» e ao considerar que os comportamentos *disfuncionais* representam o fracasso de grupos socialmente desintegrados, acaba por constituir uma versão mais rebuscada, com roupagens mais científicas, da corrente correccionalista;

c) a corrente *genética* proposta por Moscovici, que nos parece constituir uma interessante alternativa à corrente funcionalista precisamente por considerar que a prostituição, como todos os fenómenos associados às formas de comportamento desviante, não constitui um simples acidente da organização social – uma manifestação de patologias sociais ou individuais;

d) finalmente, a corrente *sociológica naturalista*, que constitui uma das fontes inspiradoras do presente trabalho, e segundo a qual a distinção entre o «convencional» e o «marginal» pode ser tão complicada quanto despropositada (as aspas são usadas para marcar distâncias entre os nomes que as portam e as realidades a que se reportam). De acordo com esta corrente, a especificidade dos espaços sociais marginais não os dota de características isoladoras. No caso da *Lisboa boémia*, uma tal especificidade significa, tão somente, a ocorrência de delimitações flutuantes e permeáveis, com todo um trânsito de interações e articulações que efectivamente ocorrem entre uma realidade tomada como marginal e aquela outra que a produz e nela se prolonga. Por outras palavras: se os espaços sociais marginais aparecem delimitados por fronteiras naturais, que circunscrevem uma população simbolicamente homogénea – como a da *Lisboa boémia* –, isto não quer dizer que exista um determinismo ecológico no sentido de um lugar físico determinar ou explicar um ambiente social.

No segundo capítulo – «A prostituição, o poder e a moral pública no século XIX em Portugal» –, veremos que a preocupação das instâncias do poder por domínios como os da marginalidade e da prostituição não é alheia ao facto de

tais domínios beliscarem a condição de possibilidade desse poder. Ou seja, neste segundo capítulo, passaremos em desfile empírico as posições teóricas alinhadas no primeiro capítulo, sugerindo a estreita relação entre o mundo da prostituição e o mundo respeitável burguês, em cujo ideário o lar doméstico é apresentado como um mosteiro, a virtude uma clausura, e a mulher é frequentemente vista como um diabo. Aliás, é precisamente a partir do momento em que a mulher «virtuosa» dá sinais de se querer libertar da reclusão doméstica a que se encontra submetida (D. Francisco Manuel de Melo dizia que ela deveria estar fechada em casa, de preferência com a «perna quebrada»), e conquista o direito de *estar à janela* e de se passear pela *rua*, é então que começa a desencadear-se a caça à prostituta com o evidente objectivo de a deslocar da vida pública. É que para conservarem, mesmo do ponto de vista sexual, um certo valor diferencial e para evitarem aborrecidas e comprometidas confusões, as classes dominantes não olharam a meios para afastar as prostitutas da vizinhança das «virtuosas» e «respeitáveis» senhoras da sociedade estabelecida. Ensaaiemos, a propósito, uma *análise de conteúdo* dos discursos sobre a prostituição no século XIX em Portugal, tentando descobrir os laços existentes entre esses discursos e os mecanismos intrínsecos de poder que lhes dão guarida. Ou seja, do que este capítulo trata é do regime de «poder-saber-prazer» – utilizando uma expressão tão do agrado de Foucault –, que sustém as retóricas moralistas sobre a prostituição. Então, num primeiro momento, o ponto essencial não é saber se as instâncias do poder dizem «sim» ou «não» à prostituição; se a seu propósito formulam proibições ou autorizações; se afirmam a sua importância ou negam os seus efeitos; se castigam ou premeiam as palavras ou metáforas que a designam. O ponto essencial é o «facto discursivo» em si mesmo, isto é: os lugares e os pontos de vista a partir dos quais se fala sobre a prostituição; as instituições que difundem ou reprimem o que se faz ou diz sobre ela; as formas explícitas ou subtis que, através de variados canais, filtram e controlam os prazeres carnis – tudo isto com efeitos que podem ser de rejeição, bloqueio, incitação ou intensificação. Ou seja, importa peneirar aquilo que Foucault designa como «técnicas polimorfos» do poder

<sup>2</sup>. E aqui cabe chamar a atenção para esse livro fundamental, de Santos Cruz, aparecido em 1841 e intitulado: *Da Prostituição na Cidade de Lisboa*. À volta dele andaremos neste segundo capítulo. É que Santos Cruz conseguiu levar a efeito um giro tático no discurso da época sobre a prostituição. Não apenas ampliando o apertado domínio do que se podia dizer sobre um assunto tabu como, sobretudo, conseguindo conectar nesse discurso um dispositivo complexo que não se esgotou nas suas conhecidas propostas de regulamentação da prostituição. Esse dispositivo estava implicitamente apoiado por «mecanismos de poder» para cujo sucesso o novo discurso sobre a prostituição acabaria por se revelar essencial. Com efeito, nasce em Portugal – entre finais do século XVIII e princípios do século XIX – uma incitação política, económica e técnica ao tratamento da prostituição que se estende por todo o século XIX e inícios do século XX. Não tanto sob a forma de uma teoria geral da prostituição mas, fundamentalmente, na expressão de uma obstinada ânsia de inventariação, contabilização e classificação. Disso nos aperceberemos ao longo do segundo e quarto capítulos («*A prostituição, o poder e a moral pública no século XIX em Portugal*» e «*Costumes e mudança na prostituição*»).

Finalmente, havia um terceiro rumo a trilhar e ao longo do qual se cavalga uma hipótese: a de os espaços sociais aparentemente fechados sobre si mesmos se encontrarem em relação viva com o mundo que os rodeia, sendo também possível, através deles, fazer uma leitura da sociedade e dos seus processos de transformação. Esta é a tal *aposta* a que fazíamos alusão no início desta introdução. Veremos, então, como a sociedade portuguesa do século XIX, onde prevaleciam *diferenciações sociais de condição, prestígio e fortuna* enraizadas em círculos estreitos de relacionamento social, com vínculos de classe consistentes –, numa tal sociedade, dizíamos, surge uma abertura a *dois tempos* dos submundos da *boémia* aos mundos sociais que a circundavam. Num primeiro momento, dá-se uma adjunção endogâmica de franjas sociais «exóticas» (marialvas, burgueses aventureiros, etc.) a domínios sociais onde predominavam o rufia, o fadista, o marujo, a prostituta – num contacto nitidamente comandado por sociabilidades de natureza lúdica. Num segundo

---

<sup>2</sup> Michel Foucault, *Historia de la Sexualidad. Voluntad de Saber*. Siglo Veintiuno de España Editores, 3ª ed., Madrid, 1980, p.19.

momento, a *boémia* expande-se para fora dos limites que a caracterizam, absorvendo, por outro lado, elementos da estrutura capitalista que a envolve.

No terceiro capítulo, «A Lisboa boémia», avançaremos com uma caracterização sociológica do ambiente da fadistagem – espaço de intersecção do mundo do fado com o da prostituição, essencialmente marcado pela *marginalidade* porque marginais eram aqueles que o frequentavam: desde camadas do *lumpen* até aristocratas «sem juízo» (marialvas). Veremos, neste capítulo, como a *Lisboa boémia* tem uma ancoragem vincadamente espacial de tal forma que os *marialvas* e *fadistas* eram corriqueiramente conhecidos pelo sugestivo nome de *quebra-esquinas* precisamente porque pasmaceavam em bandozinhos pelas esquinas das ruas e vielas dos bairros típicos do Bairro Alto, Alfama, Mouraria e Madragoa... Contudo, reduzir a *Lisboa boémia* à sua dimensão espacial seria deixar de lado as determinantes sociais e culturais dessa mesma dimensão. Ora, a *Lisboa boémia* é essencialmente uma região de valorização e intensificação do *indecente* e do *imoral*, onde se cruzam discursos *ilícitos* e condutas de *infracção*; uma região associada a práticas de apropriação colectiva de um tempo/espaço onde a noite aparece como a mais subtil fronteira que separa a boémia da «sociedade respeitável». Precisamente porque a *Lisboa boémia* não é nem pode ser entendida como um suporte inerte e passivo de um social reificado é que a sua permeabilidade ao meio circundante põe em causa a ideia de um determinismo ecológico no sentido de que um lugar físico poder determinar ou explicar um ambiente social.

Apesar de não menosprezarmos os fenómenos de condensação, distribuição e interacção que se desenvolvem em sistemas de referência culturais (ou subculturais) adstritos a determinados marcos espaciais, a unidade social e cultural de um espaço «marginal» aparentemente concêntrico, fechado sobre si mesmo, e o relativismo dessa unidade não se opõem formalmente. Explicam-se por processos de interpenetração e diferenciação.

É certo que há sistemas de referência culturais próprios à *Lisboa boémia*. Aliás, toda a primeira metade do século XIX, a paisagem social que a constitui, apesar da sua heterogeneidade, (prostitutas, fadistas, marialvas, toureiros, boleiros, vagabundos e marinheiros) vive uma marginalidade *socialmente integrada*. Os *marialvas* relacionavam-se indistintamente com as *cocottes* finas ou com as *pataqueiras do fado baixo*. Nas *esperas de touros*, ao som do *fadinho*

*chorado*, lá víamos as *amásias e borregas chics* ao lado da Severa, da Júlio Gorda ou da Joaquina dos Cordões – fadistas de garra, culatronas garridas. As esperas de touros constituíam outra oportunidade de franca confraternização entre boémios de várias castas, desde o *faia* do Bairro Alto até ao mais requintado aristocrata. A integração era quase perfeita e as distinções superorgânicas ou culturais de «significados-normas-valores» apareciam socialmente minimizadas. Os próprios fidalgos conviviam com os fadistas pela promiscuidade do cigarro e do «meio quartilho» e trajavam à *fadista*: calças de boca de sino, cabelos em bandós, chapéu desabado e sapatos de saltos de prateleira.

Para alguns sociólogos, os sistemas de referência culturais que caracterizam os submundos sociais têm a sua razão de existência na *tradição normativa*. Contudo, *também é certo que* esses sistemas possuem uma dupla configuração na medida em que coexistem na natureza das pessoas (ou nos submundos sociais) e no universo simbólico das sociedades; isto é, são interiorizados a nível individual ou de grupo (a marginalidade é integrativa) e, simultaneamente, a nível mais lato, pelem entre si. Enquanto a tradição interiorizada num âmbito de marginalidade tende a *reproduzir-se*, a tradição que evolui no leito de correntes socioculturais em conflito tende a *modificar-se*. E modifica-se por duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque diz respeito a processos interculturais, onde a dinâmica é maior dado o choque de culturas diversas; em segundo lugar, porque, a este nível, o *cultural* sofre mais vincadas influências do *político* e do *económico*. Ou seja, a Lisboa boémia é, do ponto de vista cultural, distinta da outra Lisboa. Os seus padrões de conduta tendem a diferenciar-se da cultura dominante, através de *socializações mundanas*. Não por acaso estas socializações são geralmente acompanhadas por linguagens subversíveis que vão do calão à gíria e onde o palavrão se impõe à palavra alambicada. Uma análise de conteúdo à gíria fadista do Bairro Alto, Alfama e Mouraria, ilustra a faceta rija e brigona de tais bairros. As próprias prostitutas adoptam frequentemente *nomes de guerra* no sentido de uma autoperсонаlização que as identifica como mulheres singulares por dotes de sedução ou artes de gerar confusão.

Esbarramos então com uma questão inevitável. Se a nível cultural as fronteiras que separam a Lisboa «boémia» da Lisboa de «ar mais sério» não são

muito permeáveis, como explicar as mudanças ocorridas na vida boémia de finais do século XIX e inícios do século XX, ao ponto de os padrões de comportamento das suas figuras mais típicas – fadistas, prostitutas, chulos e proxenetas – se alterarem? Se considerarmos a existência de duas Lisboas espacial, social e culturalmente distintas – a Lisboa «boémia» e a Lisboa de «bom tom» – e tendo em conta que, a partir de determinado momento, se rompem as fronteiras que aparentemente as «separam», há então que investigar as correntes submarinas da sociedade que determinam as ondulações que em vagas alastram para as margens boémias da cidade. Aqui, os aspectos *económicos* que caracterizam e são expressão do desenvolvimento do capitalismo em Portugal, na alvorada do século XX, assumem-se como relevantes ao interferirem no *cultural*. Bastará para tanto analisar, como confirmação desta relevância, o tipo de transformações ocorridas. É isso que procuraremos mostrar no quarto capítulo do livro: «*Costumes e mudança na prostituição.*» Nele veremos como, por compreensíveis exigências de mercado, surge uma maior concorrência entre as prostitutas cuja consciência de profissionalização cresce progressivamente, ao mesmo tempo que se dá entre elas uma mais rígida estratificação, a qual será estudada com base em variáveis como: zonas habitacionais e de giro, padrões de comportamento, tipos de clientela e preços. Por outro lado, o perfil social das prostitutas clarifica-se ao mesmo tempo que as relações de nítida exploração entre proxenetas e prostitutas se tornam óbvias: a correlação entre o aluguer dos corpos destas últimas com o aluguer das alcovas traduz-se numericamente na necessidade, para algumas prostitutas, de terem mais de sete relações sexuais diárias só para fazerem face ao pagamento das rendas. Acresce que, ao mesmo tempo que o fado se aristocratiza, o *chulo* que durante o século XIX era, para além de fadista, uma personagem dupla – «marido complacente» e «guarda-costas para ocasião críticas» –, ganha, nos inícios do século XX, uma tosca mas frutuosa consciência empresarial, metendo por dia *ao bolso*, pelo menos, meio litro e um maço de *brejeiros*. Por último, quanto às zonas de prostituição, os *aventais de madeira* (bordéis da clássica meia porta) passam a dar lugar aos bares. Ao mesmo tempo, com o aumento do tráfico e das vias de comunicação, as *nómadas* tornam-se as passageiras certas e pontuais dos camionistas.

Remataremos este pequeno livro com uma brevíssima conclusão (quinto capítulo) na qual daremos conta da eventual confirmação das hipóteses de investigação desenvolvidas ao longo dos capítulos antecedentes. Na parte final do livro, o leitor poderá encontrar um «*glossário*» com termos e expressões de uso frequente na Lisboa boémia do século XIX, ou seja, a sua gíria. Alguns desses termos irão aparecendo ao longo do texto devidamente referenciados com asterisco ( \* ).

# Elementos para uma sociologia do bordel

A investigação de fenómenos sociais que violam padrões de comportamento e moralidade amplamente compartilhados resulta difícil. Grande parte das pesquisas centradas nas condutas desviantes – na generalidade condenadas pelo «senso comum» –, tem basicamente por finalidade ajudar a sociedade estabelecida a reforçar a ordem. Por isso mesmo, o ponto de vista *correccional* ou *moralista* que caracteriza tais investigações frequentemente atrofia o bom entendimento da desordem social – e de tudo o que a perturba. A corrente correccionalista mostra-se geralmente incapaz de isentar a descrição da realidade das pautas morais que a inspiram<sup>3</sup>. No fundamental, a atitude e o marco referencial destes estudos são os da sociedade «respeitável» e «tradicional». Embora «sujando as mãos» nos submundos sociais, os sociólogos da Escola de Chicago representativos desta corrente actuavam de forma vacilante e correccional. Mais ainda: os padrões morais desses investigadores chocavam especialmente por serem tão puritanos, tão convencionais. Aliás, a ideia de que os fenómenos de comportamento desviado tornam inviável a sociedade nunca foi muito convincente. E nunca o foi na medida em que os espaços sociais marginais são considerados, nessa óptica, como meros resíduos da sociedade normal. Ora as margens são efeito do centro (normalidade) que as produz. Os submundos sociais aparecem assim definidos em termos negativos e patológicos perante os códigos sociais dominantes, deixando-se de lado o facto importante de toda a anomia cultivar a sua própria nomia e vice-versa. Melhor será tomar o «normal» e o «anormal» ou o «convencional» e o «marginal» como faces de uma mesma moeda.

Também os *funcionalistas* estabelecem fronteiras entre a sociedade *convencional* e *marginal*. É certo que ao distinguirem os aspectos *funcionais* da sociedade que promovem a sua estabilidade dos aspectos (*disfuncionais*) que a desestabilizam, os funcionalistas têm a virtude de realçar as áreas susceptíveis de perturbação social. Na prática, contudo, nem sempre são bem-sucedidos na distinção entre o que é *funcional* do que é *disfuncional*. Embora exista algum

---

<sup>3</sup> Tanto os *West Side Studies* como os *Estudos de Pittsburgh*, patrocinados pela *Russel Sage Foundation* podem considerar-se representativos do espírito correccional. No fundamental, a atitude e o marco referencial destes estudos eram os da sociedade “respeitável” e “tradicional”. Embora “sujando as mãos” nos submundos sociais, os sociólogos da *Escola de Chicago* actuavam de forma vacilante e correccional. Mais ainda: os padrões morais desses investigadores chocavam especialmente por serem tão puritanos, tão convencionais, tão próprios de *boy-scouts*.

consenso – enquanto as acções sociais daqueles que seguem as normas são «funcionais» e «adaptativas», as acções dos que se afastam delas são consideradas «disfuncionais» ou «não adaptativas» – as dificuldades avolumam-se quando, como realmente acontece, se enfatiza o papel das funções das formas «desviadas» em detrimento do estudo das *disfunções* propriamente ditas. Ou seja, ao considerarem-se as disfunções como algo manifesto, evidente, julgam mais pertinente proceder ao estudo das funções *latentes*, isto é, das consequências das formas de comportamento supostamente não intencionais, das quais não se tem consciência. É o caso das inesperadas enfermidades sexualmente transmitidas – dos simples *camaradas* (chatos) ou *pintassilgos na balseira* (piolhos nas partes sexuais) até às obstinadas *mulas* (manifestações sífilicas na parte inferior das coxas). Na perspectiva funcionalista, os comportamentos disfuncionais representam o fracasso de determinados grupos sociais em se ajustarem a uma dada ordem social. A «normalidade», por seu lado, representa um estado de adaptação a essa mesma ordem. Que ordem? Aquela que é socialmente dominante e à luz da qual todas as outras ordens passam a desordem. O olhar funcionalista sobre a Lisboa boémia será sempre um olhar sobre um mundo de desordem.

O *modelo genético* proposto por S. Moscovici<sup>4</sup> constitui uma interessante alternativa ao modelo funcionalista. Para Moscovici, qualquer sistema social está definido em termos sociais, nele participando os que aparentemente vivem à margem desse sistema. Os submundos marginais e os fenómenos associados às formas de comportamento desviantes não constituem um simples acidente, uma manifestação da patologia social ou individual. São expressão da própria estrutura social. Assim, enquanto o modelo funcionalista considera a realidade social como dada, o modelo genético considera-a em permanente (re)construção. O primeiro modelo estuda os fenómenos do ponto de vista do equilíbrio; o segundo, do ponto de vista do conflito.

Uma contribuição epistemologicamente importante, quando se estuda as formas de comportamento desviantes e os espaços sociais «marginais», provém da corrente sociológica naturalista<sup>5</sup>. Ao sentirem-se atraídos pelos aspectos

---

<sup>4</sup> S. Moscovici, *Psicologia de las Minorias Activas*, Ediciones Morata, Madrid, 1981.

<sup>5</sup> A propósito desta corrente podem consultar-se os seguintes livros: M. Natanson, *Philosophy of the Social Sciences*, Random House Inc., Nova Iorque, 1963; William Catton, *From Animistic to*

mundanos da vida social, como a prostituição, os naturalistas desafiam os pressupostos correcionistas e as distinções simplistas entre os aspectos marginais e convencionais da sociedade, entre o «bem» e o «mal», entre a causa e o efeito<sup>6</sup>. A subtilidade da relação entre fenómenos que aparecem sobrepostos e mutuamente penetrados resulta, para os *naturalistas*, num facto social básico. Duas ideias fundamentais resumem a apreciação das relações entre o marginal e o convencional: a *imbricação* e a *ironia*<sup>7</sup>.

A *imbricação*<sup>8</sup> assenta na relação recíproca entre os espaços sociais considerados marginais e convencionais. Daí a interpenetração incontornável, embora variável, que se desenvolve entre espaços aparentemente antagónicos e o intercâmbio regular ou fluxo que entre eles se dá – tanto de pessoas, como de estilos ou preceitos. De facto, se há *ecologistas*<sup>9</sup> para os quais os mundos sociais se encontram delimitados por fronteiras naturais, isso não quer dizer que exista um determinismo ecológico no sentido de que um meio espacial determinar um ambiente social específico. De um ponto de vista sociológico, qualquer espaço social é sempre um lugar praticado, uma folha de sucessivas inscrições ou assinaturas sociais. O que não se pode menosprezar são os fenómenos de condensação, distribuição e interacção que se desenvolvem a nível de sistemas de referência culturais (ou subculturais) adstritos a determinados marcos espaciais. Neste caso pode então dizer-se que a concentração espacial joga o seu papel, reforçando sistemas de relações estabelecidos. Mas, se é verdade que as formas espaciais podem acentuar cenários de comportamento, estes não são uma cópia servil daquelas. Ou seja, os processos culturais que se desenvolvem em determinados cenários sociais podem projectar-se noutros cenários. Neste sentido, tem razão Castells quando afirma que os espaços sociais devem ser compreendidos enquanto produtos sociais e que a ligação espaço-sociedade deve estabelecer-se mais como

---

*Naturalistic Sociology*, McGraw Book Company, Nova Iorque, 1966 e David Matza, *Becoming Deviant*, Prentice Hall, Inc., Englewood Cliffs, N. J., 1969.

<sup>6</sup> D. Matza, *Becoming...* principalmente os capítulos IV e VII.

<sup>7</sup> D. Matza, *Becoming...* principalmente os capítulos IV e VII.

<sup>8</sup> Um interessante ensaio sobre o fenómeno da imbricação é o de Daniel Bell, «Crime as an American Way of Life» in *End of Ideology*, The Free Press of Glencoe, Inc., Nova Iorque, 1963.

<sup>9</sup> É o caso de Paul Hatt, «The Concept of Natural Area», in *American Sociological Review*, Agosto, 1946, pp. 423-427, cit. por M. Castells, *La Cuestión Urbana*, Siglo XXI, 2.<sup>a</sup> edición, Madrid, 1976, p. 124.

problemática de estudo do que como eixo explicativo da diversidade da vida social. Qualquer cenário social é expressão de estruturas sociais<sup>10</sup>. Esta é a nossa proposta ao estudarmos um espaço social aparentemente tão fechado e virado sobre si mesmo como o da Lisboa boémia.

Sugeríamos atrás que as relações entre o *marginal* e o *convencional* podem também ser encaradas com *ironia*. Com efeito, a ideia de imbricação aparece associada à de ironia. Enquanto a imbricação se refere às complicadas relações entre o mundo respeitável e os submundos marginais, a ironia refere-se ao carácter por vezes *surpreendente* dessas relações. Ou seja, trata-se de subverter irónica mas conscientemente o princípio correcional e moralista, segundo o qual os indivíduos socialmente marginalizados têm as suas raízes nos espaços sociais marginais. Na posição irónica do naturalismo, o marginal e as «coisas más» podem estar intimamente relacionados com aspectos da vida social altamente valorizados e reverenciados. Para simplificar, o vício pode esconder-se atrás da virtude, enquanto o «bem» pode nascer do que convencionalmente se considera «mal». A ironia torna-se tanto mais congruente quanto mais incongruente é susceptível de provocar sorrisos de cumplicidade.

É neste sentido que Anderson observa, com razão, que *Bohemia* e *Hobohemia* se encontravam em Bughouse Square<sup>11</sup>. É ainda neste sentido que, no caso da prostituição, Kingsley aponta importantes semelhanças entre esta e as relações sexuais convencionais com a finalidade de, a partir das semelhanças, encontrar os aspectos mais distintivos e vice-versa<sup>12</sup>. A nível dos valores morais dominantes, condena-se a prostituição porque ela gera um elevado grau de promiscuidade sexual que degenera a ordem social. Por isso, do ponto de vista do *funcionalismo*, a prostituição não cumpre qualquer função social estabilizadora. As normas da sociedade tendem, então, a controlar o «apetite sexual» subordinando o acto sexual a uma relação socialmente estável ou potencialmente estável, o matrimónio. Isto apesar de a famosa *paz do lar* não

---

<sup>10</sup> M. Castells, *La Cuestión...*, p. 133.

<sup>11</sup> Nels Anderson, *The Hobo*, University of Chicago Press, Chicago, 1923, cit. por D. Matza, *Becoming...*, cap. iv.

<sup>12</sup> Kingsley Davis, «Prostitution» in Merton e Nisbet, *Contemporary Problems*, Harcourt, Brace and World, Inc., Nova Iorque, 1961.

existir a não ser ao nível de uma certa eloquência moral, burguesa ou edificante (Tolstoi descreveu-a como um inferno) e de se objectar que o casamento é o «túmulo do amor».

No fundo, que diferenças existem entre as relações sexuais baseadas na prostituição e as relações sexuais convencionais? Segundo Kingsley Davis, para dar conta destas distinções é necessário averiguar as suas possíveis semelhanças, o que pressupõe a existência de um certo contágio entre relações conjugais e extraconjugais. Para aquele autor, não é propriamente o comércio de valores sexuais que provoca uma onda moralista de condenação à prostituição. Nem os sentimentos de indiferença emocional que as prostitutas manifestam em relação ao acto sexual. Também as mulheres casadas comercializam favores sexuais e até «santos padres» se intrometeram gananciosamente no controlo deste florescente negócio<sup>13</sup>. Na esfera conjugal, as relações sexuais tanto aparecem por «sentido de prazer» como por «sentido de dever». Se os mais puritanos dos esposos invertessem a proposição segundo a qual «a liberdade sexual feminina reduz o papel da prostituição» chegariam à desconcertante conclusão de que um aumento da prostituição pode reduzir a infidelidade conjugal. Aqui temos uma boa justificação da tolerância que deliberada ou veladamente a prostituição passa a ter a partir de um determinado momento histórico e do papel de protecção que pode exercer sobre a estabilidade dos casamentos de fachada. Se há quem admita que a prostituição é uma salvaguarda do casamento, é na suposição de que existe uma interpenetração entre o mundo da prostituição e o mundo respeitável burguês. Ou seja, por um lado, haverá indícios de elementos prostitutivos na conduta de algumas pudicas e fiéis mulheres da sociedade «respeitável». Tal facto pode também apreciar-se, como sugere Lemert, no olhar matreiro da vendedora que «encandeia» um cliente masculino para que compre... ou no submetimento sexual de uma secretária ao seu chefe a fim de conservar o emprego<sup>14</sup>. Por outro lado, também as prostitutas não estão imunes ao mundo que as rodeia e de que fazem parte. Isto, nomeadamente, quando os padrões culturais se

---

<sup>13</sup> O Papa Clemente VII obrigava as prostitutas, por meio de uma ordenança, a entregar metade dos seus ganhos à Igreja. Esta mantinha e apoiava as casas de prostituição e, durante a Idade Média, os conventos, na sua maior parte, eram verdadeiros bordéis. Cf. Rafael Acosta Patiño, *Criminología de la Prostitución*, Madrid, 1979, p. 39.

<sup>14</sup> Edwin Lemert, *Social Pathology*, McGraw-Hill Book Company, Nova Iorque, 1951.

vulnerabilizam e a mobilidade social se torna mais elástica, como sucede na sociedade capitalista, estruturalmente mais aberta que a sociedade feudal, por exemplo. Os amores ilícitos conhecidos por «arranjinhos» que levavam os amantes a «montar casa» para as suas concubinas, instituíam uma conjugalidade de segunda ordem onde, mais tarde ou mais cedo, a casa montada reproduzia as quezílias e morbidezas dos casamentos de fachada, levando os amantes à busca de novos «arranjos».

Os submundos marginais não constituem «mundos à parte». A sua especificidade significa, tão somente, a ocorrência de coagulações sociais que, superficialmente, escondem profundas articulações e interações. Ao colocar-se a questão da especificidade é obrigatório, pois, considerar as relações entre os elementos da estrutura social que se reflectem nos seus submundos. Compreende-se porque ao não serem analisadas as relações de interpenetrabilidade entre os espaços sociais marginais e convencionais, facilmente se cai na tentação de considerar a prostituição como uma fuga à realidade mesmo quando, de uma forma clássica, se descreve a realidade da prostituição.

Veremos no próximo capítulo que a atenção racionalmente charlatona e moralista sobre a prostituição no século XIX em Portugal esteve fundamentalmente dirigida a uma preocupação elementar: montar uma sexualidade economicamente útil e politicamente conservadora. Com efeito, todos os elementos negativos – proibições, rejeições, censuras, denegações – que a atitude repressiva reagrupou no sentido da regulamentação da prostituição, foram peças que tiveram um papel local tático não apenas ao nível do discurso como, fundamentalmente, ao nível do poder. Ora, por que razão as instâncias do poder se haveriam de preocupar com os submundos da prostituição se, na verdade, eles não beliscassem a condição de possibilidade desse poder e o ponto de vista que tornava inteligível o seu exercício? Esta preocupação das hostes moralistas da burguesia acomodada perante a prostituição, não se desenvolveu fora do poder ou contra ele, mas fundamentalmente nos seus domínios e como meio do seu exercício.



A prostituição,  
o poder e a moral  
pública no século XIX  
em Portugal

As propostas deste capítulo vão no sentido de subverter um princípio com roupagens moralistas, de que ainda hoje há vestígios, segundo o qual a prostituição se institui num espaço periférico, completamente à margem dos aspectos da vida social altamente valorizados e reverenciados. Para tanto há que articular e justificar a interpenetração que existe entre o mundo da prostituição e o mundo respeitável burguês do século XIX e mostrar, na medida do possível, como as posições então assumidas, de um moralismo de conveniência, derivam dessa interpenetração. Com efeito, como e porquê, a partir de um determinado momento, as relações de poder e a moral dominante tornam possível um discurso empolgante sobre a prostituição e a produção de uma esmerada legislação sobre o fenómeno?

Num primeiro momento, as preocupações regulamentaristas sobre a prostituição passam pelo enfrentamento e choque da prostituta com a «mulher respeitável» num mesmo espaço *público*. Um dos principais objectivos do primeiro *Regulamento Policial das Meretrizes e Casas Toleradas da Cidade de Lisboa*, promulgado em 30 de Julho de 1858, é precisamente o de afastar a prostituta dos locais públicos de maneira a salvaguardar a respeitabilidade e decência aparentes das mulheres «de bem». Eis algumas disposições do citado regulamento a este respeito: «Não será tolerada casa alguma de meretrizes em proximidade de templos, de estabelecimentos de educação, de botequins, tabernas, hospedarias, ou em quaisquer outros lugares onde a existência de estas casas possa tornar-se perigosa ou indecente» (Art. 9); «É expressamente proibido à meretriz matriculada, quer de dia quer de noite: 1.º – Estar à janela ou porta da rua com trajos, modos ou gestos indecentes, e daí proferir palavras equívocas e obscenas; chamar e dar conversa a quem passa; e por outro qualquer modo incomodar ou ofender os vizinhos e a moralidade pública; 2.º – Sair de casa indecentemente vestida; divagar pelas ruas e praças, contendendo e provocando os que transitam; 3.º – Demorar nas tabernas, botequins ou quaisquer outras casas públicas, além do tempo que for necessário para se prover do que carecer para seus usos; [...] 7.º – Conservar em sua casa depois

da meia-noite pessoas estranhas à sua família» (Art. 11.º); Qualquer meretriz que, nos teatros ou outro qualquer lugar público, ofender a decência com actos ou palavras, será imediatamente expulsa, sem que esta demonstração a isente de mais severa punição pela culpa em que tenha incorrido» (Art. 12.º).

De facto, a partir do momento em que a mulher «virtuosa» deixa de estar fechada, em casa, de preferência com a «perna quebrada», e conquista o direito de *estar à janela* e passear-se pela *rua* desencadeia-se uma caça à prostituta com o evidente objectivo de a deslocar da *vida pública*. Neste campo, as disposições legislativas perseguiram um duplo objectivo: isolar as prostitutas e, nesse isolamento, tolerá-las. É que para o mundo burguês as prostitutas acabavam por garantir a castidade e o «bom porte» das restantes. Por conseguinte, do ponto de vista dos poderes instituídos, a prostituição tinha de ser assumida e adequadamente integrada nas estruturas vigentes. Isso não significava, de modo algum, plena liberdade de expressão para as prostitutas. Os estragos físicos e morais causados pela prostituição tornavam necessário o controlo desse fenómeno no duplo sentido do seu desenvolvimento numérico e da sua distribuição físico-social.



*A partir do momento em que a mulher virtuosa conquista o direito de estar á janela e passear-se pela rua desencadeia-se uma caça à prostituta.*

É neste contexto que se acentua um discurso racionalmente charlatão e moralista sobre a prostituição. Nunca como no século XIX a prostituição chegou a agitar tanto a paciência das correntes mais austeramente moralistas que

sempre julgaram primar pelo «bom-senso». E não apenas em Portugal. Quase todos os grandes escritores *naturalistas* do século XIX se ocuparam da figura humana da prostituta: recorde-se Zola, Tolstoi ou Dostoiewski. Todos eles descreveram com traços dramáticos a personagem frequentemente arrojada dos meios rurais à vida urbana e empurrada pela miséria para a prostituição. Também a nossa literatura não deixou de evocar essa imortal personagem do quotidiano que é a prostituta. Abel Botelho consagrou-lhe o seu *Livro d'Alda*; Alfredo Gallis escreveu *As Mulheres Perdidas*; a *Princesa de Boivão* de Alberto Pimentel conta a história de uma pobre desventurada a quem o amante vingativo abre no corpo as «quatro letras ferreteantes»; *A Bandeira* de Lino de Macedo é mais uma historieta de uma pobre e desamparada cortesã; Rocha Martins dedica dois livros a cortesãs régias: *A Madre Paula* e *a Flor da Murta*, como Andrade Corvo já tinha dedicado um à célebre *Calcanhares: Um Ano na Corte*. No teatro surgem, com o virar do século XIX, *A Pérola* de Marcelino de Mesquita (à época proibida por «imoral»); *A Severa* de Júlio Dantas; a *Rosa Enjeitada* de D. João da Câmara e o *Fado* de Bento Mântua.

Aliás, a maior parte dos nossos escritores antepassados sempre se referiu às prostitutas com critérios exemplarmente moralistas – ora verberativos, ora temperados de discrição e pudor. Fernão Lopes chamava-as «mancebas mundanárias»; Cristóvão Rodrigues de Oliveira inscrevia-as sob a curiosa rubrica de «mulheres que fazem vizinhos»; Camilo usava um extenso e vasto vocabulário: «bonejas», «loureiras», «rameiras», «michelas», «polhas», «marafonas», «cantoneiras» e «rascoas»; para Fialho de Almeida eram simplesmente «mulheres de leito», pelas mesmas razões que para Pinto de Carvalho eram as «horizontais»; os mais pudicos, como o oratoriano Bernardes, acrescentavam às quatro tradicionais letras, de significado preciso, mais duas de modo a formar «putana», nomenclatura muito mais acintosa, pomposa e talvez teológica.

Não era propriamente o comércio da sexualidade que provocava uma onda moralista de condenação à prostituição. Muito menos aquelas ráticas e mesológicas teses que mais tarde apareceram no Congresso Abolicionista Português de 1926, segundo as quais «não é a moral apanágio dos povos

latinos»<sup>15</sup>. Os moralistas atacavam a prostituição por duas razões básicas. Em primeiro lugar, porque a propagação das doenças venéreas representava um importante custo social. Não porque se traduzisse em mera perda de efectivos demográficos mas precisamente porque estes correspondiam a indivíduos compreendidos em idades produtivas, do ponto de vista económico, e reprodutivas, do ponto de vista biológico. É com o desenvolvimento do industrialismo que surge a necessidade, tão apregoada pelos poderes públicos, de um controlo higiénico das prostitutas, necessidade que viria a ser objecto de legislação específica e que foi profundamente sentida por Santos Cruz, em meados do século XIX: «Quando observamos o grandíssimo número de inocentes vítimas feitas pelo *Virus Venereo*, nada devemos poupar que tenda a atalhar seus terríveis efeitos e torrente destruidora. [...] Com efeito, os desgraçados descendentes de uma origem sífilítica não são homens robustos e vigorosos [...]. É pois um grande serviço à humanidade empregar todos os meios eficazes de obviar à propagação deste terrível veneno introduzido na sociedade; é só estabelecendo medidas regulamentares policiais sanitárias a que se sujeitem as prostitutas que isso se pode conseguir<sup>16</sup>.»

À imagem do seu grande inspirador, o doutor Parent-Duchâtelet<sup>17</sup>, está claro que Santos Cruz se mostrava tão sensível ao problema da praga venérea quanto aos resultados obtidos pela medicina sobre a «moralidade» das prostitutas. É que – e esta é a outra das razões pela qual os moralistas atacavam a prostituição – a observação de que ela se apresentava como salvaguarda da «defesa do lar» enfurecia-os na medida em que não podiam demonstrar o contrário. Assim se justificam as posições «regulamentaristas» tomadas pioneiramente em Portugal por Santos Cruz que, muito sagazmente, observava: «A tolerância e a protecção

---

<sup>15</sup> Arnaldo Brazão, Congresso Abolicionista Português, (Contra a Prostituição Regulamentada), Relatório, Lisboa, 1927, p. 18.

<sup>16</sup> Francisco Ignacio dos Santos Cruz, Da Prostituição na Cidade de Lisboa, Lisboa, 1841, pp. 166-167.

<sup>17</sup> Ao longo da obra de Santos Cruz (Da Prostituição na Cidade de Lisboa...) encontram-se múltiplas referências ao livro de Parent-Duchâtelet, De la Prostitution dans la ville de Paris considérée sous le rapport de l'higiène publique, de la morale et de l'administration. Uma fecunda análise das posições regulamentaristas de Parent-Duchâtelet é levada a cabo por Alain Corbin, Les Filles de Noce, Flammarion, Paris, 1982. Agradeço a Manuel Villaverde Cabral a indicação deste livro.

[...] das prostitutas obvia a sedução e a violação da inocência, os adultérios e outros horrendos crimes desta ordem<sup>18</sup>.»

Muitas das posições moralistas que dominavam na sociedade portuguesa da primeira metade do século XIX, visavam ainda reforçar a autoridade paterna que, desde o famoso Alvará Régio de 1651 e da Carta de Lei de 19 de Junho de 1755, havia convertido os lares em locais de reclusão, ameaçando reduzir a mulher a uma gárrula, fútil, ignorante e buliçosa leviandade. Aliás, não é por acaso que tudo o que no século XIX andasse à volta de sexo e putedo fosse abafado no enredo do murmúrio ou do segredo. Os códigos do grosseiro, do obsceno e do indecente eram pouco lassos na exacta medida em que cobriam comportamentos devassos. A sexualidade encontrava-se cuidadosamente encerrada. A família conjugal confisca-a por inteiro na seriedade da função reprodutora. Os únicos lugares da sexualidade reconhecidos, utilitários e fecundos eram a alcova ou o bordel. Em finais do século XIX, ainda se protestava ferozmente, como de resto em toda a Europa, contra a admissão da mulher nos colégios eleitorais e nas assembleias deliberativas ou contra a sua inscrição na advocacia porque o seu «verdadeiro lugar» deveria ser «na família»<sup>19</sup>. As donzelas casadoiras e mesmo as casadas eram constantemente doutrinadas para que restringissem os seus desejos à mínima expressão. Estas últimas porque, uma vez casadas, já não tendo nada a desejar para além dos gostos que se deveriam converter nos do marido, estavam condenadas a viver abafadas de maleitas e delíquios. As primeiras para que não perdessem a ocasião de marido já que somente vivendo encerradas logravam adquirir uma boa reputação que lhes abrisse as portas a um avantajado casamento. Não havia apenas a superstição da honra; havia o «culto da donzela». A pureza imaculada das filhas representava para os lares portugueses um tesouro que se guardava e defendia avaramente. Para *tomarem ar*, não apareciam à janela a não ser por detrás da reixa apertada das gelosias, dos postigos e das rótulas ou, na melhor das hipóteses, como dizia D. Francisco Manuel de Melo na sua *Carta de Guia de Casados*, tinham licença para estar à janela meia hora depois do almoço e outra meia hora depois do jantar: «Se algum homem as fixava, ou olhava para trás

---

<sup>18</sup> F. I. dos Santos Cruz, *Da Prostituição...*, p. 153.

<sup>19</sup> José de Saldanha Oliveira e Sousa, *Escravidura Branca, Memória Apresentada ao Congresso Católico Internacional de Lisboa*, Lisboa, 1896.

para as ver, conforme recomendação da mamã, davam-lhe com a janela na cara; e se ele insistisse, mostravam-lhe um molho de cebolas, *por causa do pasmo!*» Sim, porque isso de estar à janela era próprio das lambisgóias e galdérias das ruas do Capelão, Guia, Travessa do Pasteleiro, etc., «com o único fim de serem vistas pelos que passavam e de os atrair não só por seus sinais e gestos mas também por suas atitudes indecentes e até impudicas» (Santos Cruz). Por isso, para não haver confusões, no Art. 11.º (capítulo 2.º) de um Regulamento proposto por Santos Cruz, em 1841, para «obviar os males causados à moral e à saúde pública pela prostituição pública», podia ler-se: «Toda a provocação à devassidão pelas prostitutas fica rigorosamente proibida tanto nas janelas, como nas portas, ou ruas, aonde só deverão aparecer com toda a decência. As janelas devem estar guarnecidas de gelosias ou cortinas; e às portas nunca elas devem estar sentadas. § único – As portas das casas públicas poderão estar abertas de inverno até às nove horas e de verão até às dez<sup>20</sup>.» Alguns anos mais tarde, em finais do século XIX, as campanhas moralistas dos sectores mais retrógrados e apostados em domesticar o fenómeno da prostituição, fariam desencadear uma forte repressão sobre as prostitutas e as ideias preconizadas por Santos Cruz foram, na prática, levadas às suas últimas consequências: às toleradas ordenou-se que fechassem as *tabuinhas*.

---

<sup>20</sup> F. I. Santos Cruz, *Da Prostituição...*, p. 425. A propósito da repressão às prostitutas, já no século XVIII se havia estabelecido que os Corregedores dos Bairros reprimissem a prostituição em conformidade com as leis. O Alvará de 25 de Junho de 1760, criando a Intendência da Polícia da Corte e Reino, no § 4.º, dava plenos poderes a este Magistrado para actuar sobre este «magno assunto». Depois, em 26 de Setembro de 1769, outro diploma consagra-a ao mesmo motivo, até que o célebre Pina Manique e já Intendente da Polícia, a 27 de Abril de 1780, num «Aviso-Circular» enviado a todos os ministros criminais dos Bairros, ordena que as meretrizes achadas pelas rondas das tabernas, lojas de bebidas e casas de pasto, fossem conduzidas à casa de correcção de Santa Margarida de Cretona e notificadas para não aparecerem nas Praças do Comércio e d'Alegria, na Ribeira Nova, Cais de Santarém e Passeio Público.

Em vão as classes dominantes reclamavam o direito à honra e à reputação, já que o prazer às ocultas era em parte possível e fomentado por efeito dos tabus culturais, da moralidade pública, das leis e costumes religiosos, dos usos e «virtudes» da sociedade de então. No século XIX, as possibilidades de diversão e de alcançar o prazer por vias extraconjugais eram tão excitantes que de pouco valia a propaganda feita no sentido de encomiar as delícias do estado matrimonial. Daí a proliferação da prostituição clandestina «coberta com o manto da honestidade do segredo». Acresce que a vida pública lisboeta tinha, ainda no século XIX, uma ascendência sobre a vida privada. As avenidas eram adaptadas com o propósito específico de favorecerem os passeios como forma de relaxamento. O século XIX foi uma época em que os cafés e as tabernas se transformaram em centros de convivência social. Nos círculos mais boémios, moços de fretes, marinheiros, *carrejões\** e *malteses de cacete\**, burgueses atrevidos e marialvas, todos procuravam as dolências de uma guitarra à boca de uma taberna e a companhia amiga da prostituta e da fadistagem do sítio. Nesses lugares suspeitos e pungentes, onde as cantigas dos *bandurilhas\** com as suas trepidações brejeiras faziam esfervilhar as saias engomadas das moçoilas e os fadistas velhacazes se requebravam nas gaifonas do fado batido, a moral dos viandantes pacíficos arriscava converter-se a essa revoada de escrupulosos *estroinas\**.



*Uma elegante pavoneando-se no Passeio Público.*

A par destes irreverentes piparotes ao nariz da Moral, o teatro e a ópera abriram as suas portas a um público mais vasto, graças à venda livre de entradas, contrariamente às antigas práticas que pressupunham uma distribuição dos lugares segundo critérios sociais e económicos, a favor das

elites aristocráticas e burguesas<sup>21</sup>. As diversões urbanas começavam a atingir espectros sociais mais amplos, ao ponto de as próprias classes trabalhadoras se iniciarem paulatinamente em alguns hábitos de sociabilidade burguesa, como os passeios pelos parques. Em meados do século XIX, surgem novos e aprazíveis jardins como os de S. Pedro de Alcântara, Estrela e Príncipe Real. As prostitutas frequentavam discretamente as partes da cidade onde era mais intensa a vida pública como a Baixa, o Passeio Público, a rua Nova da Palma, o Calhariz, etc. Discrição que era tanto mais conseguida quanto é certo que o atentado à moral secular começava a ter o apoio declarado dos «seios desnudos» e «pedaços de pernas» de «senhoras de bem» que, com poucas preocupações e nenhuns preconceitos, se exibiam no *Passeio Público*\*, ante a concupiscência dos lisboetas. O ócio proporcionava o desenvolvimento de pautas de interacção social que, muito embora controladas, já não dependiam de privilégios feudais ou de fiscalizações monopólicas estabelecidas por decreto real. No *Passeio Público* – projectado em 1764 e remodelado entre 1853 e 1870, quando aparece a iluminação pública – eram frequentes os bailes e a música que atraíam tanto a burguesia como as *cocottes*\* *finas* e mesmo as classes trabalhadoras desde que caprichassem no aprumo e na etiqueta e os homens não dispensassem o uso da gravata e alimentassem aspirações de promoção social. Nesses espaços de sociabilidade urbana estadeavam os seus encantos as mais belas prostitutas de Lisboa, apetecidas de meia população e invejadas por outra meia. A elas se rendiam os conquistadores mais duros de bolsa e de mais versátil galantaria. Ali naufragavam fidelidades conjugais e muita austeridade insuspeita.

As prostitutas participavam naturalmente nesta intensa vida pública mantendo uma convivência aberta com as mais variadas camadas sociais, incluindo os círculos aristocráticos – essa rude conjuração apostólica de fidalgos que, de braço dado com fadistas e boleiros, atroavam tabernas e vielas, rolando do

---

<sup>21</sup> Em inícios do século XIX, não era permitido que as mulheres de comportamento discutível ocupassem as frisas e os camarotes de 1.<sup>a</sup> ordem nos teatros. Num antigo teatro da Graça haveria mesmo um camarote privado das meretrizes, o que nada espanta se atendermos a que no século xviii o teatro da rua dos Condes tinha um camarote com rótulas de madeira, por detrás dos quais os frades assistiam aos espectáculos sem ser vistos. Cf. Pinto de Carvalho, Lisboa de Outros Tempos, Lisboa, 1898, p. 186.

lausperene para o bordel e ansiando por cair tumtuosamente nos braços lânguidos da «putana» fadista que tão bem lhe encarnava os vícios e as paixões.

A meados do século XIX surgiam, contudo, nas esferas governativas, sérias preocupações legislativas em relação à participação das prostitutas na vida pública da cidade de Lisboa<sup>22</sup>. Para as autoridades públicas, a solução não se apresentava fácil. Onde se poderiam acantonar as prostitutas? Naturalmente que não seria aconselhável encerrá-las no Palácio da Ajuda, nos casarões do Patriarca, nas secretarias de Estado e, muito menos, aboletá-las em alguns populosos quartéis de guarnição. Era em parte violar o prestígio de alguns desses edifícios catacumbas, elevar a reputação de outros e estabelecer nos restantes uma descontrolada concorrência. Para serenar os ânimos e as consciências moralmente mais afectadas, surge o Edital de 5 de Maio de 1838 segundo o qual se proibia que as «prostitutas habitassem em casas próximas aos templos, aos passeios e praças públicas, estabelecimentos de instrução, liceus e recolhimentos». Alguns achavam exageradas estas medidas que tendiam a deslocar da vida pública as mulheres que por alguma razão se chamavam *públicas* e, principalmente, tendiam a afectar a imagem do pacato e timorato cliente da prostituta que, desse modo, mais facilmente poderia ser apanhado com a «boca na botija». Relegar de uma rua para outra os lupanares, a pretexto de que os costumes perigam naquela e não nesta, era uma «parvoíce oficial a todos os títulos incoerente», opinavam os mais cépticos. Apesar de tudo, não deixa de ser curiosa a desaprovação em relação à participação das prostitutas em uma das mais importantes manifestações da vida pública – a *política*. Dizia um dos mais tolerantes: «A mania política tem-se apoderado em Portugal de todas as classes desde 1820 até hoje e a ela não têm escapado algumas destas debochadas que se entretêm com a leitura de alguns jornais e se decidem por este ou por aquele partido, que nos tem dividido desde essa

---

<sup>22</sup> Estas preocupações, que eram uma constante da época, viriam de novo a terreiro depois da queda da 1.ª República (1926), sendo publicado um Edital a 26 de Abril de 1930 (Diário do Governo, 2.ª série, n.º 96) que extinguiu as casas de toleradas e fazia desaparecer as chamadas casas de «porta aberta» em lojas ou pavimentos térreos, cujos interiores eram muitas vezes visíveis do público que passava pelas ruas. Em sua substituição foram criados os quartos mobilados com «resguardos necessários das vistas da vizinhança ou da via pública» (art. 3.º). Em 1947 (Edital publicado no Diário do Governo, 2.ª série, de 25 de Setembro de 1947) a exploração da indústria de quartos mobilados foi também proibida em vários arruamentos.

época, seguindo ordinariamente aquele que têm os indivíduos que mais a frequentam<sup>23</sup>.»

De nada valiam estes lamentos. As prostitutas entregavam-se com tal alma e patriotismo à vida pública que, conta Santos Cruz, quando o Batalhão de Caçadores n.º 30 que estava em Abrantes foi mandado recolher à capital, em Junho de 1840, arrastou inevitavelmente consigo um numeroso e combatente pelotão destas voluntárias e inseparáveis companheiras das forças armadas. Aquartelamentos de 400 a 500 praças, entregues com «todo o fogo e violência» às paixões da «idade varonil», contavam de ordinário 50 ou 60 mulheres a elas adidas a título de «parentas», «vivandeiras» ou «lavadeiras». A Calçada do Carmo, por exemplo, dada a sua proximidade ao quartel, era um sobe-e-desce, abaixo e acima, dessas inevitáveis «mulherzinhas» perseguidas por soldados impacientes e desejos ardentes<sup>24</sup>. Esta «aliança» com as forças armadas – clássica e óbvia – já vinha de finais do século XVIII mas não era do agrado do austero Pina Manique que, em 1795, dera ordem de prisão às tais «mulherzinhas» que, indiferentes, alastraram para o lanço inferior da Calçada do Duque onde, em 1845, espreitava a *baixa* boémia.

Desconfiado era o olhar de toda a boa e estabelecida gente da época, em relação aos celibatários e às suas pretensas virtudes de castidade e continência. De facto, a pretensão de obter favores mais ou menos tangíveis de alguma



---

<sup>23</sup> F. I. Santos Cruz, *Da Prostituição...*, p. 141.

<sup>24</sup> Gustavo de Matos Sequeira, *Tempo Passado, O Carmo e a Trindade*, Volume III, Lisboa, 1923, p. 162.

mulher casada significava uma espécie de sucedâneo do matrimónio para muitos solteirões a quem resultava atractivo e até honroso o título de cortejo. A figura do velho e sabido solteirão que se burla das damas casadas, fazendo gala de não ter caído nas redes de nenhuma, enquanto, por outro lado, exhibia a sua devoção em relação a uma delas, era uma figura muito frequente no século XIX. Ao fim e ao cabo, e dado que as leis do casamento eram quase as bases de uma lei de propriedade, o amor e a vida sexual eram inevitavelmente procurados fora do matrimónio. Os casamentos fabricados tinham necessariamente de provocar uma dupla consequência – os amantes e a ilegitimidade e, com esta, a prostituição.

*Os casamentos fabricados tinham necessariamente de provocar uma dupla consequência – os amantes e a ilegitimidade e, com esta, a prostituição.*

A família representava um refúgio idealizado, um mundo em si mesmo, com valores morais que se pretendiam distintos dos de domínio «público» e «perverso». A família burguesa era idealizada como um espaço onde a ordem e a autoridade paterna não eram desafiadas. A segurança da existência material podia ser uma concomitância do amor marital – ou, mais provavelmente, da sua ausência – e os problemas familiares não teriam de tolerar os juízos exteriores ao núcleo familiar. Tomando as relações familiares como um modelo de austeridade, as classes dominantes entendiam o domínio público não como um espaço de vida social íntegro mas como um território de perversões e depravações, moralmente inferior. Só assim se compreende o espírito disfarçadamente caritativo e piedoso perante a prostituição, nomeadamente quando a passam a encarar como um «perigo público». Não foram outras as razões que, a partir do século XVIII, determinaram o surgimento de algumas casas de correcção como a de Santa Margarida de Cretona, em 1814, e, para finais do século XIX, de um albergue para criadas de servir, na calçada da Estrela. As mesmas razões estão por detrás da criação de uma associação feminina (a *Associação do Pataquinho*) que promovia casamentos entre a gente pobre – para reparar honras perdidas – e, finalmente, de uma instituição graciosamente denominada *Florinhas da Rua* criada e abençoada por um arcebispo, dirigida e moralizada pela Condessa de Rilvas. Está claro que associações deste tipo, ao desviarem um pequeno número de raparigas do caminho da prostituição não pretendiam acabar com ela, nem isso era possível.

A salvação de «meia dúzia» de «perdidas» acabava, no entanto, por se saldar numa boa justificação da «regulamentação» da prostituição aos olhos da Igreja, da sociedade bem estabelecida e da moral pública.

A burguesia, em particular, encarava a vida em público como geradora da violação moral e da decadência das leis de respeitabilidade. Por isso, Santos Cruz, algumas vezes voz dessa ideologia, afirmava em relação às prostitutas de mais baixa estirpe: «Suas palavras impudicas escandalizam os ouvidos das famílias honradas; a casada, a donzela, ou a viúva, enfim, toda a pessoa decente e de bons costumes é escandalizada.» Contudo, o desejo persistente e excessivo que se generaliza no século XIX de destacar em público sinais de uma aparência sofisticadamente construída, era não só motivo como pretexto para o desenvolvimento da prostituição. Poeta observador asseverava:

«Madama afidalgada que passava,  
Olhando as sedas que movia o vento,  
A uma amiga diz: “Oh que portento,  
Rende o ofício mais do que julgava”<sup>25</sup>.»

A ascensão económica da burguesia fazia com que as mulheres passassem a identificar-se, não tanto com a sua beleza ou laços de sangue, como com os adornos e riquezas com que se cobriam. Aquele desejo de «dar nas vistas» e de amortizar longas horas passadas ao espelho era o que as lançava à rua numa ânsia exibicionista. A intensa vida pública do século XIX e a incorrigível mania exibicionista da mulher burguesa produzia um *efeito-imitação* junto daquelas com que mais de perto convivia, pobres sonhadoras de príncipes encantados. Não estranha que em contacto directo com este mundo das modas e da exibição, criadas de servir ou «sopeiras» – categoria profissional que constituía uma das mais afamadas escolas de formação de prostitutas – tendessem a imitar as



---

<sup>25</sup> Cancioneiro do Bairro Alto, Lisboa, 1876, p. 23.

«suas senhoras», contrariando a antiga modéstia que deveria caracterizar as classes pobres, e que rezava: «Seja o marido almotacel, que taxe as galas de sua família; às criadas consinta toda a limpeza, mas não toda a louçainha; diferencie-as o traje com o ofício<sup>26</sup>.» Mas não. As modas foram-se generalizando às camadas mais populares: «Costureiras ambicionaram os ricos vestidos que as filhas dos banqueiros iam fazer cortar ao *atelier*. Criadas sofreram contagiosa influência da vida dissipada dos patrões<sup>27</sup>.»

*Aquele desejo de “dar nas vistas” e de amortizar tantas horas passadas ao espelho era o que as lançava à rua numa ânsia exibicionista.*

Os homens, não descurando também o seu aspecto físico, viam nestas «filhas da desgraça» uma boa oportunidade para as prostituírem. Havia o elegante rapaz de «barba à guize e colete cor de pérola» que as vinha esperar à saída do trabalho; o operário janota que as levava aos domingos à «Rabicha» e, na volta, as embebedava com «promessas e copinhos»; velhos venerandos com elas passeando arrebanhadas, fazendo tilintar grossas moedas de prata nas algibeiras; militares que as não largavam; homens casados que as seguiam «tossindo devagarinho»... Era vê-las aí «pelo romper das 8 da manhã, atravessarem o Rossio, cabaz no braço, saia arregaçada, a caminho da praça rindo a uma ou outra graça atrevida que lhes era dirigida: depois de feitas as compras, [metiam] por qualquer travessa próxima, afogueadas, os nabos e as couves [...] a enfeitarem por sob a asa do cabaz, seguidas por qualquer D. Juan de ocasião, enfiarem pela escada de certo prédio, onde numa janela de qualquer andar, chama a atenção a tradicional lanterna»<sup>28</sup>.

Este *efeito-imitação* bulia com as estratificações sociais e os hábitos culturais, pois arrastava socializações recíprocas. A difusão de «estilos plebeus» contribuiu para deteriorar aspectos respeitáveis e sagrados do bom porte aristocrático ou burguês ao introduzir fundamentais variações na linguagem amorosa entre os cônjuges e ao desterrar das suas relações o fantasma do pudor. Em Lisboa, a melhor sociedade passou a falar uma linguagem que, em qualquer burgo

---

<sup>26</sup> D. Francisco Manuel de Melo, Carta de Guia de Casados.

<sup>27</sup> Fialho de Almeida, Lisboa Galante, 3.<sup>a</sup> edição, Lisboa, 1920, p. 34.

<sup>28</sup> Fernando Schwalbach, O Vício em Lisboa, Lisboa, 1912, p. 14.

provinciano, «faria corar um tarimbeiro»<sup>29</sup>. Muitos maridos tratavam as suas mulheres como *concupinas\**, obrigando-as a aceitar a linguagem crua e obscena que se ensinava na reputada universidade do Bairro Alto, com um vocabulário muito conhecido dos lexicólogos da rua do Capelão e frases de um lusitanismo apenas compreensível às orelhas da Madragoa. Este, contudo, não era um fenómeno que atentasse contra a moral pública já que se processava numa esfera estritamente privada. Atentatória da ordem pública era a confusão não desejada entre a prostituta e a «mulher decente», onde a elegância estética as aproximava, através do colorido das modas e do jogo de roupas que era suposto que contribuíssem para organizar a ordem na diversidade da rua. Em face disto, alguns espíritos mais radicais e inconformados clamavam pela restauração das leis que no reinado de D. Afonso IV obrigavam as prostitutas a usar divisas e sinais distintivos da sua condição. Mas logo surgiam outras opiniões, segundo as quais «tais sinais as fariam reparáveis e escarnecidas de quase toda a população e por isso sem fiscalização policial sanitária; além de que se iria com isto infectar os lugares públicos com sinais ambulantes do vício e mostrar à adolescência tímida e incauta, pessoas desta classe» (Santos Cruz).

De acordo estavam quase todos nos ataques dirigidos às *casas de passe* ou *alcouces* nos quais, segundo a linguagem da legislação então vigente, eram recebidos indivíduos de ambos os sexos que aí iam «usar mal do seu corpo». O problema moral residia, neste caso, em que aos alcouces eram «conduzidas muitas casadas às escondidas dos maridos, muitas filhas-famílias, seduzidas por um amante astucioso». O problema moral estava, ao fim e ao cabo, associado aos deslizes da «conduta honrosa». Esta recebia reconhecimento e estabelecia reputação e, por último, a reputação via-se consagrada pela concessão de honras. A honra sentida convertia-se em honra reclamada e a honra reclamada passava a ser honra paga. Todo este jogo à volta do problema da *honra* se desenvolvia com regras bem definidas e ritualizações que alimentavam os dispositivos de viver social da época. Assim, nessa feira da «má língua» que era a baixa lisboeta, a honra dos maridos e a dignidade das famílias era rotineiramente arrastada às portas dos cafés, tabacarias e lojas elegantes, apontando-se a dedo as gentis e garridas mulheres que passavam e

---

<sup>29</sup> Paulo Osório, Lisboa, Crónicas Imorais, Porto, 1908, p. 25.

confidenciando-se mesmo as cotações dos seus favores. Estas práticas de rotineirização da vida lisboeta burguesa, isto é, a consolidação dos costumes através da repetição quotidiana, actividades rotineiras que constituíam o suporte de um estilo de vida, eram peças de um jogo de contrários, de sobreposições do «aparente» ao real, da «moral» à «libertinagem», da «virtude» simulada às formas de conduta aparentemente duvidosas e suspeitas, do pudor social aos aluviões de obscenidade, em suma: dos paladinos da moral e gendarmes de bons costumes aos propagandistas do «amor ilegítimo» que representavam os deveres conjugais como montanhas de tédio. A reputação que se pretendia perseverar implicava a subordinação da mulher de «bem» ao homem «honrado» e a perduração do modelo de moralidade e dos códigos de respeitabilidade que deveriam constituir o suporte dessa dependência. Escusado seria dizer que o temer medonho de adultérios, lubricidades e orgias apenas constituía problema para as torres de pudicícia na medida em que nessa existência vissem implicadas as suas mulheres, vigiadas e à força refugiadas nesse modelo de moralidade. Com a mulher do próximo a história era outra.

Em cada matrimónio reuniam-se duas classes diferentes de honra: por um lado, os homens protegiam escrupulosamente a pureza sexual das mulheres; por outro lado, consideravam-se responsáveis do seu comportamento porque nele se fundamentava a essência da sua honra moral (e a honra moral era a essência da honra porque estava em conexão com o sagrado de um modo que não estava a honra política ou social). Isto é claramente perceptível num facto que, de contrário, pareceria anómalo: os insultos mais graves que podiam dirigir-se a um homem não se referiam a ele mesmo mas às mulheres de sua família (mãe, irmãs, esposa, tias...). Aqui está a razão pela qual os homens reclamavam autoridade sobre as suas esposas, filhas e irmãs e lhes exigiam qualidades morais que não esperavam de si mesmos. Se um pai detectava um olhar cobiçoso ao decote ou ao artelho de sua virtuosa filha era certo e sabido que a trancava em casa, com veementes protestos e repreensões moralistas dirigidas principalmente à esposa por esta não revelar o mesmo olho clínico e, sobretudo, experimentado. O esposo exemplar deveria empregar a sua honradez principalmente em defesa da honra da sua esposa da qual dependia a sua própria. O adultério representava não apenas uma violação dos seus direitos como, sobretudo, uma demonstração de fracasso no cumprimento do seu dever.

O esposo enganado aparecia como objecto de ridicularização e opróbrio. Se considerarmos o adúltero e o cornudo não do ponto de vista do «censurável» ou do «correcto» mas em função da desventura ou da «profanação», podemos perceber por que o segundo – o profanado, aparece como objecto de desprezo e não o profanador. O que se passa é que o cornudo, mediante a sua desventura, torna-se virtualmente perigoso, representando os cornos não um castigo mas um estado de profanação<sup>30</sup>. Daí que o cornudo apenas se considerasse desonrado perante o reconhecimento público do facto consumado de lhe «porem os cornos».

Do que não se apercebiam ou fingiam não se aperceber os mais preocupados moralistas da época é que os códigos de honra do puritanismo estavam intimamente relacionados com a perversão. Pregavam-se em casa virtudes e preconizavam-se moralidades mas, fora de casa, estes furibundos apóstolos dos bons costumes que exigiam de sua mulher uma fidelidade irrepreensível tinham atitudes contraditórias com esses modelos de moralidade. Se a idealização da família era um refúgio contra os terrores da cidade como totalidade, a vida em público como domínio imoral tinha um significado diferente para homens e mulheres. Para as mulheres, representava um lugar onde se corria o risco de se perder a virtude e aonde era fácil cair nos «turbulentos e impetuosos remoinhos da desgraça» (Thackeray). Para os homens, a vida em público tinha uma tonalidade moral diferente. «Saindo a público» ou mesmo «perdendo-se em público», segundo os clichés da época, o homem libertava-se airoso dos códigos de dignidade e pundonor que se supunham dever estar encarnados na sua pessoa enquanto pai ou esposo no âmbito da esfera familiar. A preocupação moralista por problemas relacionados com o «coito impuro das prostitutas», a perturbação da «tranquilidade pública» e as frequentes desordens que causavam estas «vagabundas de rua», não por acaso denominadas *mulheres públicas* – esta preocupação, dizíamos, esconde, por conseguinte, uma outra realidade. Para os homens, a imoralidade da vida pública representava uma «região de liberdade» enquanto que para as mulheres era uma malfadada e

---

<sup>30</sup> Julian Pitt-Rivers, *Antropologia del Honor*, Editorial Crítica, Barcelona, 1979, p. 50. O cornudo ou cabrão caracterizava-se (e ainda se caracteriza) pelos cornos. Estes, que se apresentam como o símbolo fálico são também o distintivo do diabo, o inimigo da virtude, cujos companheiros possuem outros símbolos idênticos, como pode observar-se através dos famosos quadros de Goya.

inevitável desgraça. Por esta mesma razão, a prostituição era um fenómeno bastante mais corrente do que em retrospectiva se poderia imaginar porque, precisamente, se desenvolvia numa esfera (pública) oposta mas complementar à da família (privada), instituída como uma espécie de limbo moral.

Podemos assim concluir que a história do *regulamentarismo* é a história de um esforço incansável com vistas a disciplinar ou a domesticar a *mulher pública*. O regulamentarismo que, em Portugal, dominou quase toda a segunda metade do século XIX, não foi mais que uma peça do projecto global de exclusão, marginalização e enclaustramento de que foram alvo as prostitutas. Se estas recebiam, em alguns aspectos, um tratamento diferenciado em relação aos vagabundos e aos pedintes foi pura e simplesmente porque, como sugere A. Corbin<sup>31</sup>, a *função social* reconhecida à prostituta obrigou a que as autoridades públicas a encarassem com certa «tolerância». Quando, entretanto, para finais do século XIX, se perfilam novas condutas prostitucionais, então, como veremos, o projecto regulamentarista é abandonado por ineficaz. Surgem novos discursos sobre a prostituição e, com eles, a aceitação incondicional da sexualidade extraconjugal. Entramos, com esses discursos, na era do *abolicionismo*.

É com o abolicionismo que, mais do que nunca, ressalta à vista o facto de a prostituta e a mulher «honrada» se definirem uma em relação à outra. Não por acaso o abolicionismo emerge como uma corrente de inspiração feminista. A *Federação Internacional Abolicionista* foi lançada por uma mulher: a inglesa Josefina Butler. Em Portugal, em meados de 1913, surge, com larga participação feminina, uma *Liga de Moralidade Pública* que se propõe, entre outros objectivos, o ataque ao jogo, à pornografia, às tabernas, às touradas e, evidentemente, à prostituição. À comissão organizadora do Congresso Abolicionista Português, realizado em Agosto de 1926, em Lisboa, pertenciam nove mulheres e apenas um homem: Arnaldo Brazão. No referido congresso participaram várias organizações mais ou menos «feministas» como a *Liga Portuguesa Abolicionista* (promotora do Congresso); a *Secção de Moral do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*; o *Grémio Humanidade*; a *Federação Espiritista Portuguesa* e a *Liga de Acção Educativa*. Na maior parte das teses «feministas» é patente o *perigo concorrencial* que as prostitutas poderiam constituir para as

---

<sup>31</sup> A. Corbin, *Les Filles de Noce...*, p. 166.

mulheres casadas, bem estabelecidas e refugiadas no modelo conjugal burguês. Neste congresso, a doutora Aurora Teixeira de Castro proporia como «idades legais» da mulher os 18 anos para a prática do primeiro acto sexual e os 21 anos como idade a partir da qual poderia «livremente» casar. A doutora Adelaide Cabete foi bastante mais longe defendendo a criação de uma *Polícia Feminina* para combater a prostituição. Protestos *cavallhareicos* não se fizeram esperar e um dos congressistas, não conseguindo disfarçar a inquietude de um machismo beliscado, chegou mesmo a desabafar: «O nome de polícia feminina não soa bem aos ouvidos<sup>32</sup>.» Os ânimos só acalmaram quando Adelaide Cabete acabou por confessar: «Eu não quero as mulheres a prenderem os homens que se envolvem em desordem e conduzi-los à prisão, e nas ruas de sabre e pistola à cinta<sup>33</sup>.» As teses «feministas» mereceram o apoio incondicional dos anarquistas e um convicto sindicalista, enchendo-se de brios, chegou mesmo a clamar: «É em nome da Federação Nacional dos Operários da Indústria Mobiliária de Portugal que uso hoje da palavra para prestar as minhas homenagens a este grupo de senhoras que aqui vieram arrastando com velhos preconceitos a dizerem o que pensavam da prostituição<sup>34</sup>.»

É evidente que o movimento abolicionista encontrava-se à partida entorpecido pela coexistência, no seu ideário de um proibicionismo evangélico e moralizador dominado pela obsessão da repressão sexual e de um liberalismo ateu. A campanha abolicionista que, na prática, arrancou em força, no nosso país, no ano de 1924, aquando do primeiro Congresso Feminista e de Educação promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, teve como órgãos difusores da sua doutrina, para além das revistas *Educação Social* e *Alma Feminina*, o suplemento literário do periódico anarquista *A Batalha*. O grupo anarquista *O Semeador* acabaria, aliás, por participar no referido Congresso Abolicionista Português, realizado em Agosto de 1926. Esta mistura de evangelismo, «velhos preconceitos», patriotismo e «moral kantiana» prepara nos meios burgueses, como justamente refere Corbin, a «moralização» da sociedade num contexto já pronunciadamente nacionalista<sup>35</sup>. O velho sistema

---

<sup>32</sup> A. Brazão, Congresso Abolicionista..., p. 26.

<sup>33</sup> A. Brazão, Congresso Abolicionista..., p. 26.

<sup>34</sup> A. Brazão, Congresso Abolicionista..., p. 34.

<sup>35</sup> A. Corbin, *Les Filles de Noce...*, p. 344.

regulamentarista tão bem defendido por Santos Cruz cedeu assim lugar a um novo, mais lógico, mais racional mas igualmente moral, sistema: o *abolicionismo*.

A passagem do regulamentarismo ao abolicionismo coincide com a abertura dos espaços marginais da Lisboa boémia e da prostituição. De facto, numa primeira fase, a marginalização autoritária das prostitutas encontrava-se justificada pela sua própria marginalidade, precisamente porque, como o crime, a prostituição formava uma «contra sociedade subterrânea» temida como uma ameaça moral, social, sanitária e política. Numa segunda fase, as propostas abolicionistas surgidas em Portugal, em inícios do século XX, jogaram precisamente a favor da destruição dos espaços marginais da prostituição. O discurso «abolicionista» é sobretudo uma análise crítica do regulamentarismo e, particularmente, da instituição que o coroa e do símbolo de isolamento da prostituta: a casa de toleradas.



# A Lisboa Boémia

Na sociedade portuguesa dos séculos XVIII e XIX, à imagem do que acontecia por toda a Europa, o discurso sobre o sexo e a prostituição estava fortemente controlado e filtrado pela «decência» e pela «moral», como já vimos. Definia-se de forma muito estrita onde e quando era possível falar do sexo ou exercer a prostituição. O estabelecimento de regiões onde era absoluto ou quase absoluto o silêncio e/ou a discrição e o domínio de uma certa economia restritiva que se integrava numa política da língua, da fala e do acto sexual – por um lado espontânea, por outro concertada, criava, paralelamente, regiões onde se dava uma valorização e intensificação do «indecente» e do «imoral». Uma destas regiões era a da *boémia* onde se cruzavam os discursos *ilícitos* e as atitudes de *infracção*. Aliás, a Lisboa boémia afigura-se, num primeiro momento, tão pouco íntima com a Lisboa convencional que os segmentos de população a uma e outra respeitantes arrastam consigo um processo de *diferenciação linguística*<sup>36</sup>. Não é por acaso que a *gíria* e o *calão* aparecem originária e historicamente entre grupos marginalizados de toda a espécie. De um modo geral, para fins primeiramente crípticos, numa preocupação de solidariedade interior ao grupo, mas também de defesa contra a repressão exercida pela maioria da sociedade contra esse mesmo grupo<sup>37</sup>. Poderíamos dizer que os protagonistas da Lisboa boémia agem através da *gíria* formando uma *comunidade linguística*<sup>38</sup> ou, como sugere Gumperz, uma *comunidade de discurso*<sup>39</sup>.

Mas a Lisboa boémia não é apenas um território de discursos clandestinos, circunscritos, cifrados. É também um espaço onde o «sexo selvagem» tem direito a formas de real. Como observa Foucault: «Se verdadeiramente há que dar lugar às sexualidades ilegítimas que se marchem com o seu escândalo a outra parte – onde se possam reinscrever senão nos circuitos da produção, pelo

---

<sup>36</sup> André Martinet, *Éléments de Linguistique Générale*, Armand Colin, Paris, 1960.

<sup>37</sup> Juliete Garmadi, *La Sociolinguistique*, P. U. F., Paris, 1981 (Tradução portuguesa: *Introdução à Sócio-Linguística*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983.

<sup>38</sup> Leonard Bloomfield, *Le Langage*, Payot, Paris, 1970.

<sup>39</sup> J. John Gumperz, «Types of Linguistic Communities» in *Readings in the Sociology of Language*, Mouton, Haia, 1972.

menos nos do lucro<sup>40</sup>.» É assim que o *bordel* aparece como lugar privilegiado da Lisboa boémia onde o sexo e a prostituição gozam de tolerância pouco menos que absoluta. É assim que a Lisboa boémia se mostra como um antro de marginalidade e cuja especificidade passa obviamente pelo espaço físico que a circunscreve (Bairro Alto, Alfama, Mouraria...) mas que a ele não se reduz pois o relevante é o tipo de relações que se desenvolvem entre os participantes da boémia: prostitutas, fadistas, marialvas, chulos...

Para começar, veremos como a Lisboa boémia é um espaço de intersecção do mundo do *fado* com o da *prostituição*, guardada de uma convivência aberta entre os seus vários participantes, desde os fadistas até aos marialvas aristocratas, quer nas tabernas, quer nas esperas de touros. Veremos ainda que a Lisboa boémia é uma região de valorização e intensificação do *indecente* e do *imoral*; uma região onde se cruzam os discursos *ilícitos* e as atitudes de *infracção*; uma região associada a práticas de apropriação colectiva de um tempo/espaço onde a noite aparece como a fronteira mais visível que separa a boémia da «sociedade respeitável»; uma região que é, afinal de contas, ponto de reunião de práticas sociais que corporizam uma marginalidade *socialmente integrada*, onde os seus participantes (prostitutas, fadistas, marialvas, toureiros, boleiros, vagabundos e marinheiros), independentemente da sua origem social, mantêm uma convivência aberta entre si, onde as distinções superorgânicas de «significados-valores-normas» aparecem socialmente minimizadas. Na parte final deste capítulo veremos que a partir dos anos 70 do século XIX (1868 e 1869) – uma data charneira na história do liberalismo português –, a Lisboa boémia começa a perder parte das suas mais castiças características: a guitarra aventureira e pífia deixa-se ser dedilhada em salões principescos; a transformação do fado é paralelamente acompanhada da decadência gradual do faditismo; enfim, a Lisboa boémia começa a abrir-se relativamente ao mundo que a rodeia.

---

<sup>40</sup> M. Foucault, *Historia de la Sexualidad. La Voluntad de Saber...*, p. 10.

## 1. Fadistas e baiucas\*

O fado pode ser considerado filho da prostituição e das baiucas. Daí que no bordel estivesse sempre presente uma guitarra:

«Guitarra que não aqueces,  
Embora cantes com brio!  
Quando não fala de amor,  
Toda a guitarra tem frio!<sup>41</sup>»

Folhetos de cordel da primeira metade do século XIX ligavam já o termo fado a suspeitas habitações da capital – com frequência de mulheres frangalhonas, esmamalhadas, de pomas moles à mostra – e descreviam as fadistas como:

«Essas que em tascas imundas,  
Sempre de copo na mão,  
Desgrenhadas, descompostas,  
de dia e de noite estão<sup>42</sup>.»

Segundo estudos publicados em 1901, por Alberto Bessa, sobre a *gíria portuguesa*, *fadinho*\* era a «canção e dança especial e predilecta de meretrizes, vadios, estroinas e boémios»<sup>43</sup> e, enquanto o *fado*\* tanto podia significar «prostituição na mulher» como «vadiagem do homem», *fadista*\* era a «mulher que se [entregava] à prostituição [ou o] homem brigão, vadio, desordeiro»<sup>44</sup>. Poetas boémios, assíduos frequentadores das tascas de fado, davam conta do rebuliço social em que se envolviam putas e fadistas:

«Correi a ver em cena as putas grulhas,  
Do Bairro Alto a corja dos *pandilhas*\*,  
Os fadistas *pingões*\* e *bigorilhas*\*,  
Que de noite incomodam as patrulhas<sup>45</sup>.»

---

<sup>41</sup> Fernandes Costa, cit. por Pinto de Carvalho, *História do Fado*, Publicações Dom Quixote, Col. Portugal de Perto, Lisboa, 1982, p. 35.

<sup>42</sup> Luís Moita, *O Fado, Canção dos Vencidos*, Lisboa, 1936, p. 102

<sup>43</sup> Alberto Bessa, *A Gíria Portuguesa*, Lisboa, 1901.

<sup>44</sup> *Ibid.*

<sup>45</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, p. 21.

O *fadista* como a Lisboa de então o entendia – galanteador arrogante e *valdevinos\** – era temível até pelo nome: o *Facada*, o *Trinca*, o *Naifa*<sup>46</sup>. Em 1830, conta Pinto de Carvalho, repetiam-se na Mouraria as desordens «à navalha e a cacete» entre marujos, soldados e paisanos, «tudo por amor do Amor»<sup>47</sup>. As tabernas eram «centros notórios para reunião de galdérias, de sujeitos sem ofício nem benefício e de patuscos de profissão vaga ou intermitente»<sup>48</sup>. Todas essas tabernas – completos muladares do vício, paludosos marnéis do crime – eram infestadas por marítimos frecheiros, valentões blasonadores, fadistas e loureiras pirangas, ancilas do prazer vendido a moeda refece. Fadistas conhecidos, como Luís *Velinho*, eram mais populares pela «habilidade insueta em aplicar o método sedativo das sangrias de navalha aos adversários renitentes em se chegar ao rego» do que pela «arte de arranhar a banza»<sup>49</sup>.

Aqui e além surgiam tentativas de regeneração da prosápia fadista e avançava-se com vagos «sentimentos de honra». Um conhecido fadista e poeta boémio dos finais do século XIX afirmava: «Os fadistas que se prezam tocam guitarra, mas não usam navalha! Cantam o fado, mas não são rufiões<sup>50</sup>.» O certo é que a vigência boémia não dispensava as «corridas... apitos... balbúrdia... galegos a correr com macas para o [...] hospital de S. José... cirurgiões a coserem as barrigas furadas pelas simpáticas navalhas de ponta e mola...»<sup>51</sup>. A navalha era o instrumento predilecto da expansão do génio e o argumento decisivo nas disputas e rixas. Um inglês, fleumático mas assustado, de passagem por Portugal, escrevia a propósito: «A maioria dos portugueses venera a navalha com a ternura de uma arma nacional. Ela o é de facto e os registos policiais dão eloquentes provas da sua acção. Segui com atenção os movimentos dum desordeiro e vereis que as mãos procuram instintivamente os bolsos onde a navalha espera o momento de intervir<sup>52</sup>.» De noite, em muitas ruas da capital, estacionavam uns «mariolas» que transportavam os transeuntes

---

<sup>46</sup> Júlio César Machado, *Lisboa na Rua*, Lisboa, 1874, p. 172.

<sup>47</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 74.

<sup>48</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 75.

<sup>49</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 271.

<sup>50</sup> Avelino de Sousa, *Bairro Alto*, Lisboa, 1944, p. 233.

<sup>51</sup> Júlio de Sousa e Costa, *Severa*, s.d., pp. 50-51.

<sup>52</sup> A. Kotnay, John Bull e Zé Povinho, *Análise à Vida Portuguesa*, Porto, 1918, pp. 231-232.

de um para outro lado da rua, depois de lhes perguntarem solícitos: «Quer passar?»<sup>53</sup>



*Os marinheiros frecheiros, valentões blasonadores,  
participavam activamente na boémia lisboeta.*

A navalha era uma amante do fadista. Dentro da algibeira dormia--lhes, ordinariamente, a *sarda\**, o *pico\** ou a *naifa\**. As prosas da navalha eram cantadas por rimas coxas ao som choradinho e plangente das guitarras dos menestréis do Bairro Alto. Entre a fadistagem encontravam-se, ainda, tesos jogadores do pau que naturalmente originavam muitas mortes à *paulada*. De vez em quando, nas tabernas, surgiam também armas de arremesso, como os bancos de pinho. As fadistas ou «mulheres da vida» não lhes ficavam atrás nestas lides zaragateiras, bastando lembrar a *Barbuda*, mãe da Severa, «mulher de faca na liga, cabelinho na venta e língua de prata»<sup>54</sup>. A própria Severa, quando na rua do Capelão e no beco do Forno se estabeleceram as visitas da polícia sanitária, «tentou opor-se à inovação, e, armando-se de uma acha de lenha, amotinou as suas companheiras e espancou os encarregados da higiénica tarefa, obrigando o médico, um marreco, a dar às de Vila Diogo»<sup>55</sup>. Eça de Queirós comenta, nos *Maias*, aquele crime da Mouraria, aquele drama fadista que impressionava Lisboa inteira, «uma rapariga com o ventre rasgado à navalha por uma companheira, vindo a morrer na rua em camisa, dois faias esfaqueando-

---

<sup>53</sup> Francisco Cântico, *Lisboa no Tempo do Passeio Público*, Lisboa, 1962, volume I, p. 48.

<sup>54</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 67.

<sup>55</sup> *Ibid.*, p. 68. Cf. também, a propósito deste episódio, Eduardo de Noronha, *Sociedade do Delírio*, Lisboa, 1922, p. 147.

se, toda uma viela em sangue». Os fadistas repartiam assim a vida «entre o fadário das baiucas, a intimidade tépida das mancebias com as *marafonas\** e a residência temporária na cadeia ou no *xelindró\**»<sup>56</sup>. Não tinham morada certa. Habitavam sucessivamente na taberna, na batota, no *chinquilha\**, no bordel ou na esquadra da polícia.

Muitos fados da época retratam fielmente o quotidiano habitual do fadista pimpão:

«Na tasca da putaria  
Houve ontem grande bulha,  
Veio de lá a patrulha  
P'ra o Carmo levar me queria.

Um soldado olha para mim,  
E me diz – 'marche p'ra frente,  
Barulho não se consente,  
Aqui não se quer *chinfrim'\**.

[...]  
Mas não me faz espantar,  
Que tinha vinho nas tripas;  
Preguei lhe quatro *chulipas\**,  
E depois toca a safar.

[...]  
Já livre da *entalção\**,  
D'onde escapei por milagre,  
Na tasca do Zé *Vinagre*  
Fui tomar o meu *pimpão\**<sup>57</sup>.»

Na verdade, rara era a noite em que não ocorriam sérios confrontos entre as forças da ordem e a fadistagem. Ciúmes e disputas de mulher estariam, certamente, na origem destas intrigas. Com efeito, os morigerados guardas também tinham os seus *arranjinhos\** e as suas *protegidas\**. As forças da ordem detestavam os fadistas, abominando as suas melenas e a boca de sino das

---

<sup>56</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 71.

<sup>57</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, pp. 81-83.

calças a que chamavam *abusinações*\*. Na esquadra do Atalaia, o chefe Silva parece que exagerava: quando algum desgraçado que assim trajava lhe parava às mãos, descarovelmente, com uma tesoura, cortava-lhe as *mechas*\* de cabelo e quanto às *abusinações*\*, não tinham menor sorte: a desalmada tesoura ia-se às bocas de sino como faca à manteiga. As vinganças eram depois implacáveis. Quando o chefe Silva se reformou, a *fadistagem*\* «fez-lhe uma espera, de noite, e foi tal a carga de pancada que lhe aplicaram que o [desventurado...] dela morreu um mês depois!»<sup>58</sup>

O Conde de Vimioso descrevia a paisagem destas espécies a um curioso, novato naqueles meios:

«– Aquele que além está, de altura regular, corpulento, designam-no pelo Epifácio *Mulato*, e finge que trabalha pelo ofício de torneiro de botões. É leve como o ar; as patrulhas por mais que corram não conseguem deitar-lhe mão.

– E aquele homem encorporado, de cacete na mão?

– É o Justiniano, arredonda metais ao torno, atira uma paulada por qualquer *questiúncula*\* insignificante e refila com tudo e com todos.

– É bom saber-se! E esse?

– É o Manuel Saragoça; já estive em África. A navalha ora está no bolso ora na barriga do parceiro.

– Boa prenda! E este alentado *marmanjo*\*?

– É o José *Nabo*; orgulha-se de dar uma facada ou uma paulada como ninguém.

– E os dois que conversam?

– Alcunham um de Rafael *Serralheiro* e ao outro chamam-lhe Joaquim Nunes, a sua folha corrida enche volumes: mais afastado, deste lado, vigoroso e destemido, está o Grilo, criado do Funileiro Cidade, e além o Perico, espanhol e *pimpão*\*.

– E além?

– Dois do Bairro Alto: o *Pau Ferro* e o João *Arraia*, serralheiro, filho de um sapateiro da rua do Norte, à esquina da Travessa do Poço. Não tem papas nas mãos. Uma noite, entra numa taberna onde ele bebia um tenente da Municipal, de ronda. O oficial põe a selecta sociedade no meio da rua, a chicote. O *Arraia* passa adiante dele e espera-o no largo de S. Roque, arranca a muleta a um coxo, ali parado, abre a cabeça de meio a meio ao *guita*\* e safa--se pela rua fora de maneira que ninguém o alcançou<sup>59</sup>.»

Enfim, se analisarmos a *gíria* fadista da época mais em voga no Bairro Alto, Alfama e Mouraria, verificamos que a maior parte dos termos é, de facto, ilustrativa da faceta rija e brigona de tais bairros. Tomemos uma pequena amostra:

---

<sup>58</sup> Rigorosamente histórico, segundo A. de Sousa, *Bairro Alto...*, p. 120.

<sup>59</sup> E. de Noronha, *A Sociedade do Delírio...*, pp. 250-251.

- *Lambança\**, *risca\**: alteração da ordem.
- *Estampas\**, *narcejas\**, *trolhas\**, *trunfos\**, *umas todas\**: bofetadas.
- *Rolantear\**: esfaquear.
- *Sarda\**: faca.
- *Chegada\**, *meio-bordo\**, *picada\**, *risco\**: facada.
- *Arrefecer\**, *esfriar\**, *espichar\**, *marar\**, *vindimar\**, *virar\**: matar.
- *Muda\**, *naifa\**: navalha.
- *Arroz\**: pancada.
- *Verdoso\**: sangue.
- *Meter a mão aos arames\**: tirar a navalha do bolso<sup>60</sup>.

Era nestes bairros que os fadistas azevieiros e cheios de farófia ditavam as suas leis. Os «harpejos dolentes», as «subidas diatónicas na guitarra», a toada rouquenha das gargantas estragadas pelo álcool e pela sífilis, a versalhada fadistal muito estrangulada de «ais!» era o que mais se ouvia nesses antros, onde a ronda não se atrevia a entrar, «com receio de andar em bolandas diante do bico dos sapatos e do bico das facas de frandulagem»<sup>61</sup>.

## 2. Fadistas e aristocratas

Personagens aristocráticas ou de condição mediana, oficiais do exército e até burgueses pacatários quiseram abraçar o fado ao longo de quase todo o século XIX. «O luxo da época era fazer uma *digressão guerreira* à Mouraria, Bairro Alto e Alfama<sup>62</sup>» onde não faltavam *gambérrias\** e *cambapés\** de trampistas, *alicantinas\** e *tramóias\** armadas aos estroinas. No giro das meretrizes e no seu faceio alvaiade e carmim convergiam olhares atentos de toureiros, birbantes, cocheiros e faias.

«Bendito Portugal, que abundas tanto  
Em putas engraçadas, *galhofeiras\**;  
Quem há-de resistir a tais brejeiras\*,

---

<sup>60</sup> A. Bessa, *A Gíria...*

<sup>61</sup> Pinto de Carvalho, *Lisboa de Outros Tempos...*, Vol. II, p. 111.

<sup>62</sup> J. S. e Costa, *Severa...*, p. 142.

Que seduzem com seu lascivo encanto!<sup>63</sup>»



*Na Lisboa boémia de meados do século XIX, os fadistas azevieiros e cheios de farófia ditavam as suas leis*



*Em muitos outros da boémia lisboeta a «ronda» não se atrevia a entrar com receio de andar em bolandas diante do bico dos sapatos e do bico das facas de frandulagem.*

---

<sup>63</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, p. 13.

Às desigualdades sociais e culturais não correspondiam desiguais distribuições no espaço boémio. No mesmo círculo da estroinice ocorria uma convivência espontânea, não estratificada: «Fidalgos roçando por costureiras; um ministro a par e passo de um gatuno; um poeta ao lado de um barbeiro; uma virgem estudando uma prostituta<sup>64</sup>.» Aliás, o Bairro Alto foi sempre preferido pela alta aristocracia. Entre as vivendas apalaçadas do Bairro sobressaíam as dos condes de Soure, de Ficalho e de Sobral; dos marqueses de Nisa, de Olhão e de Pombal; dos duques de Palmela; dos viscondes de Lançada, de Condeixa e muitos outros<sup>65</sup>.

Fadistas, rascoas, poetas, actores e jornalistas – pois toda ou quase toda a imprensa de Lisboa habitava no Bairro Alto<sup>66</sup>, «todos se davam as mãos irmãmente na vida boémia, nas noites de fados e guitarras nas tabernas do sítio»<sup>67</sup>.

«[...] A fadistagem de então,  
Entre navalhas e vinho  
Junto às amantes fiéis;  
Cantava, com devoção,  
O fado bem choradinho,  
Nas tabernas e bordéis<sup>68</sup>.»

Das mãos rudes do mais modesto plebeu aos dedos de patrícia com unhas reais, a guitarra, qual gemebundo alaúde, deixava-se acarinhar em afagos celebrando amores de uma ardência vesuviana de qualquer concubina nos cornos da lua.

---

<sup>64</sup> Abel Botelho, *O Barão de Lavos*, Edição Livros do Brasil, s.d., Lisboa, 170.

<sup>65</sup> José Sousa Gomes, *Lisboa – da sua Vida e da sua Beleza*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1937, p. 94.

<sup>66</sup> O *Diário de Notícias*, o *Século*, *A Tarde*, o *Diário Ilustrado*, a *Época*, a *Folha do Povo*, a *Vanguarda*, o *Rebate*, o *Imparcial*, *A Luta*, a *Situação*, o *Mundo*, o *Diário da Manhã*, a *República*, etc.

<sup>67</sup> A. de Sousa, *Bairro Alto...*, pp. 59-60.

<sup>68</sup> Júlio Guimarães, *Os Amores da Severa e do Conde de Vimioso*, Lisboa, s.d., p. 8.

<sup>68</sup> José Sousa Gomes, *Lisboa – da sua Vida e da sua Beleza*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1937, p. 94.

## 2.1. Nas tabernas

As tabernas, ponto de encontro de todos estes boémios, tinha naturalmente uma frequência socialmente diversificada. Todos lá iam *depenar a perna*<sup>69</sup>. Desde moços de fretes, carrejões e malteses de cacete – jaleco ao ombro e barrete derrubado –, até à mais fina flor da aristocracia. Esta, ou amava em S. Carlos ou no bordel. Os mais ousados preferiam o bordel ou a taberna, independentemente das indignações e de certos preconceitos da família:

«[O fidalgo] – O meu filho, vem cá jantar?

[O taberneiro] – [...] Pois por que não há de vir? [...]

[O fidalgo] – Então os boleeiros já não vêm às tabernas?

[O taberneiro] – Decerto que vêm. Os senhores *janotas*\* até por via de regra vêm de sege.

[O fidalgo] – E os boleeiros jantam com eles?

[O taberneiro] – Jantam noutra mesa, e às vezes na mesma. Não havia de ser assim, por via de quê?!<sup>70</sup>»

Se o fidalgo leva o menino ao teatro, «o menino, que não pode aturar a peça, diverte-se a enfiar decilitros na taberna mais próxima, em companhia dos *faias*\*, que no mesmo quarto de hora o tratam de excelência e de você, fumando-lhe charutos e dando-lhe *chulipas*\* [...]. O papá que lá tem os seus motivos para não desaprovar de todo a inclinação do *morgadinho*\*, cai com os *conquibus*\* para a *pileca*\*. Arranja-se um casse-tête e galopa lá para as Marnotas»<sup>71</sup>. Aí, nas tabernas chinfrins, de cujas portas amigas o simbólico ramo de louro se agitava à brisa, é que o folgaz marialva *chupitava*\* o seu *copázio*\* de tinto. Algumas «famílias bem» vendo ultrapassada a meta das liberdades tacitamente concedidas àquilo que uma certa complacência chamava «rapaziadas» reclamavam, então, a actuação da polícia. Outros, contudo, embalados por um moralismo céptico, reconheciam: «Que tem a ver a polícia com o desleixo paterno que permite que a sociedade dourada de Lisboa prefira muito a seu talante a tarina da esquadra ao fofo colchão do lar doméstico? Em vez das aulas,

---

<sup>69</sup> «Provar o vinho em todas as adegas», cf. Mário de Almeida, *Lisboa do Romantismo*, Lisboa, 1917, p. 227.

<sup>70</sup> J. C. Machado, *Lisboa na Rua...*, p. 46.

<sup>71</sup> Braz Fogaça, *Os Marialvas*, Lisboa, 1876, p. 50.

os rapazes preferem os bilhares; em vez da vida passada na família preferem os prostíbulos; as *batotas*, aos cursos superiores; a vadiagem aos empregos honestos; sabem-no os pais, não o ignoram as mães, a família enfim não se opõe, e é à polícia então que se atribui o dever que pais e mães esqueceram e a família descara? Impossível!<sup>72</sup>» E assim, no meio de todo este conformismo, os marialvas estavam à vontade para *engulipar\** em cada uma das tascas por que passavam «aquela conta»; *beberricavam\** em todas as baiucas, olhos piscos, cheirando a «rapozinho» e a *piteira\**, dando guinadas, fazendo *tem-tem\**, movimentos centrípetos e outros malabarismos congéneres: «São os meus filhos», dizia um taberneiro quando os janotas entravam<sup>73</sup>.

As dolências de uma guitarra à boca de uma taberna tinham uma plateia variada: marujos, rameiras, fadistas e marialvas ocorriam às *tabernórias\**, tão negras por fora como soturnas por dentro. Até altas horas, havia descantes, fado *batido\**, gritaria infernal, grandes pancadas sobre as mesas ao arremessar da carta sebenta que empolgava a vasa. De quando em quando, emergia a voz rouca do fadista avinhado ou aguardentado a cujo canto da boca se pendurava um cigarro, fazendo com o fumo entrecerrar a pálpebra. Cantava-se então o fado e as



proezas da navalha. Nos intervalos da «musicata» o fadista costumava pedir um copinho de «rija» ou simplesmente uma *bobida\** para «espantar as tristezas»<sup>74</sup>.

*As dolências de uma guitarra à boca de uma taberna tinham uma plateia variada.*

---

<sup>72</sup> B. Fogaça, *Os Marialvas...*, p. 53.

<sup>73</sup> J. C. Machado, *Lisboa na Rua...*, p. 45.

<sup>74</sup> Albino Forjaz de Sampaio, *Lisboa Trágica (Aspectos da Cidade)*, Lisboa, 1910, p. 86.

Taberna tranquila, sem murros, sem gritos, sem facadas, era «fraca taberna». A notabilidade de uma taberna impunha-se pelo vinho, petisqueiras e *chinfrim*\*. Era em semelhantes baiucas que se concertavam os golpes homicidas e se definiam os rumos de vida das pobres mulheres das vielas do sítio. Dizia Júlio Machado: «A taberna pede desordem e o povo pede taberna<sup>75</sup>.» E com o povo, em ramboia, andava a aristocracia boémia: «A *jeunesse dorée* do romantismo não desdenhava, procurava mesmo, entre o tumulto dos boleeiros de S. Paulo e dos *faias*\* d'Alfama, a patuscada nocturna, quer nas tabernas dos altos da Graça, quer nas hortas suburbanas de que a cidade foi sempre povoada<sup>76</sup>.» Tabernas famosas eram as do *Manhoso*, do Manuel Jerónimo (*O Cegueta*) e da Rosária *Pimpona*. Segundo Júlio de Sousa e Costa, «todas três eram uns tascos imundos, mas para os elegantes constituíam um paraíso»<sup>77</sup>. Havia uns fadistas «mais cometidos e inofensivos» a quem se dava o título escarninho de *protectores*\*. Quem se queria aventurar nas travessas e becos do «burgo» pedia a um destes protectores para ser o seu «anjo-custódio» na passeata que queria dar<sup>78</sup>. Nos tempos do *Passeio Público* encontrava-se, do lado norte do mesmo, a taberna do Zé Gordo onde todos os malandrins, rufias e gatunos do tempo, celebravam os seus conciliábulos e combinavam os seus crimes e malfeitorias. Foi aqui o quartel-general da quadrilha do Diogo Alves que era um dos seus mais assíduos frequentadores, tendo por cúmplices o «Beijo Rachado», o «Pé de Dança» e o «Enterrador» que era «aguadeiro de ofício e gatuno por vocação»<sup>79</sup>. Nas ruas da Atalaia, da Barroca, da Rosa e em algumas travessas do Bairro Alto existiam tabernas e tendas com venda de vinho onde, de dia e de noite, se juntavam conhecidos malfeitores. Era tal a quantidade de mulherio que andava à matroca pelo Loreto que os donos desses estabelecimentos reclamavam

---

<sup>75</sup> J. C. Machado, *Lisboa na Rua...*, p. 46.

<sup>76</sup> M. de Almeida, *Lisboa...*, p. 225.

<sup>77</sup> J. de S. e Costa, *A Severa...*, p. 207.

<sup>78</sup> J. de S. e Costa, *A Severa...*, p. 124-125.

<sup>79</sup> João Paulo Freire, *Lisboa do Meu Tempo e do Passado*, Lisboa, 1930, volume II, p. 194.

medidas repressivas contra «essas fêmeas que se adargavam com modos despejados»<sup>80</sup>.

*A taberna impunha-se pelo vinho, petisqueira e chinfrim\*.*

Marialva era quase sinónimo de estroina. Os vadios de estirpe nobre – *aristocratas de meia tigela*<sup>81</sup>, além de muitas outras gentilezas também *puxavam pelo rabo à sota*\*, isto é, procediam exactamente como os da *vermelhinha*\* e por isso faziam jus às mesmas atenções. Para estes marialvas – entalados entre preconceitos nobiliárquicos e religiosos, habituados a respirar uma atmosfera de sífilis, álcool e nicotina e com os ouvidos educados e bombardeados por temas como adultérios, mancebias, sodomias, irmãos de



caridade, padres, lauspeneres, touros e cavalos – para estes marialvas, dizíamos, tanto fazia «jogar n'um salão ricamente mobilado, à luz de cem velas de *spermacetti*, como apontar n'uma baiuca aluminada por velas de cebo e com um vigia à porta para dar sinal quando se [aproximava] a polícia»<sup>82</sup>.

Aliás, em abono da verdade, estes marialvas eram pouco dados aos «salões», à conquista de preciosas que «coravam por um nada de amor» e faziam ouvidos surdos à frase delicada e madrigalesca, enquanto rodopiavam olhares suspeitos

<sup>80</sup> P. de Carvalho, *Lisboa de Outros Tempos...*, pp. 182-183.

<sup>81</sup> B. Fogaça, *Os Marialvas...*, p. 15.

<sup>82</sup> B. Fogaça, *Os Marialvas...*, p. 15.

através de um leque de rendas *d'Alençon*. Eram mais atraídos pela vida «irrequieta e alterosa das mulheres fáceis que vinham, de mão em mão, até se aproximarem, gastas, cansadas, materializadas e tinham, como divisa, viver e gozar»<sup>83</sup>. Não deixa de ser curioso como o nome de «marialva», apelidado pelo povo, passa a ser indistintamente aplicado «a todos aqueles que se manifestavam na provocação de justas reles, de uma triste heroicidade»<sup>84</sup>. Para finais do século XIX, todo este cenário se desvanece e embora nos bairros mais populares rufias e fadistas continuem comparsas certos em *rixas\** de taberna, esta deixa de apresentar a paisagem social flutuante e misteriosa que lhe era típica.

## 2.2. Nas esperas de touros

As *esperas de touros* constituíam motivo de franca confraternização entre os boémios das várias castas, desde o *faia\** do Bairro Alto até ao mais requintado aristocrata. «Pescadores de baixa e alta esfera, fadistagem e estroinas, não faltavam [... a estas] extravagâncias e loucuras<sup>85</sup>.»

«Lembro as esperas do Gado,  
Divertimento atraente  
da ralé e fidalguia;  
E do Colete Encarnado,  
Vinha o fado, tristemente,  
Acabar na Mourarias<sup>86</sup>.»

As esperas dos touros faziam-se nas hortas dos arrabaldes da capital: em Loures, no Lumiar, no Arco Cego ou no Campo Pequeno, junto ao Palácio das Galveias – ponto de chegada dos touros e seus acompanhantes. Deixando o gado no Campo Pequeno, a maior parte dos trens e cavaleiros seguia para a *baixa* lisboeta; outros demoravam-se para mais tarde ouvir os *descantes\** do

---

<sup>83</sup> Carlos de Moura Cabral, *Lisboa Alegre*, Lisboa, 1910, p. 50.

<sup>84</sup> Carlos de Moura Cabral, *Lisboa Alegre*, Lisboa, 1910, p. 51.

<sup>85</sup> Francisco Cândio, *Coisas e Loisas de Lisboa Antiga*, Lisboa, 1951, pp. 50-53.

<sup>86</sup> J. Guimarães, *Os Amantes da Severa...*, p. 8.

fadista Calcinhas, até que à meia-noite o gado tornava a desfilar para recolher à Praça do Campo de Santa Ana.

Os «doidos marialvas», integrados em grupos de desordeiros e beberrões, fadistas e vagabundos, por todas as *locandas\**, desde Loures até ao Arco do Cego, eram acompanhados pelas amantes e outras *mulheres de vida fácil\**: «Aqui, o gordo e pacato chatim, emancipando-se da sua habitual seriedade, engatilhava olhares libidinosos contra a *hetaira* que o provocava, enquanto o sexagenário libertino, mordido dos anos e reumatismo, se aproximava, ensaiando-se em *requebros\**, para achatar a banalidade do enamorado. Depois, em carrinho descoberto, entre *cobrejões\**, com os cavalos guisalhando, a Conceição Capelista, a espalhar frases ternas, ao lado do seu Ramos. A seguiu-la n'outro ainda mais rompante a *Amélia bexigosa*, corpo de Vénus pagã [...]. Mais longe [...] a Henriqueta, a filha de Luíza do Frade, a pérola do Poço do Borratém, que alfim se regenerou pelo casamento, morrendo de tédio, poucos anos depois, com a nostalgia das Lupercais de José das Pinguinhas [...]. Ao lado d'essas, em carros enfeitados também de cobrejões e xailes de Tonquim, Luíza Fénix, a rainha do *Baile Nacional*; e a Belga, a Amélia e a Margarida de Viseu e toda essa caterva de pecadoras, a quem Deus perdoou no Céu, pelo muito que sofreram e amaram sobre a terra<sup>87</sup>.»

Nos dias das *esperas*, pela tarde, começavam a rodopiar pelas ruas da cidade as mais variadas formas de transporte, desde a carroça à sege, do burro ao cavalo. Era o colorido das *tipopias a bater\** principalmente para o Campo Pequeno, conduzindo uma roda de estúrdios que se tornaram célebres em Lisboa pelas suas estroinices (*marialvas*, como então eram chamados), entre os quais figuravam bastantes «titulares». Alojavam-se nas locandas vizinhas do Campo Pequeno *molhando a palavra\** até altas horas da madrugada à espera da largada de touros. Os próprios fidalgos trajavam à *fadista*. A integração era perfeita e as distinções sociais minimizadas: «Aqui um fadista de calça à boca de sino, cinta, jaqueta e chapéu desabado, tocando [...] fados ou *corridinho\**; ali, um filho-pródigo que andava dissipando a herança paterna; acolá um fidalgo pândego, amador da *paródia das esperas*, trajando igual ao fadista, com esporas nos sapatos de *saltos de prateleira\** empunhando um pau ferrado, todos em

---

<sup>87</sup> D. Tomás José F. de Mello, *A Espera de Touros em Carriche*, Lisboa, 1897, pp. 21-24.

promiscuidade, soltando risadas francas, das quais algumas eram de mulheres fáceis do *demi-monde* d'então, que ali concorriam em grande número a fim de animarem a pândega<sup>88</sup>.»

Havia celebridades no *cante*\* – como era designado o fado – principalmente na classe dos cocheiros:

«– Oh “Caracol”? “*bota lá uma piada*!”\*, dizia um.

– Nada, não se querem “piadas” a atirar; só se ele *cantar à desgraça*\*, dizia outro.

– Vá lá primeiro umas “piadinhas” e “óspois” cantas à *disgracia*<sup>89</sup>.»

E começava o fadista a atirar de improviso *versos de pé quebrado*\*.

O outro retorquia-lhe:

«Oh! Da guarda que eu apito

Que estou a ser insultado

Preciso já atirar-me

A este senhor malcriado<sup>90</sup>.»

E assim continuavam até que, quando os ânimos se exaltavam pelos vapores do álcool, alguém enterrava uma *banza* (\*) pela cabeça de um outro; os cacetes e bengalas andavam no ar e as navalhas saíam das algibeiras. Apareciam os cabos de segurança com os seus varapaus e os polícias de colete encarnado, farda d'então, com os terçados desembainhados. Depois dos versos de pé quebrado começava a *rusga*\*. Levantavam-se uns tantos e, em posição curvada, andavam de roda, ao compasso da guitarra, batendo com os pés no chão, dando *chulipas*\* nos *traseiros* uns dos outros e cantando. Depois do levantar do gado abancavam todos para uma *chazada*\* em qualquer horta, «as senhoras e os buréis de mistura com as jalecas e cintas»<sup>91</sup>.

Vemos, pois, que em meados do século XIX certos círculos aristocráticos mantinham uma convivência aberta com as prostitutas do *fado baixo*\*. Estas, por sua vez, envolviam-se em pândegas sociabilísticas com as mais cotadas prostitutas – as chamadas *cocottes*. Nas *esperas dos touros*, a cavalo ou a trem, ao som do *fadinho chorado*\*, lá víamos as *cocottes*\* *chics* ao lado da Severa, da

---

<sup>88</sup> O *Boémio*, de 5 de Fevereiro de 1910.

<sup>89</sup> O *Boémio*, de 5 de Fevereiro de 1910.

<sup>90</sup> O *Boémio*, de 5 de Fevereiro de 1910.

<sup>91</sup> F. Schwalbach, *O Vício em Lisboa...*, pp. 9-10.

Júlia Gorda ou da Joaquina dos Cordões. Por lá apareciam a Eugénia da rua Nova do Almada, a Emília *Faneca*, a Adelaide *Boleeira*, a *Perinha de Cheiro*, a Amália *Bexigosa* (morta paralítica), as *Sete Irmãs*, o *Carro Ardente*, a *Conceição Capelista*, «uma circe que principiara por capelista às Janelas Verdes mas que chegou, por tranquilhas, a ter boa fortuna e caleche sua, depois de haver transformado em javardos muitos bípedes civilizados e recivilizados»<sup>92</sup>; a *Borboleta*, irmã de um homem ilustre; a Maria dos *Espartilhos* e «outras da raça soberba e aventureira das amorosas que, à guisa d'aquela cigarra do poeta de Teós, amavam as canções e não sofriam da velhice»<sup>93</sup>. A diferença entre as *cocottes* finas e as prostitutas do fado baixo – que conjuntamente tomavam assento nas esperas dos touros, reflectia-se, principalmente, como dizia Fernando Schwalback, na utilização ou não do «leito de ferro» ou da «cama de embutidos»<sup>94</sup>.

Para finais do século XIX, as autoridades públicas proibiram as esperas de touros – por serem «perigosas», diziam uns; por serem «estúpidas» na opinião de outros. Bem vistas as coisas, talvez porque favorecessem essa indesejável salada de buréis, jalecas e cintas no meio das hortas. Houve protestos nostálgicos. A pedido de alguns influentes afeiçoados das esperas de touros, os poderes públicos voltam com a proibição atrás, e autorizando-as de novo durante o breve período que coincide com o virar do último século. Contudo, as esperas de touros, em finais do século XIX, tinham perdido todo o fulgor que as caracterizava em meados do século XIX. Um boémio saudosista exclamava, então: «Mas... que diferença, Santo Deus! Não são esperas, são passeios de touros. Só servem para os *pãezinhos* exibirem as suas *toilletes*, as suas bicicletas, etc. Até há quem vá esperar os touros de chapéu alto e sobrecasaca!»<sup>95</sup>

---

<sup>92</sup> P. de Carvalho, *Lisboa de Outros Tempos...*, volume. I, pp. 197-198.

<sup>93</sup> P. de Carvalho, *Lisboa de Outros Tempos...*, volume. I, pp. 197-98.

<sup>94</sup> F. Schwalbach, *O Vício em Lisboa...*, pp. 9-10.

<sup>95</sup> *O Boémio*, de 12 de Fevereiro de 1900.

### 2.3. Do marialvismo fadistola à aristocratização do fado

Desde a primeira metade do século XIX até ao terceiro quartel do mesmo não havia uma estratificação rígida entre as *mulheres do fado\**, no sentido de servirem clientelas socialmente distintas. A *Joaquina dos Cordões* que de «tantos» que tinha lhe veio o nome e outras como ela estavam sempre à «disposição», indiscriminadamente, de quem lhes pagava ou lhes dava amor. Um poeta anónimo de meados do século XIX não perdeu, aliás, a oportunidade de guindar a *Joaquina dos Cordões* a uma espécie de heroína nacional:

«Sempre, sempre do seu rosto  
A frescura conservou,  
Putas sempre de bom gosto,  
Não fugiu de quem pagou:  
Em Lisboa fez furores,  
Teve dúzias de amadores...

[...]  
Té dos nobres visitada  
Enriqueceu menos mal.  
Entre as putas portuguesas,  
Espanholas e francesas,  
É certeza das certezas  
Que não houve puta igual.  
[...]

Dedica-lhe esses teus cantos,  
Ó vate, por gratidão  
[...]  
Entoem-se os doces hinos  
A quem, por lei dos destinos,  
Endireitou os pepinos  
Da portuguesa nação!  
[...]

Ali entrou o *pissalho\**  
Já do povo, já do rei  
[...]  
Era uma puta de fama!

Mente quem coiro lhe chama;  
Não era puta d'Alfama,  
Era uma puta de lei<sup>96</sup>.»

Por outro lado, parece que nas veias de algumas fadistas célebres no «martirólogo do Bairro Alto», daquelas que se vendiam por «tuta e meia, à hora e à corrida», havia sangue azul. Assim aconteceu com uma ilustre D. Carlota Scarnichia, para o vulgo Escarniche, descendente de uma família aristocrática e cuja educação primorosa e porventura beática não impediu que a «virgem intacta», provável vítima das imaginações e anseios do seu coração, se mundificasse e entregasse à brutalidade anónima dos transeuntes. Segundo constou, a família, ciente da sua própria desgraça, chegou a deitar anúncio em *O Grátis* declarando que essa rapariguinha com o apelido de Scarnichia não pertencia, obviamente, à família dos Scarnichia<sup>97</sup>.

Também Bebiana Vieira de Castro – *Borboleta*, nome de guerra, tida como irmã do grande tribuno Vieira de Castro, não obstante ter recebido uma fina educação acabou em *fadistona*\*. Vestia-se de homem e «andava em *suciatas*\* nocturnas por cafés e tabernas, bebia como um marujo inglês, *batia* e *aparava o fado*\* com gracioso despejo, guiava pimponamente as tipoias, batendo num arranque de rópia em que ia tudo raso, arriscava-se em petulâncias doidas, pendenciava à facaia, derrancava-se em pândegas que se prolongavam até ao minuto róseo em que a luz do gás desmaia dos beijos da aurora, e, muito azevieira, com clarões maliciosos no olhar, largava a sua *piada* ao som da banza. Na sua presença, até os fadistões se metiam nas encospas. Eles sabiam perfeitamente que, para lá, iam de carrinho...»<sup>98</sup>. Aliás, muitas pudibundas donzelas da *high-life* só se entregavam de alma e coração à «guitarra», aos «cocheiros» e aos «frequentadores do Grémio e da roleta»<sup>99</sup>, apesar da excitação generalizada que provocavam à sua passagem:

«Genoveva fadistinha  
O cu abana tão bem,

---

<sup>96</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, pp. 86-89.

<sup>97</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 84.

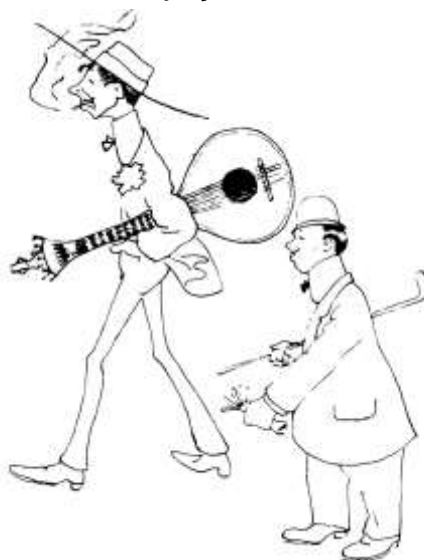
<sup>98</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, p. 79.

<sup>99</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 237.

Que só de ver o manejo  
A gente logo se vem<sup>100</sup>.»

Poder-se-á especular se as «mulheres do fado» não teriam *amantes predilectos*. Supostamente que sim, mas todos eles, fossem marujos, cocheiros ou marialvas, comungavam de uma particularidade comum: eram amantes do fado. Dentro dos limites do possível, elas sabiam respeitá-los não os atraíndo com outro qualquer. Separavam «o seu comércio dos seus amores»<sup>101</sup>. Não sustentavam relações amorosas duplas, até porque eram perigosas. A Severa, por exemplo, logo que caiu nos braços do Conde de Vimioso abandonou o Chico do Alegrete. O Chico ainda pensou tirar desforras do Conde mas desistiu da ideia. Havia uma concorrência límpida (em termos económicos dir-se-ia *perfeita*) entre os rufiões de raiz e os marialvas rufias. O mesmo não se pode dizer quanto aos *mangas de alpaca*<sup>\*</sup>. Talvez porque estivessem excluídos das hostes fadistas. Uma vez, quando um jovem caixeiro tipógrafo se aproximou de Marta, grande amiga de Severa, só muito milagrosamente se salvou de uma espera da «ilustre fadistagem local»<sup>102</sup>.

Mesmo com os aristocratas marialvas surgiam, por vezes, remoques. Quando o Conde de Vimioso depois de deixar a Severa pretendeu *atacar*<sup>\*</sup> a Marta esta retorquiu-lhe: «Ao largo amigo! Dez condes não fazem um fadista!»<sup>103</sup>» Enfim, mas neste caso não seria tanto a rejeição do conde mas a amizade por Severa



<sup>100</sup> B. Fogaça, *Os Marialvas...*, p. 15.

<sup>101</sup> A. Sousa, *Bairro Alto...*, p. 138,

<sup>102</sup> J. S. Costa, *Severa...*, pp. 105-107.

<sup>103</sup> J. S. Costa, *Severa...*, p. 144.

que a levaria à recusa. Na verdade, os amores dos marialvas pelas baixas cortesãs eram geralmente bem aceites e banais<sup>104</sup>. Se o Conde de Vimioso e a Severa ou se o Conde de Anadia e a Cesária fizeram época, não foi por serem casos únicos. O marialva Sousa do Casação, companheiro de mocidade do Vimioso amistou-se com uma tal D. Maria *de Sousa*, proxeneta afamada. Entre 1830 e 1840, duas estrelas da «boémia doirada» – a Antónia e a Ana Emília Gaioso – também tinham amantes endinheirados. A Antónia apaixonou-se primeiro pelo Pinto, um «janota muito rico», caindo depois nos braços de um segundo baixo do S. Carlos. A Ana Emília Gaioso, cara trigueira e formosa teve por amante José Carlos Guimarães, filho de um rico negociante de trigos<sup>105</sup>. No século XVIII, ainda, apareceram dois fidalgotes polhastros que deram lustre à crónica da pândega e do amor livre com as *mulheres de vida fácil*\*: O Conde do Prado e um sobrinho do Conde de Lippe. Como vemos, aquela propensão mórbida que o Conde de Vimioso amplamente manifestou pelo mulherio da plebe não constituiu um caso esporádico na etiologia amorosa dos aristocratas ou endinheirados nacionais.

*O fado aristocratiza-se, aperlta-se.*

---

<sup>104</sup> «Que fraco tu sentes pela Severa!» – observavam ao Conde de Vimioso que retorquia: «Sinto, não há dúvida! Vá lá explicar-se esse fenómeno. Depois de lidar com as mulheres do nosso meio sabe-me bem vir aqui chafurdar neste lodo. Possui qualidades excepcionais. É simultaneamente meiga e varonil, enérgica e lânguida, viciosa e pura», cf. E. Noronha, *A Sociedade do Delírio...*, p. 247.

<sup>105</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, pp. 85-86.

Do marialvismo fadistola passamos à aristocratização do fado, à medida que avançamos para finais do século XIX. O fado aristocratiza-se, aperalta-se, deixando de ser apenas cantado nas baiucas, vielas e hospedarias – o que, segundo Tinop<sup>106</sup>, aconteceu a partir de 1868 ou 1869, precisamente uma data charneira na história do liberalismo português. Pinto de Carvalho (Tinop) distingue duas fases na evolução do fado: numa primeira, a fase «popular e espontânea», o fado era executado nas baiucas onde os fadistas derramavam o «vinagre das suas vozes», nas vielas e nas casas de «hospedaria fácil», «onde os viajeros e os fervorosos das Vénus fraldiqueiras [achavam], aqueles, um abrigo, e, estes, um altar»<sup>107</sup>. Numa segunda fase, «aristocrática e literária», o fado era executado nas «salas e praias da moda»<sup>108</sup>. Pinto de Carvalho fixa o fim da primeira fase e o princípio da segunda entre 1868 e 1869, num período em que, como afirma o Manuel Villarverde Cabral, se esboça «a separação social dos operários relativamente ao “povo” que se mobiliza durante os motins fiscais de 1868, e a separação política do proletariado relativamente à esquerda tradicional, inclusive sob a sua nova face republicana»<sup>109</sup>.



*A banza\*, a pouco a pouco, subia na escala social lisbonense.*

---

<sup>106</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 79.

<sup>107</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 93.

<sup>108</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 93.

<sup>109</sup> Manuel Villarverde Cabral, *Portugal na Alvorada do Século XX, A Regra do Jogo*, Lisboa, 1979, pp. 37-38.

Em 1880, os fados, ou melhor, os *nocturnos\**, alternavam nos pianos da burguesia lisboeta com a ária da Marta e o recitativo do Noivado do Sepulcro<sup>110</sup>. A *banza\**, pouco a pouco, subia na escala social lisbonense. Qualquer fidalgo apressado em satisfazer os caprichos da sua gentil filha pagava ao fadista que ensinava a menina a arranhar a guitarra e, na estante do piano, imperavam colecções de fado como Offenbach imperava antes delas<sup>111</sup>. Pinto de Carvalho não hesita em considerar os finais do século XIX como uma época de *fadocracia* e acrescenta em relação, à guitarra: «Vemo-la a entrar triunfante nas salas onde se cortejam todas as vaidades da vaidade, ouvimo-la sobre a areia das praias, na serenidade embaladora das noites estivais [...]. A guitarra do povo, o alaúde popular, o dulcíssimo instrumento que o compreende nas suas dores, lhe escuta as suas mágoas, lhe traduz os seus queixumes e lhe suaviza o *fatum* – o inelutável destino –, converte-se na guitarra senhoril, no instrumento que vai repousar sobre os tamboretos dos tocadores elegantes...<sup>112</sup>» Os critiqueiros populares lamentam-se com gemidos de guitarra:

«Se isto assim continua,  
Onde irá parar não sei;  
Veremos andar p'la rua  
De guitarra o próprio rei.

Oh fado, que foste fado  
Oh fado, que já não és,  
O fadinho invade tudo  
Da cabeça até aos pés<sup>113</sup>.»

A guitarra aventureira e pífia voa até aos salões principescos mas, como assinala Pinto de Carvalho, «a transformação do fado é paralelamente acompanhada da decadência gradual do faditismo»<sup>114</sup>. «O fadista de agora» acrescenta Pinto de Carvalho, em 1903, «mantém-se molecularmente idêntico ao antigo, mas o seu campo de acção é que se tem restringido pouco a pouco,

---

<sup>110</sup> L. Moita, *O Fado...*, pp. 113-114.

<sup>111</sup> B. Fogaça, *Os Marialvas...*, p. 49.

<sup>112</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 278.

<sup>113</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 279.

<sup>114</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 281.

e as suas proezas de navalha – que eram como que um *brevet de chic* – representam apenas um eco débil das do passado<sup>115</sup>.» Como, vemos, para finais do século XIX, não apenas os fadistas, os chulos das vielas amantes das mulheres de «má vida», os suspeitos habitantes das ruas sem sol queriam ao fado como à sua própria fazenda. A guitarra fadista começa a cativar novos públicos. Calcinhas, fadista famoso, participava, como grande atracção, em várias sessões de fados e guitarradas que o Marquês de Castelo Melhor organizava no seu palácio. Em 1873, logo após as famosas Conferências, realizava-se no Casino Lisbonense o primeiro concerto público de guitarra e as «damas de alta extracção» entusiasmavam-se com o «fadinho»<sup>116</sup>. Chegou mesmo a dizer-se que o fado tinha dois partidos: «um, que [pretendia] cantá-lo só nos palcos e nas salas, outro que [pretendia] exhibi-lo em toda a parte, incluindo a taberna»<sup>117</sup>. Estas contradições, sublimadas pelo próprio fado, eram objecto de inequívocas desgarradas entre fadistas de um e outro partido. Nas letras desses mesmos fados aparece uma pluralidade contraditória de bulhentos discursos e, como não poderia deixar de ser, surge um novo tema – o da casticidade do fado – ilustrado com significativas alusões à «turba que trabalha e vegeta»...

*Fadista Antigo* – «Eu tenho muita honra em ser fadista antigo  
(F. A.) Só gosto de cantar na rua ou na taberna...

*Fadista Moderno* – O Fado evoluiu, já não tresanda a vinho,  
(F. M.) Torna-se uma canção artística, moderna!

F. A. – Nasci na Mouraria... Adoro as guitarradas,  
As vermelhas canções que são o apanágio,  
Da turba que trabalha e vegeta em contágio  
Com bêbados rascões e pobres desgraçadas!

F. M. – [...] A fraqueza perdoa: não concordo contigo,  
A gente já não vive entre os mórbidos moiros...

F. A. – Adoro com fervor hortas, “speras de toiros”,

---

<sup>115</sup> P. de Carvalho, *História do Fado...*, p. 281-282.

<sup>116</sup> Antônio Osório, *A Mitologia Fadista*, Colecção Horizonte, Lisboa, 1974, p. 51.

<sup>117</sup> Avelino de Sousa in *O Fado*, 20 de Maio de 1923.

Eu tenho muita honra em ser fadista antigo!

F. M. – O Fado já transpôs os umbrais dos salões,  
Esplanadas, cafés e subiu ao tablado!

F. A. – Mas o fado p'ra ser verdadeiro Fado,  
Deve ser popular, não admite cartões...

F. M. – É flagrante prova e sem contestações  
Que ele muito subiu!...

F. A. – Tal ascensão consterna!  
O Fado tem encanto, à luz d'uma lanterna,  
Na sala d'um bordel...

F. M. – Tremenda iniquidade!

F. A. – Eu pertenço à rale e não possuo vaidade,  
Só gosto de cantar na rua ou na taberna!...<sup>118</sup>»

Por volta de 1870, as cordas da guitarra choram numa cadência maviosa. Em Lisboa, ao anoitecer – observa Alberto Pimentel –, «ouve-se em cada rua, tangidas dentro de casa, seis guitarras pelo menos»<sup>119</sup>. Com o virar do século, estas mudanças acentuam-se. Nas revistas de teatro, por exemplo, o fado passa a ser obrigatório, cantado por uma rameira da viela, com a chinela pespontada, bailando na ponta do pé, gingando amavios, pigarreando plangências nas cordas da doce lira. Cada revista aparecia com a sua cantadeira, com o seu fado triunfante. Revistas houve em que outra coisa não havia senão *fados*, «como se o talento dos seus autores tivesse adormecido, após o convencimento de que toda a imaginação e esforço são dispensáveis quando é suficiente, para arrancar no público da capital frenéticos aplausos, enfiar umas nas outras as desgraças de dois, três, quatro, cinco *Fados* choradinhos...»<sup>120</sup>

Ao mesmo tempo que o fado se aristocratiza e aburguesa, a vida boémia da capital transforma-se. Para além do fadista, figuras típicas da boémia como a

---

<sup>118</sup> Guimarães, *Os Amores da Severa...*, pp. 10-11.

<sup>119</sup> Alberto Pimentel, *Fotografias de Lisboa*, Porto, 1874, p. 64.

<sup>120</sup> L. Moita, *O Fado ...*, p. 145.

proxeneta, o chulo e a prostituta, ganham novos hábitos, desenvolvem novas práticas, reestruturam novos códigos culturais. Como diria F. Schwalbach, aqueles tempos em que os bacanais duravam dias e noites seguidas, «onde o amor se afogava e ressuscitava com as ondas de champanhe» e o som dos beijos «se confundia com o sacar das rolhas»<sup>121</sup>, vão dar lugar a outros tempos. De algumas dessas transformações procuraremos dar conta no capítulo seguinte.

---

<sup>121</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, p. 8.



# Costumes e mudança na prostituição

Vimos, no capítulo anterior que, em finais do século XIX, o espaço da boémia lisboeta, até aí fechado sobre si mesmo, começa a galgar fronteiras sobre o mundo que o rodeia. Foi a partir dos anos 70 do século XIX, data charneira na história do liberalismo português, que a guitarra aventureira e pífia começou a invadir os salões principescos. Foi também a partir dessa data que começaram a surgir os primeiros fados *políticos* (na sua grande maioria socialistas) e *jocosos*. Tudo isto numa época de forte agitação política, social e ideológica. Foi a época das *Conferências do Casino*, do início da cooperação entre Antero e Fontana, da primeira associação de resistência de carácter socialista, da fundação da *Fraternidade Operária* e do seu jornal *O Pensamento Social*. As contradições que, com o desenvolvimento do capitalismo em Portugal, começavam a atravessar a sociedade portuguesa chegavam, pois, aos meios mais isolados e fechados como os da boémia de onde, como vimos, o fado ora tomava o partido das classes trabalhadoras, ora se acomodava aburguesadamente nos salões senhoriais.

É evidente que todo o processo de transformação social que a sociedade portuguesa sofre em finais do século XIX não poderia deixar de se repercutir na Lisboa boémia e nos seus meios da prostituição. É que de facto a prostituição não deixa de ser uma bainha alinhavada da vida social que a produz. Não foi do bordel para a família que a libertação sexual se fez, mas esta também não acabou com aquele. E se é certo que vender e/ou comprar sexo não é exactamente o mesmo que vender e/ou comprar legumes, não deixa de ser curioso notar como, a partir de finais do século XIX, tanto a prostituta como a proxeneta, o cliente ou o rufia, farão passar subrepticamente o prazer, que na sociedade «convencional» não se menciona, à ordem das coisas que se contabilizam. É certo que os espaços da boémia e da prostituição continuam, mesmo nos inícios do século XX, a gozar de uma especificidade própria mas, o que importa realçar é que, nesses mesmos espaços da marginalidade, as

palavras, os gestos e o corpo começam a adquirir um forte *valor de troca*: «En fin de compte, ce qui fait la valeur d'une femme, c'est son corps...<sup>122</sup>»

Muito embora este capítulo esteja orientado para a descoberta de mudanças na prostituição da Lisboa boémia – e elas ocorreram, em finais do século XIX, com significados precisos – temos de reconhecer que muitas características da vida boémia permaneceram ao longo do período estudado, o que não surpreende se considerarmos que o espaço da boémia é, por natureza, relativamente fechado, socialmente cristalizado. Questão a privilegiar é detectar o grau de impermeabilidade desse espaço relativamente ao que o circunda. Verificar, ainda, se as mudanças nele ocorridas acompanharam as transformações gerais da sociedade e em que sentido. Por exemplo, averiguar se há algum efeito de arrastamento, ou seja, se as mudanças registadas no restrito espaço da boémia são, de alguma forma, efeito de mudanças de maior envergadura ocorridas na sociedade e vice-versa. Das pesquisas realizadas o que ressalta é que, com a decadência gradual do *faditismo*, tratada no capítulo anterior, outras figuras típicas da Lisboa boémia como as *proxenetas*, os *chulos* e as *prostitutas* alteram os seus padrões de comportamento, ganhando novos hábitos, desenvolvendo novas práticas, reestruturando novos códigos culturais. Veremos, ainda, como, por compreensíveis exigências de mercado, surge uma maior concorrência entre as prostitutas cuja consciência de profissionalização avança progressivamente, ao mesmo tempo que entre elas se dá uma mais rígida estratificação, a qual será estudada com base nas seguintes variáveis: zonas habitacionais e de giro, padrões de comportamento, tipos de clientela e preços. Por outro lado, o perfil social das prostitutas clarifica-se do ponto de vista sociológico, ao mesmo tempo que as relações de nítida exploração desenvolvidas entre proxenetas e prostitutas se tornam óbvias. À medida que o fado se aristocratiza, o *chulo* que durante o século XIX era, para além de fadista, uma personagem dupla – «marido complacente» e «guarda costas para ocasiões críticas» –, ganha, nos inícios do século XX, uma tosca mas frutuosa consciência empresarial, metendo por dia *ao bolso*, pelo menos, meio litro e um maço de *brejeiros*\*. Por último, quanto às zonas de prostituição, os aventais de

---

<sup>122</sup> Depoimento de uma prostituta in Claude Jaget, *Une Vie de Putain, Les Presses d'Aujourd'hui*, 1975, pp. 31-61.

*madeira*\* passam a dar lugar aos bares enquanto que, com o aumento do tráfico e das vias de comunicação, as *nómadas*\* tornam-se as passageiras certas e pontuais dos camionistas.

## 1. Proxenetas

A proxeneta do século XIX é uma personagem socialmente distinta da dos inícios do século XX. Em primeiro lugar, é certo que as relações de exploração entre proxenetas e prostitutas já eram evidentes na primeira metade do século XIX. Santos Cruz afirmava em 1840: «As donas de casa exigem das mulheres que têm nas casas públicas um rigor no serviço como se fossem *bestas de carga*, o que elas pretendem é que trabalhem, segundo a frase própria<sup>123</sup>.» Contudo, havia uma relação de grande familiaridade entre elas a ponto de, correntemente, as segundas tratarem as primeiras por *tias*<sup>124</sup>. Entre «coisas que uma puta deve fazer para se acreditar», aconselhava um poeta:

«Morar em casa de luxo;  
Ter a cama bem macia;  
Não qu'rer outra alcoviteira  
Que não seja a sua tia<sup>125</sup>.»

Havia ainda uma espécie de dominação maternal das «donas de casa» em relação às prostitutas: «Exigem grande submissão das mulheres que têm em suas casas e grande deferência e por elas querem ser tratadas com todo o respeito, nem permitem que as mulheres falem mais alto, nem ralhem ou façam motins.» Exigiam, ainda, «certas formalidades que se usam para com os superiores à mesa, ou em outra ocasião»<sup>126</sup>. Em segundo lugar, e esta observação dirige-se às proxenetas de mais baixa condição social, a fisionomia dos seus trajes, durante as primeiras décadas do século XIX, era facilmente reconhecível: «De *capote e lenço*, com uma alcofa e o baralho de cartas na

---

<sup>123</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, p. 334.

<sup>124</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, p. 334.

<sup>125</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, p. 139.

<sup>126</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, p. 335.

mão<sup>127</sup>.» Quem dizia velha encapotada dizia mulher mexeriqueira, bisbilhoteira, enredadeira, intrigante, via alcofa de «leva e traz» e «madre Celestina» de amores alheios<sup>128</sup>. Em terceiro e último lugar, a velha alcoviteira do século XIX acumulava um maior número de funções: ela era, simultaneamente, a «mulher que [entregava] mulheres e [dava] casa d'alcouce»<sup>129</sup>.

Com efeito, e muito embora as *donas de casa* dos meados do século XIX se servissem das chamadas *inculcadeiras* ou *engatadeiras*, elas próprias desempenhavam normalmente a função de *recrutamento* e por isso se designavam também de *alcoviteiras*: «Algumas *donas de casa* são elas mesmo as que recrutam algumas mulheres para os seus estabelecimentos; elas tiram primeiro as suas informações e quando encontram alguma que seja uma vantajosa aquisição, elas põem em prática todas as astúcias para as seduzir com ofertas, o que muitas vezes conseguem; isto se verifica ordinariamente com as criadas de servir, com as vendedeiras de alguns géneros pela cidade, algumas *salóias* dos arrabaldes, que costumam vir à cidade para certos fins e mesmo algumas das províncias que para aqui vêm de novo<sup>130</sup>.» Em finais do século XIX, Armando Gião garantia ainda que eram as alcoviteiras que aliciavam as «pequenas» quer através de anúncios nos jornais, «oferecendo quarto para senhora só», quer mediante «disfarces variados, mulher a dias, mendiga que esmola pelas portas, viúva com filhos menores, vendedora ambulante de flores, rendas, roupa, etc.»<sup>131</sup>. Muitas menores eram prostituídas no próprio domicílio ou mandadas para as ruas mais frequentadas, especialmente à noite, onde «sob

---

<sup>127</sup> A. de Sousa, *Bairro Alto...*, p. 209.

<sup>128</sup> Júlio Dantas, *Lisboa dos Nossos Avós*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1966, p. 68.

<sup>129</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, p. 209.

<sup>130</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, p. 239-240.

<sup>131</sup> Armando Gião, *Contribuição para o Estudo da Prostituição em Lisboa*, Lisboa, 1891, pp. 36-37.

o pretexto de vender fósforos, flores, cautelas», etc., iam de facto prostituir-se em qualquer «rua escura» ou «vão de escada»<sup>132</sup>.

*A velha alcoviteira do século XIX acumulava um maior número de funções: recrutava prostitutas e dava casa de alcouce.*

A proxeneta ou alcoviteira possuía, além disso, toda uma experiência do passado. Antes de ser alcoviteira, tinha sido prostituta:

«Enquanto não me fiz coiro  
Levei vida muito boa...  
Muito peludo e caloiro  
Depenei n'esta Lisboa!...  
Tive amigos fidalgotes,  
Que pregaram bons calotes  
Para à grande me tratar...  
Um morgadinho banana  
Deu-me sege e traquitana  
Para eu poder figurar!



Mas se com pouco trabalho  
Bom dinheiro ganhei,  
Quando me vi um cangalho  
Do meu sem nada me achei!...  
[...]  
Vendo-me d'esta maneira,

---

<sup>132</sup> Armando Gião, *Contribuição para o Estudo...*, pp. 36-37.

Sem servir já p'ra ninguém,  
Fiz-me boa alcoviteira  
P'ra ganhar o meu vintém...<sup>133</sup>»

As «Donas de Casa» ou «Patroas», como também eram chamadas, embora tendo direito a título de dama ou governanta, no que toca a lucros não andavam muito bem. Afirmava Santos Cruz, em 1841: «Em Lisboa não se encontram grandes fortunas adquiridas pela gestão das casas públicas o que atribuímos não só aos mui inferiores lucros que elas aqui recebem, mas também aos desarranjos no governo económico das mesmas casas<sup>134</sup>.» Já para finais do século XIX a situação altera-se. Mesmo em algumas das mais rascas casas de toleradas, cada meretriz pagava mensalmente da metade que por contrato lhe pertencia, 1000 réis para gás, 4000 réis para criadas e 4000 réis para cabeleireiro, entre outras mais despesas<sup>135</sup>. Ora, tendo em conta que os preços que estas prostitutas levavam por cada «encontro» variavam entre os 240 e os 1000 réis (Quadro n.º 2, p. 126), verificamos que, só para fazer face a estes gastos extra mais elementares (gás, criadas e cabeleireiro), em termos médios cada prostituta era obrigada a cerca de 15 encontros ao mês! Todavia, aquelas que praticavam preços de saldo (240 réis), para fazerem face a esses mesmos gastos tinham de «ir à cama» 38 vezes ao mês!

Com o virar do século surgem as engatadeiras a tempo inteiro, passando a actuar como verdadeiros agentes de tráfico conhecedores dos mais ardilosos segredos de *marketing*. Nas chegadas dos comboios à capital ou na província, para melhor poderem actuar, chegam a apresentar-se trajadas de irmãs de caridade ou com uniformes de enfermeira<sup>136</sup>. Às pequenas que andam na venda de peixe e da fruta fazem propostas com mobilizadores atractivos pecuniários<sup>137</sup>. Na Travessa da Palha, o próprio amante da dona de casa «vai à província buscar as incautas que as suas agentes lhe apresentam e desejam vir para a cidade como criadas de servir. O marau apresenta-se como dono de escritório ou

---

<sup>133</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, pp. 104-105.

<sup>134</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, p. 342.

<sup>135</sup> A. Gião, *Contribuição...*, p. 29.

<sup>136</sup> *Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*, n.º 6, Ano I, Maio de 1916, p. 66.

<sup>137</sup> *A Vanguarda*, 23 de Outubro de 1908.

agência deste género, pelo que [...] até chega a apanhar comissão»<sup>138</sup>. Muitas das vezes é a própria mãe que, levada pela necessidade ou fito de um bom lucro, «negoceia a filha»<sup>139</sup>:

«Vêde aquele portal:

Uma velha megera, um demónio asqueroso,  
Está fazendo a venda a um burguês ditoso  
Com o qual regateia o preço estipulado  
Da honra da criança, a que tem a seu lado,  
E que por esta forma arrasta ao precipício  
Da perdição fatal, da ignomínia, do vício,  
D'onde jamais saiu quem lá um dia entrou!

E foi a própria mãe que a venda efectuou!...  
A troco duns mil réis essa mulher pandilha  
Não hesitou vender a honra d'uma filha!<sup>140</sup>»

A qualidade do *produto* também não é descurada: «São quase sempre acolhidas as que têm seios redondos, nádegas amplas, boas cores, alvos dentes e *tutti quanti* é essencial para agradar ao mais exigente<sup>141</sup>.» Nos inícios do século XX, havia um tal *Maneta da Covilhã* que vivia exclusivamente deste negócio e tinha até «uma tabela de preços que regulava de vinte a sessenta mil réis, conforme a mercadoria»<sup>142</sup>. Quanto aos circuitos de divulgação do produto, passam a ser dos mais sofisticados: nas ruas da Baixa, enviam-se «bilhetes de convite» oferecendo a «prática de bons serviços», como quem divulga um memorando ou reclamo de um estabelecimento que vulgarmente anuncia um género<sup>143</sup>. A verdade sobre a vida íntima da capital aparece reflectida nas páginas de anúncios do *Diário de Notícias*: «Aqui, é uma mulher, não idosa, que pede um empréstimo para o aluguer da casa; ali uma outra, não idosa, também, que pede a um homem de respeito a protecção de seis mil réis por mês. Uma senhora aflita diz que o ama sempre, que tem chorado muito, mas que não venha

---

<sup>138</sup> *A Vanguarda*, 23 de Outubro de 1908.

<sup>139</sup> Ângelo da Fonseca, *Da Prostituição em Portugal*, Porto, 1902, p. 69.

<sup>140</sup> Delfim Guimarães, *Lisboa Negra*, Lisboa, 1893, p. 9.

<sup>141</sup> Manuel Pedro de Abreu, ... *Da Tragédia Social*, Lisboa, 1919.

<sup>142</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, p. 80.

<sup>143</sup> *A Vanguarda*, 23 de Outubro de 1908.

à mesma hora porque ele [o marido] a surpreendeu<sup>144</sup>». O circuito das ofertas alarga-se: «é a criatura viúva que se oferece para mulher a dias; é a senhora nova que necessita quarenta mil réis emprestados para pagar em prestações, dando como juro quarto e comida; é a do quarto para homem só; é a do cavalheiro que se oferece para uma escritazinha comercial<sup>145</sup>.» A profusão deste tipo de anúncios para especialistas na leitura de «entrelinhas» é matéria de fadunchos «para rir»:

«Na calçadinha do Val  
A pronto ou a prestações  
Vendem-se vários colchões  
Para cama de casal...  
Policlínica Central  
Tem injeções p'ro trazeiro;  
Na rua Marquês Barreiro  
Aluga, dama decente  
Um salão independente  
A idoso cavalheiro...<sup>146</sup>»

## 2. Chulos

Outra das figuras da boémia que se transmuta é o *chulo*. Em meados do século XIX, o chulo era uma personagem dupla: um «marido complacente» e guarda costas para «ocasiões críticas». Só quando ia para o *verde limo*\* é que elas – as protegidas – lhe abonavam algum dinheiro e tabaco. Regra geral, eram marujos e cocheiros, uns e outros mestres na arte de cantar o fado. Com o evoluir dos tempos, gatunos e faquistas passam a ser os seus «mais que tudo». Com efeito, para as odaliscas dos bordéis dos inícios do século XX, pouco lhes importava que o amante cantasse o fado. O preferido e muitas vezes disputado à «ponta da chinela» era aquele que maiores *melenas* tinha, que maior número

---

<sup>144</sup> Pedro Osório, *Lisboa*, 1919, pp. 15-16.

<sup>145</sup> A. F. de Sampaio, *Lisboa Trágica...*, p. 32.

<sup>146</sup> Júlio Guimarães, *Fados para rir...*, Lisboa, s.d., p. 11.

de prisões contava e que melhor sabia dar *picada\** ou *marear\** um *gajo\** desta para melhor, como elas se exprimiam na sua gíria característica<sup>147</sup>.

De companheiros para as ocasiões críticas os chulos passam a intencionados exploradores das prostitutas. Em meados do século XIX chegavam a contribuir com uma quota para elas das quais nada recebiam senão os conhecidos *favores\**. Acompanhavam-nas de dia nos passeios e à noite nas vadiagens pela cidade. Assumiam-se, essencialmente, como protectores. Referia Santos Cruz: «Tem-se visto repetidas vezes duas mulheres saírem do Bairro d'Alfama para a rua da Alfândega e Terreiro do Paço [...] levando cada uma delas o seu *protector\**, que de alguma distância as seguiam e guardavam e sendo uma delas certa noite muito insultada por um homem dos que as costumam procurar, custou-lhe uma facada tal insulto, evadindo-se tanto ela como o seu protector às diligências da polícia<sup>148</sup>.» Quando os «rendimentos» da companheira eram escassos, o *bailão\** não hesitava e deitava mão ao que lhe era possível:

«Se a amante não tem dinheiro  
E deve à contrabandista,  
Então o herói, o fadista,

---

<sup>147</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, p. 43.

<sup>148</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, pp. 113-114.

Trabalha... de ratoneiro<sup>149</sup>.»



*O chulo que durante o século XIX era, para além de fadista, uma personagem dupla – “marido complacente” e “guarda-costas para ocasiões críticas” – ganha, nos inícios do século XX, um novo porte.*

Com o virar do século, quase todos estes rufiões passam a viver «à custa destas desgraçadas, chegando a espancá-las quando não lhes dão dinheiro»<sup>150</sup>. Aliás, a 15 de Dezembro de 1894 surge um decreto que procurava combater esta forma subterrânea de ganhar a vida que era praticada pelo chulo: «Aquele que, sendo apto para ganhar a sua vida pelo trabalho, for convencido de viver a expensas de mulheres prostituídas será considerado e punido como vadio, nos termos do art. 256 do Código Penal<sup>151</sup>.» Em 1912, F. Schwalbach sintetizava da seguinte maneira a relação entre o chulo e a prostituta: «O chulo anda sempre a rondar-lhe a porta e não raro é ver-se [...] passar-lhe para a mão uns cobses que lhe são agradecidos com uma palmada na cara que as deixa radiantes para o resto da noite<sup>152</sup>.»

---

<sup>149</sup> F. Cândia, *Lisboa no Tempo do Passeio Público...*, p. 62.

<sup>150</sup> Augusto Bogalho Gomes, *História Completa da Prostituição*, Lisboa, 1913, pp. 88-90.

<sup>151</sup> J. de S. O. Sousa, *Escravidura Branca...*, p. 62.

<sup>152</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, pp. 46-47.

### 3. Prostitutas

#### 3.1. Origem e condição social das prostitutas

Um aspecto que permanece relativamente constante ao longo do século XIX diz respeito à origem social das prostitutas. Uma simples observação do quadro n.º 1 permite-nos concluir que, pelo menos até finais do século XIX, as criadas e costureiras são um verdadeiro «exército de reserva» de prostitutas.

Antes, contudo, em meados do século XIX, Santos Cruz referia: «O que mais frequentemente se encontra é que estas mulheres, tanto as naturais de Lisboa como as provincianas, sejam filhas da mais baixa classe da sociedade, como jornaleiros, obreiros nos diferentes ofícios e artes mecânicas, etc., são daquelas gentes pouco favorecidas da fortuna e por isso ordinariamente nem cuidam da educação conveniente de suas filhas nem as vigiam, nem lhes suprem as suas precisões quando chegam a certa idade: deste número sai a maior parte das mulheres públicas<sup>153</sup>.» Para Armando Gião, na primeira linha, lá estavam também as costureiras, as criadas de servir, as peixeiras, as operárias de fábrica e as vendedeiras de fruta<sup>154</sup>. Esta situação não se alterou com o virar do século. Em 1908, de uma amostra de prostitutas observadas por Tovar de Lemos<sup>155</sup>, cerca de 80% tinham sido criadas de servir, domésticas ou costureiras.

Em 1926, Azevedo Neves<sup>156</sup> adiantava os seguintes resultados: das 924 prostitutas registadas em Lisboa, 479, ou seja, mais de 50%, tinham sido costureiras e modistas, «domésticas» ou serviçais. Em 1933, Tovar de Lemos<sup>157</sup>

---

<sup>153</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, p. 139.

<sup>154</sup> A. Gião, *Contribuição para o Estudo...*, pp. 36-37.

<sup>155</sup> Alfredo Tovar de Lemos, *Estudo Antropológico da Prostituta Portuguesa*, Lisboa, 1908, p. 28.

<sup>156</sup> Azevedo Neves, *As Matriculadas Existentes em Portugal em 31 de Dezembro de 1926*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1928.

<sup>157</sup> Antônio Tovar de Lemos, *O Serviço de Inspeção de Toleradas em 1933*, Lisboa, 1934, pp. 18-20.

observava que, de nova amostra de prostitutas estudadas, mais de 70% tinham sido criadas de servir (54,6%) ou domésticas (15,6%).

QUADRO 1  
PROFISSÕES ANTERIORES DAS PROSTITUTAS MATRICULADAS,  
NO CONCELHO DE LISBOA, DE 1862 A 1901

Profissões%	Criadas	Costureiras	Operárias fabris	Operárias agrícolas	Outras profissões	Sem profissão	Com exercício de prostituição
Quinquénios							
1862 - 1866	42,6	11,9	-	-	45,1	-	-
1867 - 1871	41,3	16,2	1	1,6	21,1	18,7	-
1872 - 1876	20,8	13	1,5	2	21,7	30,7	10,2
1877 - 1881	22,8	9,4	2,2	1,9	7,4	36	20
1882 - 1886	26,3	17,4	2,4	1,7	8,1	20,4	23,4
1887 - 1891	32,6	26,5	3,1	0,9	6,3	25,1	5,4
1892 - 1896	42,3	22	2,2	1,7	8,3	15,6	5,3
1897 - 1901	44,4	16,9	3,5	0,2	3,6	22,2	4,8

Fonte: Ângelo da Fonseca, *Da Prostituição em Portugal*, Porto, pp. 342-363.

As explicações adiantadas sobre estes dados e, de uma forma geral, sobre a prostituição, nunca foram muito convincentes. Havia a tendência para explicar um fenómeno que é *social* por causas *não sociais*: morais, legislativas, psicológicas, místicas, biológicas, etc. O *Boletim de Saúde e Higiene da Câmara de Lisboa*, entre várias causas, apontava o «vício» ligado essencialmente a «condições orgânicas individuais e especiais de ordem fisiológica»<sup>158</sup>. As prostitutas começam então a ser alvo das atenções médicas. Não tanto porque, «coitadinhas», constituíssem uma raça abatida e desprezada susceptível de atrair preocupações benevolentes e caritativas dos olhares médicos mas, fundamentalmente, porque a propagação das doenças venéreas começava a representar um importante custo social. Custo social que se reflectia na perda de efectivos demográficos em idades produtivas, do ponto de vista económico,

<sup>158</sup> *Boletim de Saúde e Higiene da Câmara Municipal de Lisboa*, Agosto, 1887, Lisboa, p. 16.

e reprodutivas, do ponto de vista biológico. É com o desenvolvimento do industrialismo em Portugal que surge a necessidade, tão apregoada pelos poderes públicos, de um «controlo higiénico» das prostitutas, necessidade que viria a ser objecto de legislação específica. A preocupação por salvaguardar uma força de trabalho saudável do ponto de vista físico e moral originou uma prática médica tão loquaz como sensível às repugnâncias, tão interessada em ir ao socorro da lei e da opinião pública como servil em relação às esferas do poder. Involuntariamente ingénua, em alguns casos; voluntariamente mentirosa, na maior parte deles; cúmplice, nos restantes, esta medicina altamente «acariciadora» e «altaneira» instalou toda uma indecência do mórbido, ao mesmo tempo que se definia como instância soberana dos imperativos de higiene e de defesa do vigor físico e da limpeza moral do corpo social.

Para um exemplar moralista de finais do século XIX, a «mira» da prostituta era o *interesse*: «Abnegando da dignidade pessoal, arvora o corpo em armazém de prazeres venéreos e mercadeja-os a todo e qualquer que satisfaça o preço estipulado segundo a sua condição e mérito. O que é pois a prostituição? É um verdadeiro comércio, o comércio dos prazeres venéreos<sup>159</sup>.» Fialho de Almeida olhava também a prostituição de um ponto de vista *moralista*, associando-a à precocidade pecaminosa das «pequeninas perversas inconscientes» [sic]: «Filhas de banqueiros ou filhas de operários não se imagina o que elas são de inquietadoras, aos doze, treze, catorze anos, e com que felina arte, encantadora e abominável, muitas dessas pequenas sabem fazer a corte aos homens, a oculta das aias e das mães. Desconhecidas larvas, rastejando-lhes no sangue mórbido que herdaram, vêm produzir naquela crise de idade, as mais singulares e inconfessáveis pirexias<sup>160</sup>.»

Para F. Schwalbach, eram causas *psicológicas* (psicose da ascensão social) que explicavam a prostituição das «costureirinhas»: os magros proventos da agulha não as deixavam ir longe e, portanto... «o que não dá a agulha compra o corpo»<sup>161</sup>. Víamos, assim, centos de Marias, Adelaides e Sãozinhas trocarem a agulha de costura pelo ócio melancólico do bordel.

---

<sup>159</sup> João António Fernandes Bragança, *Breves Considerações sobre a Prostituição*, Lisboa, 1875, p. 19.

<sup>160</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, p. 12. (data da 1.ª edição: 1892), p. 127.

<sup>161</sup> Fialho de Almeida, *Os Gatos*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 9.ª edição.

«Felizes passo os meus dias  
E no gôzo me concentro  
Coso p'ra fora e p'ra dentro  
[...]  
Gozo de mil simpatias.

[...]  
E sinto um certo prazer  
Quando a bordar a matiz  
Algum mancebo me diz:  
– Menina deixa meter?  
Consinto, está bem de ver  
Se não for tipo manzombo.  
Dou-lhe nos cobres um rombo  
Em troca de sensações  
E em certas ocasiões  
da desgraça rio e zombo<sup>162</sup>.»

Quanto às «criadinhas», eram movidas por um irreverente e incontrolável espírito *juanista*, de conquista fácil<sup>163</sup>. Malheiro Dias, por seu lado, mostrando-se um sisudo sequaz do *racismo*, prefere aludir aos «cruzamentos do cristão ribatejano» para justificar os «hábitos de independência» e a rebeldia à «domesticidade» da *criada de servir* – esse «mamífero venenoso», tão «libérrimo» quanto «semita»<sup>164</sup>. Outros, pelo contrário, culpabilizam os «meninos de casa» de assediarem indevidamente as sopeiras, deitando mão onde não deveriam.

«Toda em vergonha se abrasa  
Gentil criada do meio,  
Quando o menino da casa  
Com beijocas a atenaza

---

<sup>162</sup> Júlio Guimarães, *Fados Brejeiros*, Lisboa, s.d.

<sup>163</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, pp. 14-15.

<sup>164</sup> Carlos Malheiro Dias, *Cartas de Lisboa*, Lisboa, 1905, p. 124.

Ou lhe deita as mãos ao seio<sup>165</sup>.»



*Costureiras: centros de Marias, Adelaides e Sãozinhas trocavam a agulha de costura pelo ócio melancólico do bordel.*

Por estas e outras é que um bem-intencionado *moralista* de finais do século XIX suplicava enternecidamente junto dos governos civis e comissariados da polícia: «Por amor de Deus e do próximo, ensinem aos que se dedicam a essa vida, quais são os seus direitos e deveres<sup>166</sup>.» Segundo este moralizador de costumes sopeirais, a criada de servir deixaria de ser um «factor importante para a prostituição» a partir do momento em que se fixassem bem «quais as relações sociais que criadas e patrões [deveriam ter] uns para com os outros»<sup>167</sup>. Pelos vistos, esse tipo ideal de relacionamento estava tão mal assimilado – aos olhos do senso comum, mais por culpa das criadas do que dos patrões – que os poderes públicos determinaram que a Associação dos Asilos se encarregasse da educação de costureiras e criadas de servir.

Armando Gião, muito cartesianamente, distinguia das «causas frequentes da prostituição na mulher» entre as *intrínsecas* e as *extrínsecas*. Das primeiras, destacava o «apetite genésico», especialmente quando «a má educação auxilia a natureza» e a preguiça «natural ou adquirida». Das segundas, as extrínsecas, lá estavam, entre outras, a «sedução», o «abandono», os «maus exemplos recebidos», a «embriaguez», enfim, a «promiscuidade»<sup>168</sup>. Para Ângelo da Fonseca, as causas da causa eram: «vícios extravagantes», «luxo», «perversão

<sup>165</sup> Alfredo de Moraes Pinto, *Noites de Inverno*, Lisboa, 1900, p. 45.

<sup>166</sup> J. de S. O. Sousa, *Escravidão Branca...*, pp. 64-65.

<sup>167</sup> J. de S. O. Sousa, *Escravidão Branca...*, p. 65.

<sup>168</sup> A. Gião, *Contribuição...*, p. 35.

moral», «precocidade dos desfloramentos», «gravidezes indesejáveis», «violações», «estupros», «ilegitimidades», «ciúmes» e (porque não?) os «pequenos ordenados dos maridos»<sup>169</sup>. Tovar de Lemos, um dos mais interessados estudiosos da prostituição, se, por um lado, fazia vagas alusões à «promiscuidade» nas oficinas e *ateliers* e às «rápidas mudanças de meio», era, por outro lado, peremptório: «As filhas das classes pobres, em geral, nascem taradas<sup>170</sup>». E, numa fúria de provar *biologicamente* a origem da prostituição, deleitava-se com provas antropométricas, compassos, calibres, goniómetros, etc., para chegar à conclusão que cerca de 80% das prostitutas observadas tinham estigmas de degenerescência; 90% possuíam cabelos pretos ou castanhos; 80,8 % tinham olhos de igual cor e que todas elas eram, *naturalmente*, «magras» e «abatidas»<sup>171</sup>.

Desenvolve-se também a «teoria» de que a prostituição é uma consequência da *criminalidade*, da *decadência moral*, da *vadiagem*. O *Comércio do Porto*, em 1893, por exemplo, protestava contra três ou quatro vadias que defronte das janelas dos Paços do Concelho, na paróquia de S. Julião, jogavam as *cinco pedrinhas\**, com grande gáudio dos transeuntes: «Visto, pois, que a polícia não quer absolutamente importar-se com semelhante indecência, para lhe pôr termo, como deve, pedimos hoje à Mesa da benemérita Irmandade do Santíssimo daquela freguesia que não consinta tão indecoroso proceder em seus domínios,

---

<sup>169</sup> A. da Fonseca, *Da Prostituição...*, pp. 53-71.

<sup>170</sup> A. T. de Lemos, *Estudo Antropológico da Prostituta...*, p. 28.

<sup>171</sup> A. T. de Lemos, *Estudo Antropológico da Prostituta...*, p. 28.

e que dê as mais terminantes ordens aos seus empregados menores, para que enxotem dali o repugnante espectáculo<sup>172</sup>.»

*Em finais do século XIX o jogo da pedrinha era considerado um “repugnante” e “preocupante” espectáculo aos olhos da moral pública dominante. Em pleno século XX, o jogo persistia.*

Não sabemos se, por influência do «Santíssimo», os empregados menores as conseguiram enxotar ou se acabaram participando no tão preocupante jogo das



pedrinhas... O certo é que campanhas de alguma Imprensa acabaram por determinar um aumento da repressão policial. Fialho de Almeida, em finais do século XIX, regozijava: «A polícia tem andado a remover das ruas concorridas todas as casas de amor onde não tem provavelmente *huri* marcada. Foram já mandadas sair da rua do Arsenal todas as pêgas do vício que ali chamavam os transeuntes; mandadas fechar as capoeiras da R. Augusta e da R. da Prata<sup>173</sup>.» Contestatários mais exaltados – que não isentam de violentas críticas os *pivinhas\** (*maduros\** à caça de *frangainhas\**) –, chegam mesmo a reclamar para as meretrizes a pena máxima do rei visigodo Recaredo: 300 açoites e trabalhos forçados; outros, mais nacionalistas, reclamaram a restauração patriótica da Ordenação Manuelina que impunha às prostitutas penas de açoites públicos com barço ou degredo perpétuo para a ilha de S. Tomé.

Nesta ordem de ideias, a prostituição poderia muito bem domesticar--se com cacete e traulitada. Para muitos entendidos no assunto, o crescimento da

---

<sup>172</sup> *O Comércio do Porto*, 20 de Agosto de 1893.

<sup>173</sup> F. de Almeida, *Os Gatos...*, vol. II, p. 259.

prostituição devia-se precisamente à inexistência de *uma repressão policial e/ou legislativa sobre as prostitutas*. Com João Franco, em finais da Monarquia, centenas de mulheres são matriculadas à força, algumas das quais, se reconheceria depois, eram virgens. Vozes de protesto começam inevitavelmente a surgir. A *Vanguarda*, jornal da oposição ao franquismo<sup>174</sup>, dirige uma violenta campanha contra o governo com o objectivo de desmascarar a «desmoralizante» *caça às borboletas\** movida pela Polícia Sanitária: «Obrigam as desgraçadas presas a mandarem os objectos do seu uso e as próprias roupas que têm vestidas para pagarem as multas [...]. Prendem toleradas duas, três e mais vezes por dia e noite, sem razão ou motivo, quando elas vão às farmácias buscar remédios; às casas de pasto tomar refeições e até ao momento de estarem à mesa, não as deixando concluir o seu almoço ou o seu jantar [...]; quando vão comprar géneros alimentícios, petróleo, [...] velas [...] à modista, ao teatro ou à missa<sup>175</sup>.» É claro que a campanha tinha objectivos políticos recebendo, aliás, o apoio de alguns sindicatos operários. No roubo das «grinaldas de virgens», a *Vanguarda* implicava, para além da «quadrilha policial», os padres que correntemente designava de «abutres de sotaina e coroa». Ao de cima ressurgiam velhos ressentimentos anticlericais:

«Foi proibido o casamento aos padres,  
Porém não lhes cortaram a minhoca,  
Por isso qualquer deles anda à coca  
Das putas, das criadas das comadres<sup>176</sup>.»

Em vários números, a *Vanguarda* ataca os padres «imundos» e «devassos», «useiros» e «vezeiros» na prática de atentados contra a castidade das virgens e o pudor das mulheres casadas. Entre vários casos conta-se o de uma menina de 16 anos da qual uma «besta de coroa e batina», abusando do confessorário, das suas vestes sacerdotais e da sua «tendência libidinosa de sádico repugnante e imundo *Don Juan* de roupêta» haveria de roubar a sua grinalda de virgem. O padre em causa – acusava o jornal – exercia o seu ministério de caçador de

---

<sup>174</sup> Assumia-se como Republicano Independente.

<sup>175</sup> A *Vanguarda*, 1 de Novembro de 1908.

<sup>176</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, p. 18.

virgens e prostituidor de mulheres casadas no confessionário da Igreja de Sacramento de Lisboa<sup>177</sup>.



*Alguns acusavam os “abutres de sotaina e coroa” do roubo das “grinaldas de virgem”.*

Quanto à polícia, havia de tudo: desde o «rufião de encruzilhada» até ao de «durindana e balandrau inquisitorial»<sup>178</sup>. A prostituição parecia crescer com os emolumentos da polícia: «Essa polícia também tem agentes para prenderem crianças virgens [...] lançadas na rua a pedir esmola para matarem a fome e a seguir as desflorarem e enterrarem à força no lodaçal da prostituição, a fim de lhes aumentarem ainda mais os abjectos emolumentos<sup>179</sup>.» Alguns observadores atentos acabariam mais tarde por concluir, enquadrando o fenómeno da prostituição no âmbito de uma prática refinadamente comercial, que, para estas beneméritas do Estado, as multas funcionavam como encargos equiparados às «despesas de propaganda» comercial<sup>180</sup>.

---

<sup>177</sup> *A Vanguarda*, 10 de Novembro de 1908.

<sup>178</sup> *A Vanguarda*, 10 de Novembro de 1908.

<sup>179</sup> *A Vanguarda*, 10 de Novembro de 1908.

<sup>180</sup> Alfredo Tovar de Lemos, *Relatório dos Serviços Referentes à Prostituição no Ano de 1952*, Lisboa, 1953, p. 13.

Nem sempre a repressão da *Sanitária* se exercia uniformemente sobre as prostitutas. Enquanto algumas eram presas três e mais vezes ao dia, mesmo que viessem da missa, várias eram as casas «a cuja indústria ilícita a polícia, como tinha as suas gostosas compensações, fechava interessadamente os olhos»<sup>181</sup>. Alcouces conhecidos eram protegidos, como a «Casa da Amália» na rua do Diário de Notícias e o «Petit Hotel», na rua da Trindade. Segundo a *Vanguarda*, esses alcouces eram antros de prostituição clandestina, onde reciprocamente iam prostituir-se e «chavelhar-se» as «damas» e os «damos» da alta sociedade de Lisboa e que «só por isso,» e porque pagavam bem, eram «escandalosamente protegidos por aqueles funcionários, ao ponto de ali se terem desflorado muitas menores, sem que eles [interviessem]<sup>182</sup>». Por outro lado, quanto às prostitutas clandestinas, nunca prendiam as que tinham carta de alforria. A *Vanguarda* aconselhava:

«A polícia, para apanhar dinheiro, ou para exercer vinganças, tem matriculado, à força, centenas e centenas de mulheres honestas, crianças menores e até virgens. Se é pai e pobre, acautele as suas filhas. Se é marido e a sua mulher tem necessidade de andar só na rua, acautele a sua mulher. [... Os sanitários] nem incomodam as toleradas da «alta», que são muitas mais que as outras, nem as que lhes untam as unhas, nem as casas suspeitas de onde recebem espórtulas e para onde fornecem carne de prazer já fanada ou tenrinha<sup>183</sup>.» Todavia, se alguma costureira ousasse «fintar» um polícia era certo e sabido, que acabava «matriculada»<sup>184</sup>. Pelo mais pequeno indício de «desfloração» asseguravam o direito ao *carnet*. Simples namoradas ou mesmo noivas não escapavam ao vexame<sup>185</sup>. Em Leiria, as autoridades policiais chegavam a ordenar revista sanitária a todas as criadas de servir, acabando algumas delas por ser coercivamente inscritas como meretrizes. «Esperavam-nas quando iam à fonte e convidavam-nas a acompanhá-las e lá iam, e uma vez lá, tinham que mostrar-se. Se era virgem saía [supostamente virgem]. Se, pelo contrário já tinha tido relações era-lhe passado o passaporte para a cidade do

---

<sup>181</sup> Abel Botelho, *Patologia Social*, volume 11 (O Livro de Alda), Lisboa, 1924, p. 264.

<sup>182</sup> *A Vanguarda*, 4 de Outubro de 1908.

<sup>183</sup> *A Vanguarda*, 4 de Outubro de 1908.

<sup>184</sup> *A Vanguarda*, 4 de Outubro de 1908.

<sup>185</sup> *A Batalha*, 27 de Julho de 1926.

lodo e da miséria<sup>186</sup>.» Método radical, sem dúvida, mas de aplicação duvidosa para quem, como no Congresso Abolicionista de 1926, se batia por «abrigar nas almas a ideia de que a virgindade masculina possui valor biológico e social igual ou superior à virgindade feminina»<sup>187</sup>. Em 1926, lia-se num relatório do Governo português enviado à Sociedade das Nações: «Se nos cingirmos à letra do art. 406.º do Código Penal, haveria lugar para perseguir as próprias autoridades<sup>188</sup>.» Em plena *Ditadura Militar* (1929), o comandante da polícia, Ferreira do Amaral, concluía: «A prostituição não é um crime é uma desgraça<sup>189</sup>.»



*Os amores de sopeira por fartos e cuidados bigodes.*

Mesmo assim, alguns autores não viam esta relação de compadrio entre o elemento policial e o elemento prostituível. Aludiam, preferencialmente, a *relações místicas* determinadas por *factors estéticos*. Rodrigues Veloso, por exemplo, referia-se em tom suspiroso aos amores de sopeira da seguinte forma: «Os amores em que se deixa facilmente ir, como a folha seca ao cimo e ao correr das águas, por qualquer municipal de fartos e cuidados bigodos<sup>190</sup>.» Sim, porque um «militar sem bigode» era como uma «vassoura sem barbas»<sup>191</sup>. Júlio César Machado, por seu lado, filosofava: «Que encantos têm as barbas d'este *guerreiro*

<sup>186</sup> A Batalha, 27 de Julho de 1926.

<sup>187</sup> A. Brazão, *Congresso Abolicionista...*, p. 36.

<sup>188</sup> Arnaldo Brazão, *A Prostituição de Menores*, Tese Apresentada ao Congresso Internacional Abolicionista de 1927, Anvers, Bélgica, Lisboa, 1928, p. 6.

<sup>189</sup> Citado por Alfredo Tovar de Lemos, *Relatório do Serviço de Inspeção de Toleradas*, Ano de 1929, Lisboa, 1931, p. 10.

<sup>190</sup> Rodrigues Veloso, *Aspectos de Lisboa*, 1911, p. 134.

<sup>191</sup> Júlio César Machado, *Lisboa de Ontem*, Lisboa, s.d., p. 228.

é o que ninguém poderá devidamente explicar; mas, criada que uma vez lhe fala fica a quebrar a loiça por mais d'um semestre<sup>192</sup>.» Sousa Basto, mais resignado, limitava-se a constatar: «Como mulheres, as amas-de-leite e as criadas de servir têm sempre dado a vida pela farda. Foram os municipais os seus primeiros amores. Se iam passear os filhos da casa, levavam sempre *guarda de honra*. Se saíam sós, imediatamente lhes surgia um municipal para as acompanhar [...]. Se a patroa [...] desconfiava de que a *sopeira* metera alguém em casa, ia passar revista ao armário da cozinha ou debaixo da cama, e lá encontrava infalivelmente um *municipal*<sup>193</sup>.» Com efeito, «o primeiro cuidado dos soldados da guarda municipal era arranjar namoro de vizinha, que lhes proporcionasse colóquio nocturno e lhes fizesse passar agradavelmente os quartos da sentinela da noite. As belas mostravam-se grandemente sensíveis a essas atenções»<sup>194</sup>, ainda que mudassem de namorado «à proporção que a sentinela era rendida»<sup>195</sup>.



Os soldados da guarda municipal eram verdadeiros conquistadores, avassalavam e reduziam a escravos “milhares de corações” de todas as amas, criadas

---

<sup>192</sup> J. C. Machado, *Lisboa na Rua...*, p. 106.

<sup>193</sup> A. Sousa Bastos, *Lisboa Velha, Sessenta Anos de Recordações (1850 a 1910)*, Lisboa, 1947, p. 206.

<sup>194</sup> J. C. Machado, *Lisboa de Ontem...*, p. 228.

<sup>195</sup> J. C. Machado, *Lisboa de Ontem...*, p. 228.

*e sopeiras de Lisboa.*

Como se deduz, os soldados da guarda municipal eram verdadeiros conquistadores, avassalavam e reduziam a escravos milhares de corações de todas as amas, criadas e sopeiras de Lisboa. Porém, como todo o reinado tem fim, este domínio perigou com o surgimento da polícia civil que «usava uma farda muito mais catita e elegante». Por muito tempo, segundo relatos históricos, as duas corporações (municipais e civis) provocaram-se e odiaram-se, pondo de parte a ordem pública para só pensarem na conquista das sopeiras. E lá surgia o *faduncho*\* a cantar o labor das ditas no derriço com os façanhudos civis:

«Namorar as sopeirinhas,  
Finfar partes carregadas,  
São da polícia civil  
As prendas mais afamadas<sup>196</sup>.»



*Municipais e civis punham de lado a ordem pública  
para só pensarem na conquista das sopeiras.*

A guerra entre a polícia civil e a guarda municipal não foi decerto, disso estamos seguros, uma simples guerra de fardas e de bigodes. Nem razões

---

<sup>196</sup> A. Tomaz Pires, *Cantos Populares Portugueses*, volume IV, Elvas, 1910.

místicas determinariam a queda ou a inclinação das costureiras e criadas de servir por fartos e encaracolados bigodes ou catitas e respeitosas fardas. O que sempre houve, isso sim, foi uma tendência obscura para explicar a prostituição por causas *não sociais*. Daí o repto lançado aos que, por considerarem a prostituição uma resultante de factores exclusivamente biológicos e psicológicos, intrínsecos ao carácter bizarro da prostituta, não a encaram como deve ser encarada, isto é, como um *fenómeno social*.

### 3.2. Esboço de uma estratificação das prostitutas

Uma das teses deste estudo aponta para o surgimento de uma estratificação mais rígida entre as prostitutas, com o virar do século XIX. Esta estratificação passará a ser estudada com base nas seguintes variáveis: *usos e padrões de comportamento, preços, área habitacional, zonas de giro e clientela*. Para melhor acompanhamento, considere-se o quadro seguinte que, reportado a finais do século XIX (1891), será tomado como referencial ou termo de comparação relativamente ao que se passou antes e depois desse marco cronológico.

#### 3.2.1. Usos e padrões de comportamento

É certo que sempre existiram diferenças entre as prostitutas de diferentes categorias. Em meados do século XIX, refere Santos Cruz, as prostitutas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> ordens vestiam como «senhoras honestas» e estavam a par das mais sofisticadas modas parisienses<sup>197</sup>. As de 3.<sup>a</sup> ordem reconheciam-se, na opinião do mesmo autor, pela falta absoluta de códigos de civilidade, com todos os vícios de crápula e libertinagem associados aos efeitos do uso e abuso das «comidas picantes» e do «sumo favorecido da uva». Usavam lenço de seda na cabeça, xaile, saia de chita de ancha roda e botinhas com tacões altos, cerrados por atacadores com borlas pendentes<sup>198</sup>.

Com o correr dos tempos, esta diferenciação mantém-se, mas assume novos e refinados aspectos. A sociedade portuguesa dos inícios do século XX é uma

---

<sup>197</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, pp. 158-159.

<sup>198</sup> Pinto de Carvalho, *Lisboa de Outrora*, Lisboa, 1938, Vol. I, p. 157.

sociedade em transformação, tanto do ponto de vista político-ideológico quanto económico. A estrutura social passa por sucessivos reajustamentos sociais, com aristocratas decadentes cedendo lugar a uma burguesia ascendente composta de «novos ricos» endinheirados. Em 1908, a *Vanguarda* ironizava: «O luxo das mulheres e a grosseria profunda dos homens fizeram de Lisboa uma espécie de Sodoma e Gomorra, que há muito teria sido destruída pelo fogo celestial, se o Deus dos católicos não fosse também um desbragado sultão<sup>199</sup>.» A prostituição aumenta significativamente na alvorada do século XX. Bugalho Gomes afirmava, em 1913, não sem exagero: «Cada casa é um bordel, cada prédio um alcouce<sup>200</sup>»...

Após a revolução de Outubro de 1910, a moda prossegue em seus dislates. Entra-se na era dos chapéus. São chapéus à «moujick», à «turbante», à «boca de sino», à «generada», à «roda de automóveis», à «dragão de cavalaria», «três pancadas», etc. É evidente que esta excitação provoca mecanismos de «socialização por antecipação» através da *moda*: «O primo Basílio, se viesse, não encontraria hoje em Lisboa uma Luíza com meias de tear» – conformava-se um atento observador da época<sup>201</sup>. E Malheiro Dias, nas suas *Cartas de Lisboa*, acrescentava: «Lisboa recebe essa exilada tribo de mulheres (das Beiras) ávidas e famintas, para servir [...]. Mas passados meses – ó milagre – a beirôa apareceu-nos espartilhada, com blusa de seda, mantilha de renda e capa de peluche. [...] Guardou um saiote na mala [...] mas usa um colete do Grandela<sup>202</sup>.» As próprias *cocottes* baratas que ofereciam o corpo para a compra do almoço imitavam

---

<sup>199</sup> *A Vanguarda*, 16 de Outubro de 1908.

<sup>200</sup> A B. Gomes, *História Completa da Prostituição...*, p. 86.

<sup>201</sup> P. Osório, *Lisboa...*, p. 44.

<sup>202</sup> Cit. por R. Veloso, *Aspectos de Lisboa...*, pp. 132 133.

desde «a criada de xale e lenço» até à «varina de muitas saias, chapéu e sogra»<sup>203</sup>.

Esta fulgurância, verdadeira revolução nos costumes, não vai, evidentemente, tirar da miséria as prostitutas de mais baixa posição. O que se passa é que, à medida em que a mobilidade social se torna mais elástica, tende-se para uma

QUADRO 2  
A ESTRATIFICAÇÃO DAS PROSTITUTAS EM FINAIS DO SÉCULO XIX

	1ª	2ª	3ª
Usos e Padrões de	Luxo no trajar e em suas casas. Não provocam em geral escândalos.	Vivem com menor luxo. Provocam os homens com gestos e palavras, nas ruas e das janelas das casas que habitam.	Pobres no trajar. Provocantes desordeiras. Cultivam uma gíria específica são muito supersticiosas.
Preços	De 1000 a 2250 réis	De 240 a 1000 réis	De 40 a 240 réis
Área Habitacional	Habitam, em geral, os primeiros andares. Outras vezes, as casas toleradas onde vivem em comum ocupam todo um prédio. Preferem as ruas da Baixa e do Chiado. Algumas casas não têm sinal exterior que as distinga e outras estão oficialmente registadas como casa de passe.	Vivem geralmente em comum em ruas da Baixa, R. Nova do Almada, algumas ruas do Bairro Alto, imediações do Chiado e R. de S. Paulo. Quase todas as casas toleradas estão em primeiros andares com tabuinhas nas janelas. Em alguns prédios existem até três casas toleradas, com serventia pela mesma escada, outras vezes são estas casas em prédios contíguos. As meretrizes isoladas habitam quase todos quartos alugados.	Aglomeram-se nomeadamente no Bairro Alto, Mouraria Esperança. A rua dos Vinagres a rua dos Canos e o beco Ricardina têm grande concorrência. Quase todas vivem isoladas em lojas, ca térreas, muitas vezes sem nem luz, com uma só habitação que pagam a 300 réis diários mais.
Zonas de Giro	Frequentam os passeios e os teatros onde se tornam conhecidas.	Área habitacional	Provocam à porta das casas geralmente guarnecida de uma meia porta de madeira ou de baiucas das vizinhanças.
Cliente	Classes abastadas da sociedade.	Classes médias e pequena burguesia.	Classes populares: operários, soldados e marinheiros.

Fonte: Quadro compilado, fundamentalmente, a partir de dados de Armando Gião, *Contribuição para o Estudo a Prostituição em Lisboa*, 1891.

polarização crescente na estratificação social das prostitutas. Criam-se hiatos, as camadas sedimentam-se, os contactos entre prostitutas de diferentes categorias tornam-se improváveis. As de mais baixa posição tendem a distinguir-se cada vez mais pela abundância de osso:

«Nas lojas reparai:

<sup>203</sup> Fernando Schwalbach, *Lisboa a Nu. Vidas, Tipos e Costumes*, Lisboa. 1912, p. 13.

Rameiras, desgraçadas,  
Em trajos seminus de chitas desbotadas,  
Dormitam junto à porta.

Algumas há, porém,  
Que numa rouca voz que já timbre não tem  
Arremessam ao ar um cântico indecente  
Com fumo de cigarro e bafos d'água-ardente<sup>204</sup>.»

Um observador atento comentava: «Morrem nos hospitais, ou roídas pela sífilis ou por enfermidades contraídas pela má alimentação, esgotamento de forças, noites perdidas, excesso de coito com homens brutais e violentos e resfriamentos e constipações apanhadas de Inverno por essas noites frias, húmidas e agrestes em que elas, como os soldados, são obrigadas a fazer à janela um quarto de uma hora a fim de atraírem os transeuntes que passam pela rua!<sup>205</sup>»

Pode dizer-se que é quase sempre nas camadas mais baixas da prostituição que se encontram os comportamentos mais bizarros e que é nestas camadas que a tradição tem mais força: o abuso das bebidas alcoólicas, o hábito de mentir, as rixas, a voz rouquenha, etc. Santos Cruz reconhecia, em 1840: «Não é nem nas mais moças, nem nas mais devassas que isto se encontra; e ainda que esta voz rouca se observe em todas as ordens destas mulheres, há circunstâncias especiais que a fazem mais frequente, como naquelas que mais abusam de líquidos espirituosos e que mais se embriagam, bem como naquelas que mais sujeitas estão às intempéries da atmosfera e aos rigores do Inverno pela sua pobreza e miséria; muitas contraem repetidos catarros que desprezam, o que tudo contribui para o aparecimento do som alterado de sua voz<sup>206</sup>.»

---

<sup>204</sup> D. Guimarães, *Lisboa Negra...*

<sup>205</sup> A. Gallis, *Cartas de um Japonês...*, pp. 192-193.

<sup>206</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, p. 77.



Nas camadas mais baixas da prostituição era frequente o abuso de bebidas alcoólicas.

Encontram-se ainda outros aspectos comportamentais que são o espelho do seu modo de vida. Por exemplo, a adopção frequente de *nomes de guerra* que adoptam e mudam para se distinguirem de outras meretrizes do mesmo nome ou para fugir a investigações de família, poder judicial, etc. Vejamos uma interessante e atenta descrição fisionómica feita por Alfredo Gallis, em 1909: «A Gorda Esperança, de cara abolachada e vermelha, baixa e de seios tremendos [...] verdadeiro tipo de provinciana rude; a Rita *bonita* muito cheia de cordões de ouro [...] a *algarvia* de rosto suíno, mas [...] de umas pernas magníficas [...]; a Adelaide *veterana*, irónica [...] e dando lições de filosofia às mais novas; a Maria d'Almeida e a Elvira *Zuca*, altas, petulantes, batidas por uma longa prática do fado triste[...]; a Laura de Setúbal [... com o] eterno casaco encarnado; a Zefa [...] zaragateira [...]; a pálida e filosófica Aurélia [...]; a Sarah *grande*, cega do olho direito [...]; a *Alice*, muito magra [e] desdentada [...]; a Amélia de Coimbra [...já reformada e pedindo] esmola aos antigos fregueses que a conheceram cheia de vida [...]; a celebrizada Lúcia, a heroína da localidade, que de quando em vez alarmava o bairro quando o amante, um sargento da armada, roído de ciúmes, lhe arrombava a porta [...]; a Augusta *alta* [...], desdentada como a Alice [...]; a Albertina, já de idade madura mas ainda formosa [...]; e, sempre de lenço e xale a Antónia, pedindo um vintém ou um cigarro<sup>207</sup>.»

A corroborar a ideia da reprodução de costumes nas camadas mais baixas da prostituição está o facto de elas desenvolverem uma gíria que se retransmite e renova ao longo de sucessivas gerações de prostitutas. É certo que muitos

---

<sup>207</sup> A. Gallis, *A Baixa...*, pp. 99-100.

termos de gíria se transformam em calão, indício de que os fluxos de contágio linguísticos se orientam mais no sentido dos submundos da prostituição vagabunda para o meio circundante do que no sentido inverso. Como quer que seja, há formas culturais próprias que se desenvolvem tendo por suporte a linguagem, com destaque para a espontaneidade, traço característico de um modo de vida pautado pela aleatoriedade:

«– Oh! Chica, que tal hoje?

– Eu sei cá, mulher. Uma desgraça, são estas horas e ainda não me *estreei*\*.

– Nem eu, e sempre quero ver como hei-de logo largar as três *roscas*\* para a patroa. Também não me admira; logo ao abrir o estabelecimento vi um *macaco*\* parado defronte da porta. Estou *inguiçada*\* para todo o dia.

– Enguiçada está a gente desde que vem para esta vida. Isto foi chão que já deu uva.

– Olha que às vezes não há maus dias! Ainda antes de ontem eu tirei limpinhas quatro coroas.

– Pois sim, vê lá tu hoje! Nem uma de *lepes*\* E se fosse só a patroa que me ralasse...

– Sim, sim; onde te morde sei eu; tens o gajo à perna e *queijada*\* nem ver. Olha, sabes o que te aconselhava?

– O quê?

– Dá-lhe de *trombas*\* e *governa-te* só, faz como eu. Depois que o meu *tipo*\* me começou a *malhar*\* por eu não lhe dar *massa*\* para o *brodio*\*, largueio-o que foi uma consolação; nada que o meu corpinho nem da mãe nunca levou pancada, quanto mais agora do *pingente*\*. Chiça!

– Pois sim, mas olha que isto da gente não ter ninguém com quem desabafe à noite! Ao menos com eles sempre uma pessoa pode falar na vida, e olha que nem todos são maus. O meu...

– O teu, o quê? É tão bom como os outros. Eu bem oiço de noite o *arraia*\* que te vai na *lombeira*\* lá no quarto.

– É a brincar.

– Também eu dizia isso quando os tinha, mas a quem ardiam era a mim.<sup>208</sup>»

Também na cidade do Porto as prostitutas usavam uma gíria excêntrica fazendo gala de intrometer na conversação «palavras de uma língua estranha pilhadas a ouvido»<sup>209</sup>. O que importa aqui realçar é que esta gíria, como atrás se

---

<sup>208</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, pp. 38-39.

<sup>209</sup> Assim, chamavam ao venéreo, feno ou mofo; ao hospital, quinta; ao vestido, farpela; à capa, tralha; ao casaco, plaustra; à roupa branca, fardilha; ao dinheiro, letra, etc. Francisco Pereira de Azevedo, *História da Prostituição e Polícia Sanitária do Porto*, Porto, 1864, p. 47.

sugeria, se transforma progressivamente em calão. Os espaços circundantes da boémia absorvem com inusitada avidez o vocabulário conhecido dos lexicólogos da rua do Capelão. Eis, como exemplo, o diálogo entre dois *janotas*\* do Chiado:

«– Então J. que tal foi aquela coisa ontem no República?

– Ó filho, uma chatice. Julguei que os queixos se me escachavam de tanto abrir a boca.

– E a respeito de fêmeas, que tal? Boas?

– Uma súcia de coiros bons para purgantes. À saída é que encontrei uma tipa que devia ter umas *gâmbias*\* de alto lá com o charuto. Se visses! E uns *búzios!*\* Tu sabes que eu não sou gajo que vá assim atrás do choro da primeira *pécora*\* que veja, mas com aquela perdi a *cachimónia*\* e atirei-me de cabeça.

– Fucinhaste!

– Não, lá de ventas à torneira não fui. Disse-lhe coisas, atirei-lhe duas ou três piadas das minhas...

– E a *gaja*\* marrou?

– Nada. Não deu nem meia de sorte. Ainda lhe fui nas águas um bocado, mas como vi que para ali não fazia farinha, mudei de crença e fui para *penates*\*<sup>210</sup>.»

A superstição, os sentimentos trágicos e os cultos religiosos são outras manifestações que se desenvolvem, sobremaneira, entre as prostitutas de mais baixa condição. Contudo, estas características atenuam-se paulatinamente com o evoluir dos tempos. Em 1841, afirmava Santos Cruz: «Muitas delas vão sempre à missa quando o tempo o permite; algumas há que vão à confissão; elas prostram os joelhos em terra quando passa alguma procissão ou o Sacramento para algum enfermo<sup>211</sup>.» Há também referências a *donas de casa*\* com bem arranjados oratórios, crucifixos e várias imagens de santos em suas hospedarias, onde de noite as prostitutas acendiam velas e rezavam as suas orações quando não estavam ocupadas com outras mais complicadas e menos santificadas tarefas. Não raro usavam escapulários ao pescoço e muitas enviavam *mesadas*\* às famílias enquanto outras, mães, eram extremosas para com seus filhos. Raul Brandão conta que, na Lisboa do Constitucionalismo, na procissão da Senhora da Saúde que tinha «capelinha» para os lados da Mouraria, ia todos os anos, antes do andor, descalça e com dois vistosos pares de brincos nas orelhas, uma famosa puta – a *Lavradeira*, que «tinha um alcouce na rua da Madalena e acabou

---

<sup>210</sup> P. Schwalbach, *Lisboa a Nu...*, pp. 82-83.

<sup>211</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, pp. 19-20.

rica, deixando a fortuna ao marido de Viana do Castelo»<sup>212</sup>. Pastor de Macedo acrescenta que, para além de ir descalça e de ostentar os seus brincos, a *Lavradeira* era portadora de uma vela enorme, do tamanho dela<sup>213</sup>.

A religião nunca abandonava a prostituta que decorava o bordel com bentinhos, santos e perfume de incenso – ou não fora Portugal um país «essencialmente religioso». Isto não obsta a que, ainda em meados do século XIX, Santos Cruz achasse demasiado rígidas e severas certas posturas da Igreja Católica que, por exemplo, se opunham ao tratamento da sífilis, uma vez que, segundo uma famosa e rigorosa Bula, um tal tratamento contrariaria os «Decretos da Providência» que se limitavam a «castigar as criaturas por onde elas tinham pecado». Muita gentinha andaria assustada, pelos vistos, com os efeitos dos malfadados e divinos *Decretos* e tanto assim é que um poeta, frequentador assíduo do Bairro Alto, assegurava que muitos heróis que não tinham nada de «banana»... para não ficarem com essenciais partes do corpo em «pantana»... abraçavam a castidade e a continência<sup>214</sup>.

A conservação dos sentimentos religiosos por parte das prostitutas aparecia associada a práticas supersticiosas com todo o rol de *mezinheiras\**, promessas, manigâncias, feitiços e rezas. Contava uma prostituta: «Havia lá uma pobre rapariguita... chamavamos-lhe nós a Manjerica, um fiosinho de gente, toda olhos e cabelo, que não tinha mesmo sorte nenhuma. Os homens engalinhavam com ela, a patroa tratava-a mal... e a pequena ralava-se. Afinal, uma noite, por conselho da bruxa de Monsanto, mesmo ao dar das doze badaladas – coragem tinha ela! –, desce ao saguão, nua, esgadelhada, sem preparo nenhum, senta-se e chama p'lo diabo... Pois, logo veio um gatarrão preto aninhar-se-lhe no colo! [...] Pois, senhores, daí em diante teve muita sorte... passado um mês, foi por conta<sup>215</sup>.»

Abel Botelho dá-nos conta de uma *mezhinice\** comum em que a religião e a superstição se associavam. Depois de queimarem cocas, estoraque, incenso e alecrim as prostitutas davam as mãos entre si e, rodopiando, cantavam em coro:

---

<sup>212</sup> Raul Brandão, *Memórias*, volume II, Lisboa, 1925, pp. 217-218.

<sup>213</sup> L. P. de Macedo, *Tempos que Passaram...*, p. 184.

<sup>214</sup> *Cancioneiro do Bairro Alto...*, p. 17.

<sup>215</sup> A. Botelho, *Patologia Social (O Livro de Alda)...*, p. 373.

«Assim como as cocas\*  
Cocaram\* os peixes do mar,  
Assim as cocas coquem os homens,  
P'ra eles de mim gostar,  
P'ra com eles bom dinheiro ganhar,  
P'ra com eles comer, beber,  
E pagar a quem dever...  
Em louvor do S. S. Sacramento do altar<sup>216</sup>.»

Depois, uma a uma, pegavam num enorme chifre de carneiro e dando com ele furiosamente contra as paredes e portas, clamavam numa crédula alucinação:

«Corno! Cabrão!  
Dá-me dinheiro, fortuna e pão<sup>217</sup>.»

São de facto interessantes os *efeitos de retorno* desta simbologia. Como sugere Claude Lévi-Strauss: «Os símbolos são mais reais do que aquilo que parecem; o significante precede e determina o significado<sup>218</sup>.» Todo o símbolo se manifesta através do cruzamento de realidades heterogêneas que se deixam articular e inclusivamente se integram num determinado sistema de significados. No caso em análise, verificamos que os símbolos «corno» e «cabrão» conseguem reunir num *nó de presenças* uma massa apelativa de intenções significativas. Por outras palavras e seguindo de perto as propostas de Dan Sperber<sup>219</sup>: a evocação da simbologia *corno-cabrão* joga um papel heurístico em relação a uma necessidade intrínseca de subsistência, perfeitamente racionalizada por parte da prostituta: *Dá-me dinheiro, fortuna e pão!*

Voltando à influência das crenças religiosas nas camadas mais baixas das prostitutas, na própria comunicação quotidiana há alegorias vincadamente inspiradas no culto religioso. Quando alguma prostituta em qualquer esquina se

---

<sup>216</sup> A. Botelho, *Patologia Social (O Livro de Alda)*..., p. 373.

<sup>217</sup> A. Botelho, *Patologia Social (O Livro de Alda)*..., p. 374.

<sup>218</sup> Claude Lévi-Strauss, *Introdução a Marcel Mauss*, Sociologia e Antropologia, Editora da Universidade de S. Paulo, 1974, volume 1, p. 20.

<sup>219</sup> D. Sperber, *Le Symbolisme en Général*, Hermann, Paris, 1974; do mesmo autor, cf. o artigo intitulado «La Pensée Symbolique est elle pré-rationnelle?» in Michel Izard e Pierre Smith, *La Fonction Symbolique*, Bibliothèque des Sciences Humaines, Éditions Gallimard, Paris, 1979, pp. 17-42.

demorava mais com algum freguês a outra replicava: «– Ó filha, larga... isso aí não é *caixa das almas!*<sup>220</sup>»

Por outro lado, havia entre a baixa prostituição relações de forte solidariedade. Quando, durante o liberalismo, surgiu um edital que pretendia afastar para travessas e ruas escuras as prostitutas, apareceu um folheto intitulado «A Defesa das Pequenas, feita e oferecida ao respeitável público por Uma Delas» em que podia ler-se: «Amabilíssimas colegas minhas... é a vós, que eu primeiro me dirijo a fim que comprem a vossa defesa, ajudando com essa módica quantia de um pataco a viver a vossa companheira; porque somos obrigadas a ir morar para travessas, becos e monturos... não tenho remédio, senão meter-me a advogar a causa das oprimidas<sup>221</sup>.» As prostitutas socorriam-se ainda mutuamente com vestidos, quando deles absolutamente careciam e, especialmente, quando se encontravam em estado de miséria<sup>222</sup>. Este espírito benemérito ou filantropo, mais acentuado no século XIX que em inícios do século XX, dirigia-se também aos mendigos que andavam pelas ruas invocando em voz alta a caridade dos fiéis aos quais lançavam das janelas dos prostíbulos as suas esmolas<sup>223</sup>. Aquelas que não se mos-trassem imbuídas deste espírito eram escorraçadas e apelidadas de *focas*<sup>224</sup>.

---

<sup>220</sup> A. Botelho, *Patologia Social (O Livro de Alda)*..., p. 228.

<sup>221</sup> Cit. por L. Moita, *O Fado, Canção dos Vencidos*..., p. 278.

<sup>222</sup> A. Botelho, *Patologia Social (O Livro de Alda)*..., p. 184.

<sup>223</sup> A. Botelho, *Patologia Social (O Livro de Alda)*..., p. 184.

<sup>224</sup> A. Botelho, *Patologia Social (O Livro de Alda)*..., p. 184.

### 3.2.2. Preços

Os preços constituem outra variável de estratificação a considerar. As variedades distinguiam-se pelo custo e, como dizia F. Schwalbach, havia «obra para todo o preço»<sup>225</sup>: desde o antigo amor de seis vinténs ou de lepes das vielas de Alfama e Mouraria, até ao de coroa dos primeiros andares da Travessa da Palha. Naturalmente, nas covas escuras das vielas da Mouraria os preços tabelados eram paliativos e o freguês – *saloio ou provinciano* – na ânsia de ser atendido, arriscava-se a sair sem dinheiro ou carteira. Elas próprias, beneméritas, ajudavam-no a despír o casaco que dependuravam num cabide junto de uma porta que dava para outra casa. Essa porta tinha um pequeno postigo que ficava à altura das algibeiras do casaco e que era aberta depois de um sinal convencionado de forma a que o cúmplice pudesse tranquilamente surripiar a carteira e esquadrinhar à vontade o que nela houvesse<sup>226</sup>.



“Havia obra para todo o preço.”

Segundo o já referido estudo de Armando Gião – *Contribuição para o Estudo da Prostituição em Lisboa* – os preços variavam, em finais do século XIX (1891), entre 40 a 2250 réis. Naturalmente que nos inícios do século XX, por efeito da crise económica precipitada pela primeira Guerra Mundial, os preços inflacionaram-se mas a amplitude ter-se-á proporcionalmente mantido. Segundo Alfredo Gallis, em 1910, as míseras de viela conduziam aos seus

<sup>225</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, p. 37.

<sup>226</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, p. 44.

cubículos a «troco de um tostão» o «macho conquistado na rua, naquele seu vaivém constante de todas as noites»<sup>227</sup>. Claro que, na mesma época, as francesas vindas das docas de Bordéus e de Marselha cobravam quinze tostões. Produto importado era naturalmente mais caro muito embora essas francesinhas fossem produto de secundaríssima mão: em França vendiam-se por três francos «ao primeiro noctívago que topavam no seu caminho!»<sup>228</sup> Por seu lado, Bugalho Gomes refere que, em 1913, as prostitutas de mais baixa categoria já cobravam cerca de dois mil réis<sup>229</sup> – aliás, os réis já tinham sido destronados pelo tostão.

Em períodos de «crise de trabalho» muitas prostitutas que exerciam por conta de outrem eram afastadas e despedidas como «insolventes»<sup>230</sup>. Acabavam, então, por pedinchar colocação em casas mais baratas até acabarem colocadas «fora de concorrência»<sup>231</sup>. Seria ingénuo pensar que as relações capitalistas e as crises de trabalho não afectavam as prostitutas. Era tão feroz a concorrência entre elas que chegava a dominar a «luta» e a «intriga» entre a mãe e a filha da mãe na disputa do mesmo indivíduo<sup>232</sup>. O que importa realçar é a flagrante exploração de que as prostitutas passam a ser vítimas nomeadamente quando os circuitos de comercialização se sofisticam. Refira-se que só para fazer face ao pagamento da renda da casa – um quarto «com um estafado canapé antiquíssimo, sem estilo, e uma cama a que mais vulgarmente chamam rebeca»<sup>233</sup>, as prostitutas de mais baixa categoria tinham de se vender mais de sete vezes ao dia! Acresce que, neste contexto de acérrimas disputas, a estratificação das putas torna-se mais rígida, surgindo variadíssimas camadas em cada estrato. Opinava F. Schwalbach: «A *cocotte* antiga, do tempo da Juliana e outras mais, amarrotava entre as mãos finas uma nota de cem mil réis com a mesma facilidade com que deitava fora a cigarrilha perfumada de que tirava duas fumaças<sup>234</sup>.» Nas hospedarias dos inícios do século XX surge sempre a pergunta

---

<sup>227</sup> A. Gallis, *A Baixa...*, p. 9.

<sup>228</sup> A. Gallis, *A Baixa...*, p. 93.

<sup>229</sup> A. Bugalho Gomes, *História Completa...*, p. 89.

<sup>230</sup> Manuel Pedro de Abreu, ... *Da Tragédia Social*, Lisboa, 1919, p. 29.

<sup>231</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, pp. 16-21.

<sup>232</sup> A. da Fonseca, *Da Prostituição...*, p. 79.

<sup>233</sup> A. da Fonseca, *Da Prostituição...*, p. 79.

<sup>234</sup> A. da Fonseca, *Da Prostituição...*, p. 69.

sacramental: *de quanto?* – Conforme a resposta do cliente assim a porta de um dado quarto se abria<sup>235</sup>.

### 3.2.3. Área habitacional

Pode dizer-se que esta é uma das variáveis que, desde os tempos mais remotos, mais constância revelou na estratificação das prostitutas. Já em meados do século XIX, Santos Cruz, num dos estudos pioneiros sobre a prostituição na cidade de Lisboa<sup>236</sup>, admitia uma certa estratificação entre as prostitutas, considerando-as, genericamente, em três categorias ou ordens consoante as zonas que habitavam.

Contudo, essa estratificação não era ainda muito rígida e em várias zonas de Lisboa, como no Bairro Alto, misturavam-se prostitutas de ordens diferentes: «Vemos na rua das Gáveas existirem casas de 2.<sup>a</sup> ordem e ser esta rua cruzada pelas travessas dos Fiéis de Deus, do Poço da Cidade, etc., aonde habitam as de 3.<sup>a</sup> ordem: também observamos no Bairro Alto prostitutas da 2.<sup>a</sup> ordem misturadas com as da 3.<sup>a</sup> nas mesmas ruas, como na Travessa da Espera, dos Fiéis de Deus e bem assim em alguns outros pontos, como na calçada da Glória, rua do Salitre, etc., etc.<sup>237</sup>» Conta Pastor de Macedo que enquanto na rua Nova do Almada a «bela e provocante Eugénia recebia com elegância e [...] luxo os seus admiradores e [...] a Ana Emília ‘linda estampa de mulher’ se fazia valer perante quem a pretendesse»<sup>238</sup>; na rua do Capelão, «a Maria Romana, fadista como muitas outras, convidava com descaro o transeunte para entrar, enquanto no prédio ao lado se bradava ó da guarda e na rua vizinha se apitava aflitivamente»<sup>239</sup>. Entre os dois extremos surgiam as prostitutas que habitavam a antiga calçada do Caldas – à rua da Madalena –, como as descendentes da *Ana Couveira* e da *Felicidade do Chalé* que mantinham intimidade com a roda do poeta Bocage. A rua da Madalena foi aliás pouso de prostitutas afamadas

---

<sup>235</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, pp. 16-21.

<sup>236</sup> S. Cruz, *Da Prostituição na Cidade de Lisboa...*

<sup>237</sup> S. Cruz, *Da Prostituição na Cidade de Lisboa...*, p. 289.

<sup>238</sup> Luiz Pastor de Macedo, *Tempos que Passaram*, Lisboa, 1940, p. 175.

<sup>239</sup> Luiz Pastor de Macedo, *Tempos...*, p. 175.

como a *Gertrudes da Touca*, a *Perinha de Cheiro* e a *Augusta dos Bandós*<sup>240</sup>. Eram, na sua maioria, prostitutas de categoria média as que durante a primeira metade do século XIX povoaram algumas das casas da rua da Madalena. Em 1840, contudo, havia ali uma casa onde, à grande e à francesa, três *filles publiques* recebiam os seus admiradores, casa que era classificada de 1.<sup>a</sup> ordem<sup>241</sup>. A sua existência, sugere Pastor de Macedo, «deveria ser conhecida de poucos e o seu funcionamento muito recatado para que a Polícia não se apercebesse que se infringia o disposto no edital saído havia pouco tempo, em 5 de Maio de 1838, onde, entre as ruas em que se proibia a [estadia] de Moças, figurava a da Madalena»<sup>242</sup>.



*A casa da Severa: no século XX, os aventais de madeira\* não tinham de toso desaprecido.*

Por volta de 1840, Pinto de Carvalho também refere que na rua das Gáveas, num mesmo edifício, habitavam prostitutas com clientela distintas: a popular *Joaquina dos Cordões*, sem clientela especificada, e a *Chicória* que possuía um andar a que davam o nome de «sala dos deputados», onde se jogava o *monte*\* e a *ronda*\* e «muchachos repetenados nos canapés, entravam em concorrência batoteiral com langroias que entretinham assíduas relações com tascas e

<sup>240</sup> Luiz Pastor de Macedo, *Tempos...*, p. 175.

<sup>241</sup> F. I. Santos Cruz, *Da Prostituição...*, p. 48.

<sup>242</sup> L. P. de Macedo, *Tempos...*, p. 177.

boticas»<sup>243</sup>. Nestes casos, havia mesmo assim critérios de diferenciação que haveriam de perdurar: enquanto as de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> ordens habitavam os primeiros andares das casas, preferindo as que tivessem janelas sacadas, as de 3.<sup>a</sup> ordem quedavam-se pelas imundas lojas dos bairros típicos (ruas das Madres, Capelão, das Trinas, etc.).

Com o virar do século, acentua-se a tendência para as prostitutas residirem segundo a sua categoria em áreas ainda mais delimitadas como nas vielas da Mouraria onde transitavam «ranchos de soldados imberbes, pobres lapónios arrancados ao ar saudável dos campos» que, nos bordéis, «entravam e saíam num vaivém constante»<sup>244</sup>. Aí, nas vielas da Mouraria, encontravam-se os prostíbulos da última escória da prostituição da cidade, a que servia os carroceiros, os serventes de pedreiro, os varredores e, em especial, os soldados dos regimentos aquartelados nas proximidades<sup>245</sup>. De qualquer forma e por força da tradição, as tabuinhas suspeitas nas sacadas continuam a persistir<sup>246</sup> e a diferenciar as prostitutas de 1.<sup>a</sup> e 2.<sup>a</sup> categorias das de 3.<sup>a</sup>.

Poderíamos agora diferenciar as *casas de passe* e as *hospedarias* dos *bordéis*. De uma forma geral, enquanto as casas de passe eram escolhidas pelas costureirinhas, as hospedarias eram preferidas para os amores sopeirais. Mas havia outros traços distintivos. As hospedarias eram bem mais desconfortáveis que as casas de passe. Segundo Fernando Schwalbach<sup>247</sup>, nas hospedarias apareciam lanternas penduradas às janelas a indicarem que ali se amava a «seis vinténs» por par. Os degraus das negras escadas eram carunchosos e as portas, geralmente, estavam encostadas. Ao empurrarem-se, soava uma campainha barulhenta aparecendo, então, uma velha desgrenhada empunhando numa das mãos uma palmatória de folha com uma vela e na outra um pano dobrado em

---

<sup>243</sup> P. de Carvalho, *Lisboa d' Outros Tempos...*, p. 182.

<sup>244</sup> Alfredo Gallis, *Cartas de um Japonês de Lisboa para Tóquio...*, Lisboa, 1907, p. 14.

<sup>245</sup> Alfredo Gallis, *Cartas ...*, p. 146.

<sup>246</sup> «O primeiro andar, com as tabuinhas verdes sanefando em toldo para fora das suas sacadas, e umas toalhitas brancas, postas [...] a enxugar, tinha a impudência clássica do bordel tolerado e regulamentado na lei», A. Botelho, *Patologia Social (O Barão de Lavos...*, p. 42). Outra impressão do mesmo autor: «Dum primeiro andar, com tabuinhas verdes, logo abaixo do Circo, meninas de batas brancas convidam: Psiu! Não sobes ó catitinha\*?, aos janotas que passavam», *Ibid.*, p. 9. E Fialho de Almeida refere: «Vozes de esgoto, num primeiro andar com tabuinhas, pedem meios beefs a quem passa. Casas de prego. Casas de jogo. Casas de passe», Fialho de Almeida, *Lisboa Galante*, Lisboa, 1920 (3.<sup>a</sup> edição), p. 28.

<sup>247</sup> F., Schwalbach, *O Vício...*

quatro. Nas *casas de passe* o mobiliário era muito melhor e em vez da velha aparecia uma criada ou a própria dona de casa. Por sua vez, os *bordéis* tinham um aspecto mais miserável que as *hospedarias* e eram frequentados, geralmente, por raparigas vindas do campo que tinham migrado para a cidade na esperança de melhores dias. Daí que pelas paredes dos seus quartos aparecessem diversas oleografias representando vistas de campo. As mais acitadinadas exibiam retratos de toureiros predilectos, quase sempre encimados por pares de bandarilhas trazidas pelos seus «mais que tudo» de uma tourada de Cacilhas ou de Algés. Ainda em relação aos bordéis, e segundo Schwalbach, nada ou quase nada do que nestes se encontrava pertencia à prostituta.

#### 3.2.4. Zonas de giro

As zonas de giro aparecem, na opinião de vários autores, bem demarcadas. Segundo aturadas e pacientes observações de Alfredo Gallis, a Baixa lisboeta dos inícios do século XX tinha uma fisionomia inalterável de noite para noite. Da rua da Vitória para a rua do Crucifixo havia a concorrência estrangeira (loiras francesas das docas de Bordéus e de Marselha): atacavam de preferência os homens de idade e aparência séria e alongavam muitas vezes o seu giro até ao largo de Camões; aí aparecia a *sentinela*, «mulher esguia e alta» que – fizesse vento, chuva, frio ou calor – permanecia firmemente no seu posto, no passeio defronte da farmácia Eustácio<sup>248</sup>. Na praça D. Pedro IV apareciam prostitutas da Travessa do Forno e largo do Regedor; com elas travavam conversa marinheiros, soldados, carroceiros, gatunos e rufias «navalha na algibeira e vinte prisões de cadastro»<sup>249</sup>. Finalmente, na rua Augusta, da Prata e dos Correeiros, havia a «prostituição vagabunda» com quartel general nos Correeiros.

As prostitutas mais sedentarizadas eram as de mais baixa categoria: «Toda a noite as *malagueñas*\* roucas estalam e assomam figuras desfeitas, de cabelos em borla sobre crânios de marfim, e batas espaventosas por cujos decotes pendem os seios, num enjôo de velhos requeijões, apolegados por toda uma clientela de leiteiro<sup>250</sup>.» As de 2.<sup>a</sup> e 1.<sup>a</sup> ordem optavam pelo chamado *faire le*

---

<sup>248</sup> Alfredo Gallis, *A Baixa. Lisboa no Séc. XX*, Lisboa, 1900, p. 49.

<sup>249</sup> Alfredo Gallis, *A Baixa. Lisboa ...*, p. 95.

<sup>250</sup> F. de Almeida, *Lisboa Galante...*, p. 32.

*trottoir*. Esta sedentarização tinha por vezes laivos de domínio territorial. Em inícios do século XIX, por exemplo, as *Chicórias* formavam uma dinastia marafonense. Em 1814, Teresa Chicória morava na rua Nova do Carmo, descendo do Convento do Espírito Santo para o Rossio, n.º 10, 1.º andar; Josefa Chicória, filha daquela, morava na rua Áurea, 205, 2.º direito; e Ana Chicória, filha da última, morava na rua do Outeiro, junto às escadas que descem para S. Carlos, n.º 2, 2.º andar<sup>251</sup>.

Já nos inícios do século XX ocorre uma mudança assinalável. A era das tabuinhas dá lugar à era dos automóveis e dos bares. Com efeito, nomeadamente com a queda da 1.ª República e o aumento da repressão, a prostituição passa a ser cada vez menos exercida na área habitacional da prostituta. O mesmo se pode dizer quanto à *racolage*, nas ruas, que a polícia de costumes procura reprimir. As prostitutas começam a iniciar-se nos mais variados e inimagináveis locais. Assim, enquanto que tradicionalmente a «honra» começava a ser perdida em casa da própria família, no campo, nas hospedarias, ou em casa dos «namoros», com o evoluir dos tempos, os deslizes sexuais que desembocam na prostituição ocorrem em casa dos vizinhos, em casa dos patrões, em restaurantes – havendo até casos em que a primeira relação sexual é consumada em talhos, automóveis, repartições e, por incrível que pareça, em asilos, hospitais e tribunais<sup>252</sup>.

Os alcouces de meia porta, o *avental de madeira\** e a cortina branca, para já não falar dos retiros das hortas nos arrabaldes da cidade, dão lugar aos bares, aos salões de moda com *manicules* mais ou menos «especializadas», aos salões de chá com danças mais ou menos «sofisticadas», etc. Depois, e como reconhece Mário de Almeida, o convívio das prostitutas era mais procurado na Lisboa adormecida da rainha D. Maria II «por motivos que o progresso e os

---

<sup>251</sup> P. de Carvalho, *Lisboa d'Outros Tempos...*, p. 184.

<sup>252</sup> A. Tovar de Lemos, *O Serviço de Inspeção de Toleradas* (vários anos).

caminhos de ferro removeram»<sup>253</sup>. As «vénus mercenárias» começam mais insistentemente a frequentar as romarias, as festas, os bailes, as feiras:

*As “vénus mercenárias” começavam mais insistentemente a frequentar as romarias, as festas, os bailes, as feiras.*



«Nas tascas imundas, à maneira  
das de Alfama, bem tristes coitadinhas!  
bebe-se vinho e comem-se sardinhas  
“entrai meus senhores! Que bem que cheira”<sup>254</sup>.»

Como refere Tovar de Lemos, «as barracas de bebidas e comidas, algumas vezes até com gabinetes ou camarins reservados [... e] as barracas de tiro, são geralmente servidas por mulheres prostitutas havendo até as chamadas barraqueiras ambulantes...»<sup>255</sup> As antigas casas onde as raparigas viviam em comum tendem a desaparecer<sup>256</sup>. A simples observação do Quadro n.º 3 mostra a significativa baixa registada no número de casas de toleradas em Lisboa de meados do século XIX para meados do século XX.

---

<sup>253</sup> M. de Almeida, *Lisboa do Romantismo...*, p. 25.

<sup>254</sup> O Fado, 19 de Agosto de 1923.

<sup>255</sup> A. T. de Lemos, *Serviço de Inspeção...*, p. 13.

<sup>256</sup> Alfredo Tovar de Lemos, *O Serviço de Inspeção de Toleradas em 1937*, Lisboa, 1938, p. 5.

A proliferação de casas de toleradas, em meados do século XIX, correspondia a um momento do pensamento higienista dominado, como sugere Alain Corbin<sup>257</sup>, pela convicção de que se podia evitar o contágio biológico e moral pela «separação». Já vimos, no segundo capítulo deste livro, que as propostas abolicionistas surgidas em Portugal, na alvorada do século XX, jogaram a favor da destruição dos espaços marginais da prostituição. O discurso «abolicionista» foi, sobretudo, uma análise crítica do regulamentarismo e, particularmente, da instituição que o coroava: a *casa de toleradas*. Se em meados do século XIX, o discurso regulamentarista, a favor das casas de toleradas, tinha como objectivo primordial a «concentração do vício», isolando-o das vistas da sociedade «respeitável», com o virar do século, o espaço prostitucional passa a assentar em circuitos subtis e móveis que as prostitutas percorrem com astúcia (*racolage sur le trottoir*). O próprio crescimento da cidade de Lisboa fez com que a implantação tradicional das casas de toleradas não tivesse correspondência com as necessidades de um certo tipo de clientela marginalizada em raios periféricos cada vez mais distantes do centro tradicional da boémia lisboeta.

---

<sup>257</sup> A. Corbin, *Les Filles de Noce...*M. de Almeida, Lisboa do Romantismo..., p. 25.

QUADRO 3  
 NÚMERO DE CASAS DE TOLERADAS EM ALGUMAS FREGUESIAS  
 DE LISBOA, EM 1841 E 1947

FREGUESIAS	1841	1947
Ajuda.....	7	—
Belém.....	8	—
Alcântara.....	10	2
S. Isabel.....	10	—
Lapa.....	3	—
Santos.....	30	1
S. Sebastião.....	1	—
S. mamede.....	8	—
Mercês.....	21	3
S. Catarina.....	8	—
Camões.....	—	3
Encarnação.....	72	37
S. José.....	30	16
Sacramento.....	7	5
Mártires.....	11	9
Pena.....	6	3
Restauradores.....	—	11
Conceição.....	14	—
S. Nicolau.....	18	—
S. Julião.....	2	—
Madalena.....	—	2
Anjos.....	2	6
Socorro.....	51	25
S. Lourenço.....	11	3
Sé e S. João da Praça.....	1	2
Castelo.....	6	—

Fonte: Quadro compilado a partir de dados de Alfredo Tovar de Lemos, *O Serviço de Inspeção de Tolerados no Ano de 1947*, Lisboa, 1948.

É o caso de determinadas franjas do proletariado dispersas pela periferia de Lisboa. Esta dispersão da *procura* levou a que as prostitutas se adaptassem à nova repartição geográfica desta clientela. Outros factores económicos terão jogado contra as casas de toleradas. Uma casa clandestina implicava menos riscos e investimentos mais baixos do que uma casa legalizada de prostitutas toleradas. Por outro lado, em finais do século XIX, acentuaram-se os protestos contra a repressão policial sobre as prostitutas. Estes factores traduzem, como seguidamente veremos, a causa profunda do declínio das casas de toleradas e da prostituição sedentarizada: a evolução da *procura sexual*.



*Com o aumento de tráfico e das vias de comunicação as “nómadas” tornam-se as passageiras certas e pontuais dos camionistas.*

### *3.2.5. Clientela*

Se fregueses certos da prostituição sempre houve, eles foram *militares* e determinadas *franjas do proletariado*. É significativo o facto de as cidades que apresentam uma maior concentração de proletariado industrial e agrícola (Lisboa, Porto e Évora) serem precisamente aquelas em que se verifica a existência de um maior número de prostitutas. Em 1910, mais de 90% das

toleradas em exercício distribuíam-se pelas três referidas cidades. Lisboa, à sua conta, registava cerca de 65% das toleradas do país.

Isto no que se refere à prostituição *tolerada* pois quanto à *clandestina* a correlação entre o número de prostitutas e a concentração de proletariado seria bastante mais acentuada. Segundo dados recolhidos por Ângelo da Fonseca, o contingente de toleradas que se distribuem na sede de qualquer distrito provém, em grande parte, dos concelhos rurais<sup>258</sup>. Quer dizer: não só a prostituição clandestina é, nas cidades, mais intensa que a prostituição tolerada como, também, as mulheres naturais das regiões onde não existem casas de toleradas preferem ir aos centros afrontar a polícia sanitária a licenciarem-se na terra de onde são naturais.

QUADRO 4  
CIDADES COM PROSTITUIÇÃO TOLERADA EM 1900

Cidades	População masculina (1900)	N.º de toleradas em exercício	N.º de homens por cada tolerada	Proporção por mil habitantes
Lisboa	176 359	1.197	147	3,3
Évora	7 933	53	149	3,2
Guarda	3 176	21	151	3,4
Viseu	3 972	23	172	2,7
Porto	82 816	438	189	2,5
Coimbra	9 041	35	258	1,8
Elvas	7 646	28	273	1,9
Braga	11 105	31	358	1,2
Faro	5 876	12	489	1,0
Aveiro	4 861	8	607	0,7

Fonte: Ângelo da Fonseca, *Da Prostituição em Portugal*, Porto, 1902, p. 39.

Ou seja, as prostitutas acompanham os fluxos populacionais de migração dos campos para as cidades. Vão à *caça do cliente* onde pressintam que o podem encontrar. Não é assim de estranhar que, com o virar do século XIX, apenas se encontrem três matriculadas em Espinho, durante o Inverno, enquanto que na época balnear aparecem registadas 60 – o mesmo acontecendo em outras zonas balneárias como Póvoa de Varzim, Figueira da Foz, etc<sup>259</sup>.

<sup>258</sup> A. da Fonseca, *Da Prostituição...*, p. 53.

<sup>259</sup> A. da Fonseca, *Da Prostituição...*, p. 42.

Aliás, não é por acaso que justamente quando, a meados do século XIX, começam a surgir as principais concentrações de proletariado no país se empolga todo um discurso, por parte das instâncias do poder e da ideologia dominante, no sentido de reprimir, com tanto vigor quanto possível, o que aparecia incompatível com uma dedicação intensiva ao trabalho. Numa época de exploração sistemática da força de trabalho não era tolerável a dispersão de energias em prazeres ociosos ou relaxantes, excepto aqueles que, evidentemente, permitissem a própria reprodução da força de trabalho. Não obstante, outros, que não apenas os operários, abraçaram naturalmente a prostituição, inclusivamente aqueles, que das instâncias do poder, bradavam a favor dos imperativos da higiene, da defesa do vigor físico e da limpeza moral das classes operárias. Não temos estatísticas que nos permitam estimativas fiáveis. Tão-pouco possuímos conhecimento das profissões dos sifilíticos que entraram nos hospitais de Lisboa. Apesar de tudo, em Faro, onde existia um estabelecimento de saúde destinado a receber doentes com enfermidades venéreas, podemos adiantar os seguintes dados, relativos aos últimos dez anos do século XIX: 94% dos enfermos eram do sexo masculino (70% solteiros e viúvos e 30% casados); as profissões compreendiam: comerciantes (30%); proprietários (32%); empregados públicos e particulares (12%); diplomatas,

militares, engenheiros, juristas, médicos e padres (8%) e «indigentes» (12%). As idades oscilavam entre os 15 e os 70 anos<sup>260</sup>.

*A marinheira: no Verão, as prostitutas afluem às zonas balneárias,  
na caça de clientes.*

Outra ligação clássica e óbvia é a que se estabelece entre prostitutas e militares. Considerando a distribuição dos quartéis dos principais ramos das forças armadas terrestres (Infantaria, Cavalaria, Artilharia e Engenharia), entre 1900 e 1911, verificamos que cerca de 70% desses quartéis se localizam em concelhos onde a prostituição clandestina é bastante elevada<sup>261</sup>. Aliás, alguns dos concelhos onde existem quartéis e a prostituição clandestina não é considerada muito elevada são concelhos limítrofes de importantes cidades, como é o caso dos concelhos de Mafra, Sintra e Cascais, em relação a Lisboa;



<sup>260</sup> A. da Fonseca, *Da Prostituição...*, p. 100.

<sup>261</sup> Não conseguimos obter informações sobre a distribuição das prostitutas toleradas nos diversos concelhos do país. Os dados sobre a distribuição concelhia da prostituição clandestina no país foram obtidos através de um inquérito organizado por Ângelo da Fonseca, *Da Prostituição em Portugal*, Porto, 1902 – inquérito que contou com a participação de 313 colaboradores espalhados pelos diversos concelhos do país, na sua maior parte médicos. A distribuição dos quartéis pelo país, no período de 1900 a 1911, conseguiu-se através de informações recolhidas no Arquivo Histórico-Militar de Lisboa.

e de Palmela em relação a Setúbal. É provável que os militares dos quartéis localizados nos concelhos suburbanos e rurais excursionassem até às cidades de mais nomeada para aí experimentarem as façanhas de uma prostituição afamada e concorrida. Esta deve ser a razão que faz com que se formem coroas de concelhos, onde a prostituição clandestina não é muito elevada, em torno de importantes centros urbanos do país como Lisboa, Porto, Setúbal, Coimbra, Aveiro, Figueira da Foz e Santarém. Não pode também deixar de se assinalar a concentração da prostituição clandestina no Norte do país, justamente em concelhos onde as instituições religiosas – com todo o seu domínio ideológico – não estavam dispostas a que a prostituição legalmente tolerada se desenvolvesse às claras.

Quanto à *estratificação* das prostitutas por clientelas, ela apenas se rigidifica a partir de inícios do século XX. Como vimos no terceiro capítulo deste livro, em meados do século XIX havia uma convivência aberta entre prostitutas, fadistolas, vadiões e aristocratas. Lamentava-se Paulo Osório sobre os efeitos desta convivência nos padrões da moda masculina: «O homem de Lisboa nem sequer veste bem: cobre-se com um modelo misto, pedaço arrancado à estética d'Alfama, pedaço surripiado às modas de Paris<sup>262</sup>.» E Júlio César Machado corroborava: «Hoje há por aí muitos fidalgos que se expõem a ser tratados por tu pelo leiteiro<sup>263</sup>.»

A partir de finais do século XIX, há casas que, para adquirirem prestígio, passam a seleccionar rigorosamente a clientela apenas admitindo titulares, conselheiros, mandões, ricos e grandes nomes batidos na tagarelice encomiástica das gazetas. Outras casas havia que apresentavam um álbum com o retrato de todas as mulheres disponíveis e, a partir da amostra, os frequentadores escolhiam, com recato e distinção, as originais que desejavam<sup>264</sup>. Este requinte passava-se, por exemplo, na casa 53 da rua das Gáveas, onde «havia pratos para todos os paladares». F. Schwalbach assegurava: «Quem entra não sai sem ser servido, por mais exigente que seja<sup>265</sup>.» Das antigas casas *chics*, destacava-se a da Antónia Morena na Rua

---

<sup>262</sup> P. Osório, *Lisboa...*, 47.

<sup>263</sup> J. C. Machado, *Lisboa...*, p. 53.

<sup>264</sup> A. Gião, *Contribuição...*, p. 36.

<sup>265</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, p. 61.

Larga de S. Roque, tendo também entrada pela Rua das Gáveas; curiosamente, as fêmeas eram as mesmas, mas o amor pela Rua de S. Roque tinha um preço e pela Rua das Gáveas tinha outro<sup>266</sup>.

Estas casas *chics* eram frequentadas, preferencialmente, pelas *cocottes*\*. A *cocotte* assumia-se, em finais do século XIX, como a garantia de *meia moral pública e algumas tinham «casa posta»*. Eça de Queirós conta, na sua *Relíquia*, como Eleutério Serra, da firma Serra Brito & C.<sup>a</sup>, com loja de fazendas e modas à Conceição Velha, conseguiu alugar para Adélia, sua *protegida*\*, uma casa na rua da Madalena, junto ao largo do Caldas. *Cocottes* como Adélia garantiam a discrição que calhava a um comerciante com crédito seguro na praça de Lisboa. Por ali não havia correrias da Municipal nem da Polícia e os *aqui-del-rei* só se faziam ouvir para além do Poço do Borratém.



As casas *chics* eram frequentadas, preferencialmente, pelas *cocottes*\*.

---

<sup>266</sup> Era a governanta\* (geralmente uma meretriz idosa) que admitia ou rejeitava os indivíduos que pediam entrada, cf. A. Gião, *Contribuição...*, pp. 27-28.

Foi nesta sua nova casa, de bambinelas muito bem engomadas e muito brancas, que Adélia reatou a sua intimidade com Teodorico Raposo, sobrinho de D. Ana do Patrocínio. Foi ali, sempre à noitinha, que enquanto Eleutério Serra, no clube da rua do Carmo, jogava a manilha, Teodorico viveu na alcova de Adélia a radiante festa da sua vida. Havia um *chulo* pelo meio, para desgraça do Teodoriquinho: «A Adélia enganava-me. O sr. Adelino não era sobrinho: era o querido, o chulo. Apenas eu saía, ele entrava: a Adélia dependurava-se-lhe no pescoço, num delírio e chamavam-me então o “carraça”, o “carola”, o “bode”, vitupérios mais negros, cuspidos sobre o meu retrato. As oito libras tinham ido para o Adelino comprar fato de Verão; e ainda sobrava para irem à feira de Belém, em tipóia descoberta, e de guitarra...»

A par do direito de reserva de admissão<sup>267</sup>, a sofisticação do tratamento do cliente por parte da prostituta refina-se ao nível dos mais elementares pormenores. Quando um freguês entrava era logo sujeito a um tiroteio de sonantes e babados predicados: «amorzinho», «lindo», «olhos bonitos», «simpático», etc. – amabilidades que, na opinião de um prevenido observador, não eram dirigidas à pessoa em causa mas às coroas da bolsa que o mesmo possuía<sup>268</sup>. Uma célebre prostituta, a *Lavradeira*, que antes de habitar um bordel na rua da Madalena vagueava pelas ruas do Crucifixo e da Prata, era uma afamada prostituta porque o seu bordel estava equipado de trapézios com guizos para animar o gozo dos clientes. Depois de aposentada fez-se proxeneta e quando morreu, em Novembro de 1908, acumulara uma fortuna de 73 contos de réis<sup>269</sup>.

A conselho das donas de casa, as prostitutas anunciavam-se sempre como separadas dos maridos. Outra deixa invariável era que «não moravam ali». Para fingir que vinham de longe, faziam-se rodar trens por cocheiros estafetas a soldo por este serviço: «O *Escangalhado* [...] estava sempre ali perto, na estação, à coca, e cuja esmadrugada caleça era certo vir feralhando ruidosamente do

---

<sup>267</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, pp. 51-52.

<sup>268</sup> F. Schwalbach, *O Vício...*, p. 59.

<sup>269</sup> Cf. *O Século e o Diário de Notícias* de 21 de Novembro de 1908. Cf. ainda L. P. de Macedo, *Tempos que Passaram...*, p. 185.

Rossio, pela rua Augusta, parar à porta de casa e seguir depois a dar a volta pela rua do Ouro, de cada novo freguês que chegava<sup>270</sup>.»

É certo que, em meados do século passado, o acesso das camadas populares a algumas prostitutas finas, de alta estirpe estava vedado. Como refere Santos Cruz, também em 1840, havia prostitutas com clientela própria. Segundo o mesmo autor, aquartelamentos de 400 a 500 praças contavam, rotineiramente, com 50 ou 60 mulheres<sup>271</sup>. Contudo, esta clientela não se estratificava, no século XIX segundo *status* sociais. Aqui, o jogo de oferta e procura dependia, quanto



muito, da variável rendimento. As prostitutas «pouco [se importavam] com a categoria social da pessoa»<sup>272</sup>. O Quadro n.º 5 mostra como, ainda em finais do século XIX, uma «mulatinha» bastante «apetecida» caía indistintamente nos braços de um industrial, de um marinheiro ou de um manipulador de pão...

*A Preta Fernanda: esta “mulatinha” caía indistintamente nos braços de um industrial, de um marinheiro ou de um manipulador de pão.*

---

<sup>270</sup> A. Botelho, *Patologia Social* (O Livro de Alda)..., p. 195.

<sup>271</sup> S. Cruz, *Da Prostituição...*, pp. 172-173.

<sup>272</sup> Alfredo de Amorim Pessoa, *História da Prostituição em Portugal*, Lisboa, 1887, p. 490.

QUADRO 5  
CLASSIFICAÇÃO GERAL DOS «MOVIMENTOS OSCILATÓRIOS» DO CORAÇÃO

Profissão dos amantes	Naturalidade	Classificação dos «encontros»	Duração
Capitão de navios	Português	Rapto e iniciação	10 dias
Industrial	Alemão	Matrimónio	10 meses
2.º Sargento	Português	Mancebia	14 dias
Manipulador de pão	»	Contactos furtivos	18 meses
Magarefe	»	Idem	20 meses
1.º Cabo, quarteleiro	»	Culto à farda	5 meses
Capatás de bomba	Galego	Homenagem ao trabalho	7 meses
—	—	—	—
Balnearista	Português	Flirt	3 meses
Alferes	»	Mancebia e culto à farda	2 anos
Perito contabilista	»	Mancebia	8 meses
Commis-voyageur	»	Ilusão de momento	73 horas
Criado de restaurante	Galego	Contactos furtivos	4 anos
Africanista	Angolense	Dedicação de raça	8 meses
Facultativo	Português	Submissão ao látego	5 meses
Jornalista do Petardo	»	Exibicionismo	13 meses
Redactor do Colosso	Galego	Paixoneta	2 meses
Lutador	Alemão	Submissão à robustês	15 dias
Jornalista	Português	Influência capilar	3 meses
Advogado	»	Homenagem à debilidade mental	5 meses
Amanuense e equitador	»	Admiração equestre	1 mês
Croupier	»	Salto no valete	»
Lutador	Senegalês	Dedicação de raça	15 dias
Solicitador forense	Português	Interesse pecuniário	3 meses
Comerciante	»	Sacrifício ao franquismo	1 mês
Acrobata-ecuyer	Italiano	Veneração apolínea	2 meses
Taquígrafo	Português	Influência capilar	21 dias
Marineiro	»	Adesão revolucionária	4 horas
Cadete politécnico	»	Culto à farda	18 dias
Actor	»	Êxtase dramático	6 meses
Idem	»	Miragem cénica	2 meses
Guarda cívico	»	Subordinação à autoridade	2 dias
Guarda-portão	»	Suborno de subalternidade	3 horas
Estofador	»	Devaneio	10 meses

Fonte: Alberto Totta e F. Machado, Recordações duma Colonial. Memórias da Preta Fernanda, Lisboa, 1912. (Agradeço a Pedro da Silveira a indicação deste livro.)

Para além de todas estas mudanças aquela que porventura terá tido uma maior repercussão a nível das estruturas prostitucionais diz respeito à evolução da *procura sexual*. Em finais do século XIX intensifica-se a invasão de Lisboa por parte de uma população rural que se instala em barracas, nos tugúrios pobres dos bairros populares, nas zonas da Charneca, Campo Grande, Benfica

e Lumiar. Em contrapartida, verifica-se a estagnação demográfica ou mesmo o despovoamento do antigo centro da cidade: a Baixa. É de crer que estes emigrantes, socialmente desintegrados, acabassem por se ressocializar no quadro dos valores e formas de comportamento próprios da pequena burguesia ascendente. Como vimos atrás, ao analisar as *zonas de giro* das prostitutas, as *casas de toleradas* – por muitas consideradas um «esgoto seminal» onde se satisfaziam necessidades fisiológicas – perderam parte da sua clientela, com o virar do último século. Em contrapartida, desenvolve-se, mesmo nos meios populares, um outro tipo de necessidade: a de seduzir. Deste modo, o ouropel dos bordéis é cada vez mais rejeitado.

Como sustenta Alain Corbin<sup>273</sup>, o pequeno burguês idealiza a relação com a prostituta segundo o modelo conjugal: se é casado sonha com uma união «paralela»; se é solteiro, com uma união «substitutiva». Esta situação explica a proliferação de *protegidas\**, geralmente bem pagas e com casa posta. Desenvolve-se, assim, uma nova procura em matéria de prostituição – modificação de natureza mais qualitativa do que quantitativa.



*Em inícios do século XX desenvolve-se uma nova procura sexual e a proliferação de protegidas\*, geralmente bem pagas e com casa posta.*

---

<sup>273</sup> A. Corbin, *Les Filles de Noce...*, p. 297.

Esta nova procura passa pela difusão do modelo conjugal burguês mesmo ao nível das estruturas da prostituição o que origina, por seu lado, uma adaptação à procura e à nova corrente de sensibilidade sexual. O cliente começa a exigir outros rituais de sedução, outros simulacros de sentimento e de dedicação – de acordo com os padrões de gosto pequeno-burgueses. Mesmo ao nível das camadas populares, o «consumo em série» praticado no bordel popular, começa a ser rejeitado, ao mesmo tempo que se reivindicam ambientes menos viciados e mais «estéticos»: «A perversão estética, a insensibilidade moral, a exacerbação da paixão erótica dos indivíduos impedem-nos de compreender e de ter consciência do que há de repugnante em muitos dos variados costumes, aceites e tolerados, e até, preconizados entre esses seres humanos amorais – senão imorais – oriundos de uma civilização incompleta e paradoxalmente contraditória e incoerente; a prostituição regulamentada é a prova desse paradoxo inconsciente, amoral, anti-estético, insensível, que aceita e tolera e até preconiza essa regulamentação do vício venéreo, considerando-a como uma necessidade social ou – por cobardia inibitória – um mal inevitável<sup>274</sup>.»

Esta nova corrente sociocultural, reivindicando ambientes menos «eróticos» e mais «estéticos», na qual a pequena burguesia e mesmo as camadas mais populares participam, leva muitos sindicalistas a abraçarem o *abolicionismo*. De facto, o discurso abolicionista não faz mais do que traduzir a sensibilidade e a natureza de uma nova procura sexual. Para os abolicionistas os regulamentos obrigavam a prostituta a «receber os beijos dos beberrões» e a «fornecer um prazer fugaz de carne apetecida»<sup>275</sup>. Vemos, deste modo, que não apenas as camadas sociais que beneficiaram de um enriquecimento rápido – como os «novos ricos», principalmente durante a conjuntura inflacionista da Grande Guerra – passaram a formar uma nova clientela da prostituição. As camadas mais populares passam também a encarar a prostituição de uma forma diferente. É sabido que nos meios industriais de finais do século XIX, a crescente divisão técnica do trabalho fez perder ao operário o controlo do processo de produção. É provável que o produtor frustrado se tente reabilitar como consumidor ainda

---

<sup>274</sup> Adolfo Lima, «Os Costumes Dissolutos e a Prostituição» (tese), in A. Brazão, *Congresso Abolicionista....* pp. 36-37.

<sup>275</sup> A. Brazão, «Relatório do Congresso Abolicionista Português», in *Congresso Abolicionista...*, p. 13.

que, mesmo assim, se deixe levar na onda da «qualificação técnica» e acabe por participar em novas condutas prostitucionais também dominadas pela técnica.

Não temos, infelizmente, dados estatísticos que nos permitam estimativas rigorosas e diacrónicas destas significativas mudanças nas estruturas prostitucionais. Sabemos apenas, dos Anuários Estatísticos, que entre 1910 e 1914 o número de prostitutas e empregadas domésticas entradas na Cadeia Civil de Lisboa subiu consideravelmente.

É possível que essa onda repressiva esteja relacionada com a conjuntura política. Com a instauração da República publica-se, ainda em 1910, uma lei contra a pornografia lançando-se uma campanha contra os «maus costumes» durante o governo de Afonso Costa, em 1913, que, por tabela, atingiu tanto os sindicalistas como as prostitutas. Foi também neste período que, como vimos no segundo capítulo, os meios femininos começam a agitar-se na luta contra a prostituição, criando-se, em 1913, a *Liga Portuguesa da Moralidade Pública*. Acresce que a difusão das doutrinas neomalthusianistas em Portugal concentrou-se num período de tempo relativamente breve: «de 1902 – e, em rigor, com alguma eficácia pública, só a partir de 1905 ou 1906 – até 1923, ou pouco além»<sup>276</sup>. Ora, é possível que a difusão das doutrinas anticonceptivas possa ter aumentado as relações extraconjugais fora do círculo da prostituição.

Se a conjuntura repressiva de 1910-1914 pode estar relacionada com a conjuntura política também é possível que o incremento da repressão em relação às prostitutas seja uma resposta à sua maior exposição pública. Dadas as distorções na procura sexual, é provável que as prostitutas adoptassem mais agressivas e provocantes estratégias de ataque aos seus potenciais clientes, para além dos limites impostos pela moral pública burguesa. Essa exposição escandalosa das prostitutas, perversa do ponto de vista táctico, terá originado, por um lado, um aumento de repressão e, por outro lado, uma inibição por parte de potenciais clientes mais propensos, como vimos, a conquistar do que a deixarem-se seduzir, segundo a nova sensibilidade sexual inspirada pelo modelo conjugal pequeno-burguês. É possível também que o desespero das prostitutas

---

<sup>276</sup> João Freire e Maria Aleiandra Lousada, «O Neomalthusianismo na Propaganda Literária» in *Análise Social*, volume XVIII (72-73-74), 1982, p. 1386.

as tenha empurrado para o mundo do crime, justificando-se assim o número de detenções prisionais entre 1910 e 1914. O certo é que, a partir de 1913-1914, o número de prostitutas entradas na Cadeia Central de Lisboa decresce, efectivamente, o mesmo acontecendo com as empregadas domésticas. Terão passado a adaptar-se às estratégias e mecanismos de conquista então em voga? Terão emigrado para outros países com uma conjuntura mais favorável, como a Espanha? Enfim, são hipóteses que no estado actual da investigação dificilmente poderemos comprovar.

Para terminar, no que talvez valha a pena insistir é que a abertura dos espaços da boémia e as novas condutas prostitucionais não podem ser compreendidas à margem das novas correntes socioculturais e sem uma atenta observação dos principais aspectos da evolução da sociedade urbana e da mentalidade cidadina.



À laia de conclusão

Há algo de comum entre entoar canções românticas sobre um país natal romântico e encarar moralmente um fenómeno considerado tão amoral como a prostituição. Ambas as actividades são líricas e ainda que ambas tenham a sua razão de ser, este livro acabou por não embarcar obviamente em nenhuma delas. Sempre nos esforçámos por mostrar como as posições moralistas sobre o fenómeno da prostituição derivam, em parte, de um certo tipo de *mau humor*. Daí o esforço desportivamente irónico com que encarámos o tema da prostituição e da Lisboa boémia do século XIX aos inícios do século XX, de acordo, aliás, com os princípios gerais do naturalismo sociológico que aflorámos no capítulo inicial deste livro.

Parece ter ficado claro que a prostituição é como uma barca arrimada à beira mar, com meia quilha na praia e outra meia a boiar: meia quilha da prostituição tem sempre guarida no pacato ambiente familiar. Por outras palavras, existe efectivamente uma relação recíproca entre os espaços sociais considerados marginais e aqueles outros tidos como convencionais. No caso da prostituição, os códigos de honra do puritanismo estavam intimamente relacionados com os da perversão. Pregavam-se em casa virtudes e preconizavam-se moralidades mas, fora de casa, esses morigerados e furibundos apóstolos dos bons costumes tinham os seus «arranjinhos» – ordinariamente uma prostituta, uma capelista a quem ajudavam a viver ou uma criada de servir a quem a patroa despedira por ciúmes e eles amparavam com «meia moeda» por mês para um quarto e um *cruzado* por dia para alimentos. A prostituição não é de facto um espaço periférico à margem dos aspectos da vida moralmente mais valorizados e reverenciados. Comprovámos a existência de uma interpenetração entre o mundo da prostituição e o mundo respeitável burguês e vimos como as posições moralistas do século XIX não eram alheias a essa confluência.

De realçar foi também a racionalização com que a partir de meados do século XIX a prostituição passa a ser encarada. O que importava era dirigir, inserir em sistemas de utilidade, fazer funcionar segundo um óptimo, a prática da prostituição. Como sugere Michel Foucault, a prostituição não é coisa que

apenas se deva julgar é algo que também se *administra*. Participa do poder público; solicita procedimentos de gestão; deve ser tomada a cargo por discursos políticos. As várias propostas de regulamentação da prostituição que surgiram a partir de meados do século XIX devem ser tomadas no sentido pleno e forte que então se dava à palavra *regulamentação*. O que estava em jogo não era apenas o rigor da proibição ou da repressão da desordem. Tratava-se, fundamentalmente, da necessidade de regulamentar a prostituição mediante discursos «úteis» e «públicos». Com efeito, é necessário desconfiar da hipótese segundo a qual as sociedades industriais inauguraram acerca do sexo uma época de repressão incontrolada. Contudo, jamais as instâncias do poder se preocuparam tanto em fingir que ignoravam o que proibiam, toleravam ou regulamentavam.

Este livro foi inicialmente apresentado como uma aposta de natureza essencialmente epistemológica, no sentido de mostrar que é possível fazer uma leitura da sociedade e dos seus processos de transformação através da consideração dos seus espaços sociais mais fechados e, *ipso facto*, construir, a partir da marginalidade (social e espacialmente determinada), um novo paradigma de discurso sociológico. São conhecidos os aspectos excêntricos daquilo que vulgarmente se designa como marginal. Aliás, toda a excentricidade tem por natureza, aspectos conservantistas que se transmitem através da tradição. Esta opera essencialmente em termos de uma temporalidade histórica que se veicula de uma geração a outra. No entanto, as transformações sociais ocorridas na Lisboa boémia dos inícios do século XX ultrapassam os limites das meras transmissões de cultura. E porquê? Porque entre espaços sociais contíguos mas distintos, os fluxos de difusões interculturais se acentuaram<sup>277</sup>. E não só se acentuaram como se inverteram. Enquanto, em meados do século XIX, os aristocratas marialvas, por exemplo, absorviam a tradição boémia e nela se integravam, a partir de finais do século XIX é a tradição boémia que absorve o circundante, nele se esbatendo. Em meados do século XIX, os aristocratas marialvas identificavam-se perfeitamente com os espaços da vida boémia, do

---

<sup>277</sup>Foi Kroeber quem primeiramente advertiu da tendência das infiltrações culturais e da importância da difusão. Cf. A. L. Kroeber, «Difusionismo» in Amitai y Eva Etzioni, *Los Cambios Sociales*, Fondo de Cultura Económica, México, 1979, 2.<sup>a</sup> ed., p. 135. Apesar de tudo, embora considerando válidos certos aspectos das teorias «difusionistas» há que atender à presença nas culturas receptoras de materiais e sistemas que são incompatíveis com os sistemas invasores e que, portanto, tendem a travar e a bloquear a sua difusão ulterior.

fado e da prostituição e manifestavam em relação aos fadistas e rufias idêntico pendor atávico, não desdenhando apresentarem-se em plena rua de barrete, jaleca de pele, calças de bombazina e alforje às costas; para finais do mesmo século, e apenas para darmos um exemplo de outros mais que apresentámos, são as palavras confinadas aos antros boémios do dicionário que passam a estar de moda na sociedade «respeitável».

Esta inversão de fluxos interculturais parece-nos relevante na compreensão da transformação social não só do espaço boémio considerado, como também da sociedade que o comporta. É claro que estes difusionismos interculturais não devem ser entendidos imaginando-os de uma forma mecânica, transportados como feixes de feno, de uma formação cultural para a outra. Por outro lado, a permeabilidade da Lisboa boémia relativamente ao que a circunda e interpenetra não tem de ser vista, necessariamente, como a incapacidade de esse meio retransmitir a sua própria tradição; no caso vertente, o que se passa é que as transformações que a sociedade portuguesa de finais do século XIX viveu se repercutem em todas as suas latitudes. No caso da prostituição, vimos que as formas economicamente produtivas estão estreitamente relacionadas com os universos culturais. Por outro lado, com o desenvolvimento do capitalismo em Portugal no século XIX dá-se uma abertura do mundo da boémia e da prostituição aos meios que o circundam mas que sobretudo o intersectam. Aliás, este não foi um fenómeno específico de Portugal. Por toda a Europa de finais do século XIX a prostituição começa a ser uma indústria perfeitamente organizada em que participam importantes banqueiros judeus e polacos. São disso exemplo as famosas companhias Whitman, Schez-Herzog, Franz Herlich ou Minna Brauschweigwr que operavam por toda a Europa nos anos 80 do século XIX. A *New York Independent Benevolent Association* e a *Milosi Kara* controlavam todo o mercado oriental. Em finais do século XIX, Lisboa contaria nos seus prostíbulos com cerca de seis mil prostitutas espanholas<sup>278</sup>.

A abertura da boémia ao meio que a circunda põe em dúvida a noção que insiste em que as unidades espaciais estão limitadas por fronteiras naturais que circunscrevem uma população mais ou menos homogénea dotada de um sistema de valores específicos, isto é, a noção segundo a qual existe um

---

<sup>278</sup> M. C. Martinez, «La Prostitución ...», in *Mujer y Sociedad...*, p. 277.

determinismo ecológico no sentido de que um meio espacial pode determinar ou explicar um ambiente social específico. Nas perspectivas holísticas, esta «invariabilidade cultural» representaria uma séria dificuldade epistemológica. Na nossa perspectiva, apesar de não menosprezarmos os fenómenos de condensação, distribuição e interacção que se desenvolvem a nível de sistemas de referência culturais (ou subculturais) adstritos a determinados marcos espaciais, pensamos que a unidade social e cultural de um espaço «marginal» aparentemente concêntrico, fechado sobre si mesmo, e o relativismo dessa unidade não se opõem formalmente. Explicam-se por processos de interpenetração e de diferenciação.

Apesar de os espaços sociais marginais aparecerem como expressão da estrutura social que os comporta, o eixo explicativo da diversidade da vida social deve assentar na confrontação das estruturas, comportamentos, atitudes e valores dos mundos e submundos sociais, tomados em sua especificidade, mas também, como resultante de uma permanente tensão entre forças sociais de conservação e transformação. É neste sentido que se justifica a pertinência dos espaços considerados marginais (e que marginais se encontram relativamente ao interesse que têm despertado às Ciências Sociais) na compreensão dos processos de transformação e mudança social.

## GLOSSÁRIO DE TERMOS E EXPRESSÕES USADOS NA GÍRIA DA LISBOA BOÉMIA DO SÉCULO XIX<sup>279</sup>\*

### A

- Abelha-mestra – Dona de prostíbulo; que tem outras mulheres sob o seu poder.
- Abuzinações – Calças, das chamadas de *boca-de-sino*, usadas pela *fadistagem* lisbonense.
- Acanhotado – Torto; mau companheiro e amigo infiel.
- Adaga – Navalha.
- Água bórica – Aguardente ordinária, falsificada.
- Alargar as puxadeiras – Ouvir, escutar.
- Alcova – Quarto de negócios de amor.
- Alcoviteira – Corretora de prostitutas.
- Aldraba – Algibeira.
- Alicantina – Trapaça no jogo ou nos negócios; astúcia.
- Aliviar – Roubar.
- Andar ao fanico – Diz-se da meretriz que anda, de noite ou de dia, pelas ruas, mostrando-se, provocando.
- Anjo da guarda – Soldado da guarda municipal; o advogado de defesa.
- Aparar o fado – Cantar o fado em desgarrada; *bater o fado*.
- Apeado – O que deixou de ter amante.
- Archote – Copo grande com vinho. «Queimar o archote» significa «beber meio litro».
- Arder – Doer.
- Ardina – Bebida alcoólica, mas em especial a aguardente de figo ou de cereais.
- Ar dosa – Variante de *ardina*.
- Ardósia – *Idem*.
- Arenga – O fluxo menstrual da mulher.
- Aristocrata de meia tijela – Vadio de estirpe nobre.
- Arlequim – Mistura de várias bebidas servida em cafés «ordinários».
- Armação – Conseguir ganhar ao jogo, depois de muitas tentativas frustradas. Ex.: «Perdi toda a semana, mas no domingo arranjei uma *armação* e não voltei lá.»
- Armar em patacho – Praticar passivamente a pederastia.
- Armázio – Armazém, especialmente de vinhos.
- Arraial – Pancadaria.
- Arranjinho – Amor «ilícito».

---

<sup>279</sup> A maior parte destes termos ou expressões encontram-se em: João Baptista da Silva Lopes, *História do Cativo dos Prezos d'Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa*, Lisboa, 1833-34; Francisco Michel, *Fr. Paulo ou os Doze Mistérios*, Lisboa, 1844; Salema Garção (pseud. de Aleixo Alonso), *Dicionário de Vocábulos Esquisitos que o Uso tem Feito Admitir*, Lisboa, 1885; Cândido A. Landolt, «Vocabulário Popular de Alguns Termos Usados pelos Fadistas do Porto» in *Revista do Minho*, Barcelos, 1878; José Maria Queiroz Velloso, «Gíria», in *Revista de Portugal*, Novembro de 1890, e Alberto Bessa, *Gíria Portuguesa*, Lisboa, 1901.

Arrefecer – Matar.  
Arrefecido – Morto.  
Arrolapir – Dormir.  
Arroz – Pancada. Ex.: «Não sei que a *gaja* lhe disse que ele começou logo a dar-lhe arroz.»  
Atacar – Conquistar um «coração».  
Avental de madeira – A meia porta dos prostíbulos do Bairro Alto, onde as meretrizes se debruçavam para se mostrarem.

## B

Badalhoca – Aglomeração de imundície nas partes sexuais.  
Bailão – Fadista; apaixonado.  
Bailhão – Fadista; desordeiro; amigo de contendas e barulhos.  
Baiuca – Taberna; betesga; cubículo; bordel.  
Balseira – As partes sexuais da mulher.  
Bandurriilha – Tocador de bandurra; vadio; meliante.  
Banza – Guitarra.  
Bargante – Desordeiro; homem de maus costumes.  
Basófia – Aguardente.  
Bastos – Os dedos da mão.  
Batas – As mãos. Ex.: «*Botei-lhe as batas* e segurei-o logo.»  
Bater o fado – Tocar ou cantar o fado, principalmente em desgarrada.  
Bater na lousa – Cair no chão.  
Bate-sorna – O gatuno que se dedica a furtar carteiras, relógios, lenços, etc. aos indivíduos que se deixam dormir nos bancos das praças públicas.  
Beberricar – Beber a miúdo.  
Béu – Vinho.  
Biebosa – A cabeça.  
Bife sombrio – Isca de fígado.  
Bigorriilha – Pulha; indecente; homem que não merece consideração.  
Bilharda – O pénis.  
Bilhete – Sopapo; bofetada.  
Bilhostre – O mesmo que *bigorriilha*  
Birbante – Biltre; velhaco; *marmanho*.  
Bispar – Avistar; ver ao longe. Ex.: «Ficou a ver se bispava a polícia.»  
Bobida – Bebida.  
Boémia – Vadiagem; estroinice.  
Boémio – Estroina; que anda sempre sem vintém, mas sempre alegre.  
Boneja – Meretriz.  
Borrega – Mulher apetitosa.  
Botar uma piada – Dizer uma piada.  
Branco – Pessoa fácil de enganar; que nada percebe de jogo.  
Brechar – Pagar alguma coisa a outrem.  
Brejeiro – Vadio; malicioso.  
Brejeiros – Cigarros baratos.

Bródio – Patuscada. Diz-se que foi um *bródio rasgado* quando se quer exprimir que foi uma pândega a que nada faltou.  
Bute – Pé. Ex.: «Meto-te um *bute* à guitarra que te *estafo*» quer dizer: «Atiro-te um pé à barriga que te mato.»  
Búzios – Seios de mulher.

## C

Cabelo em bandós – Cabelo com risca ao meio da cabeça dividindo-a em dois hemisférios de massa cabeluda.  
Caça às borboletas – Caça às prostitutas por parte da polícia.  
Cachimbos – Os pés.  
Cachimónia – Cabeça; memória; juízo.  
Cagão – Copo pequeno que leva um ou dois decilitros.  
Cagarrão – Prisão.  
Caixa – O ânus.  
Caixa de cornos – A cabeça.  
Calcante – Pé; (no plural designa sapatos).  
Calcos – O mesmo que *calcantes*.  
Camarada – Piolho.  
Cambapé – Acto de meter as pernas entre as de outrem para o fazer cair; rasteira. Cambão (ir no) – Ir preso.  
Cambona – Bofetada.  
Camorço – Tostão.  
Camorcocos – Dias de prisão, derivando o termo do anterior, por ser ordinariamente computado em 100 reis cada dia de multa.  
Cantar à disgracia – Cantar um *fadinho chorado*.  
Cante – Canto; fado.  
Carapata – Ladrão novato.  
Cardanho – Roubo de pouca valia.  
Cardar – O mesmo que *palmar*; subtrair.  
Carépia – Sarna.  
Carregado dos miúdos – Embriagado; ébrio.  
Carrejão – Carregador; moço de fretes.  
Casa do cão – Penitenciária.  
Catitinha – Peralvinha.  
Cegonha – Agente da polícia.  
Chamborgas – Jactancioso; fanfarrão.  
Chata – Carteira.  
Chata gorda – Carteira recheada.  
Chatim – Negociante pouco escrupuloso; velhaco.  
Chavelho – Copo.  
Chazada – Passeata com mulheres de «má nota»; pândega nas hortas.  
Chegada – Facada.  
Chicote da barriga – O pénis.  
Chinfrim – Banzé; desordem; escândalo.

Chinquilho – Jogo da malha com cinco fitos ou alvos.  
Choina – Noite.  
Choinice – Andar na vadiagem, na pândega.  
Chulipa – Bofetada; pancada com o lado exterior do pé nas nádegas de outrem. Chulo – Fadista; aquele que vive à custa de mulheres.  
Chupistar – Beber devagarinho.  
Churdar – Roubar.  
Cinco pedrinhas – Jogo com pequenas pedras.  
Cobrejão – Xaile-manta.  
Coca – De atalaia; à espreita; mirone.  
Cocar – Escutar; vigiar; ver; espreitar.  
Cocotte – Prostituta elegante, geralmente *protegida* por homem endinheirado.  
Compadres – Gatunos.  
Concubina – Mulher ilegítima; amásia; barregã.  
Conquibus – Moedas; *massa*.  
Copázio – Copo grande.  
Corneta – Cara.  
Corrida – Mês.  
Corridinho – Fado de andamento ligeiro.  
Cozinha – Esquadra da polícia.  
Culatrona – Meretriz vilíssima.  
Curioso – Juiz, delegado, escrivão, etc. (porque fazem perguntas).

## D

Dar de trombas – Abandonar; largar.  
Depenar a perna – Provar o vinho em todas as adegas.  
Descante – Modo de cantar em dueto (em desgarrada ou desafio).  
Derrubador – Faca.  
Desengomar – Abrir portas; desabotoar o fato.  
Dilúvio – Caldo.  
Dona de casa – Dona de hospedaria; alcoviteira.

## E

Encosto – Amantismo. «Tenho um *encosto*» é como dizer «tenho uma amante».  
Endinhar – Praticar actos de pederastia.  
Engatadeira – Mulher que alicia raparigas para a prostituição.  
Engatar – Arranjar; conseguir.  
Engomar – Fechar; abotoar o fato.  
Engulpar – Engolir à pressa.  
Entalação – Situação crítica; embaraço; comprometimento; apuros.  
Entra-na-música – Espião da polícia.  
Escamar – Desconfiar; acautelar, fugir.  
Escoar – Fugir.

Escova – Bengala ou cacete.  
Esfriar – Matar.  
Esganador – Gravata.  
Esgueirar – Fugir.  
Espécia – Mulher de costumes fáceis; a amante que sustenta o rufião.  
Espichado – Morto.  
Espinha – Navalha ou punhal.  
Espumante – Sabão.  
Espumante cheiroso – Sabonete fino.  
Estafar – Matar.  
Estampa – Bofetada. Ex.: «Prego-te uma estampa na *verónica* que ficas com ela a zenir.»  
Estampilha – O mesmo que *estampa*.  
Estar com avental de pau – Prostituir-se.  
Estar no limbo – Não ter amante.  
Estar no pinho – *Idem*.  
Estofo – Bacalhau desfiado, com ou sem batatas.  
Estola – Hospedaria.  
Estrear-se – Diz-se da prostituta que conquista o primeiro cliente do dia.  
Estribelho – Tribunal.  
Estroina – Doidivanas; dissipador.

## F

Facha – Cara; rosto; fisionomia. Ex.: «Bem se vê na *facha* que é um patife de marca.»  
Fachada – O mesmo que *facha*.  
Fado – Prostituição na mulher; vadiagem no homem.  
Fado baixo – Fado das vielas cantado por fadistas de baixa condição social.  
Fado batido – Fado dançado em que os corpos se aproximam sensualmente, ventre contra ventre, peito contra peito.  
Fadinho – Canção e dança especial predilecta de meretrizes, vadios, estroinas e boémios.  
Fadinho chorado – Fados com versos inspirando tristeza.  
Fadista – Mulher que se entrega à prostituição; homem vadio; brigão; desordeiro.  
Fadistagem – Vida de fadista; grupo de fadistas.  
Fadistona – Mulher fadista frequentadora de *baiucas* e amiga de gerar *rixas*.  
Faduncho – Fado boémio.  
Fala – Fadista.  
Faladeira – Língua.  
Favores – Prazeres de cama.  
Fecharia – Caras; rosto.  
Filarmónica – A polícia apitando.  
Filho da viúva – Copo para beber vinho. Ex.: «Uma viúva e dois *filhos*» é o mesmo que «Uma garrafa e dois copos».  
Finfar – Aplicar; dar; bater; praticar o coito.  
Foca – Pessoa sovina, avarenta.

Focinheira – Cara; fisionomia.  
Folhosa – Carta de jogar.  
Folhoso – Baralho de cartas.  
Folhe das migas – A barriga.  
Formigueiro – Gatuno que furta apenas coisas de pouco valor.  
Fouleiro – Taberneiro.  
Fragata – Mulher excessivamente gorda.  
Francisquinho – Copo de vinho.  
Franginha – Rapariga nova.  
Franja – Mentira; pantominice.  
Franzer – Intrujar; mentir.  
Frasco – O ânus.  
Furo – O acto da cópula.  
Fusca – Polícia.  
Fusco – Agente da polícia.

## G

Galdrana – Meretriz.  
Galdrapinha – *Idem*.  
Gaia – Qualquer mulher, particularmente aquela com quem se faz vida em comum. Gajo – Indivíduo velhaco; astuto; espertalhão; finório.  
Gajo-bom – Homem a quem a prostituta dedica o seu particular afecto.  
Gajo taludo – Homem rico ou ocupando uma posição superior.  
Galdéria – Mulher pública.  
Galdérias – Calças; pernas.  
Galdinas – Calças.  
Galdropar – Cear à custa de outra pessoa.  
Galinheiro – Prisão.  
Galhofeiro – Aquele que se diverte ruidosamente com outras pessoas; zombateiro; folgazão.  
Galopito – Copo pequeno, de dois decilitros.  
Galradeira – A língua.  
Gambéria – Cambapé; trapaça; rixa.  
Gâmbias – pernas.  
Gambuzino – Agente da polícia secreta.  
Gargantosa – Garrafa.  
Garulas – Pernas. Ex.: «Ena! Como ele dá às *garulas!*»  
Gáspia – Bofetada.  
Gateira – Bebedeira.  
Gaudina – Andar na pândega; à boa vida; folgar.  
Gerianta – Taberna ordinária.  
Gesso – Vinho. Já nas Cortes de Almeirim de 1544 foi proibido deitar gesso no vinho.  
Dessa falsificação vem o significado da palavra.  
Gingar – Dar pulos em frente de outra pessoa procurando agredi-la.  
Giraldinha – Patuscada.

Giribato – Vinho.  
Giribati – Aguardente.  
Gregório – Pénis.  
Governanta – Meretriz idosa.  
Grunhideira – A língua.  
Guita – Barbante; soldado da polícia ou da antiga guarda municipal.  
Guitarra – A barriga. Ex.: «Nada de atrevimentos, senão abro-te a guitarra.»

## H

Habitante da torre – Piolho.  
Horar – Fazer horas.  
Hóspede – Piolho do corpo.

## I

Inculcadeira – Alcoviteira.  
Inglês – Percevejo.  
Inguiçar – Enguiçar; transtornar o bom andamento de; deitar mau olhado.

## J

Janota – Que veste à moda; bem posto; catita; peralta.  
Juiz do Bairro Alto – Deus.  
Juntas – Pernas.  
Justas – As calças.

## L

Lambança – Barulho; desordem.  
Lamber o fundo ao tacho – Cair ao chão.  
Lanterna – Garrafa de vinho.  
Largar piada – Cantar.  
Lavado – Quartilho de vinho.  
Lepes – Antiga moeda de dez réis. (Camilo Castelo Branco usa o termo *lépis* no seu livro *Maria da Ponte*).  
Locanda – Baiuca; tasca.  
Lombeira – Lombo; costas.  
Luar – Sol.  
Lumia – Mulher prostituta.  
Lupante – Olho.  
Luzente – O dia.

## M

- Macaca – Carteira de notas.
- Macaco – O pénis; observador insistente da prostituta.
- Macarrão – Pancadaria; espancamento.
- Macóvio – Casaco, especialmente de agasalho.
- Maduro – Pessoa idosa.
- Malote – Mulher prostituta de baixa condição.
- Malagueñas – Canções espanholas parecidas com o fandango.
- Malhar – Bater; dar pancada.
- Mangalho – Pénis.
- Manga de alpaca – Designação dada a um escrevente por usar manga de alpaca para resguardar a manga do casaco.
- Marabuto – Marinheiro.
- Marafona – Mulher desajeitada; sem escrúpulos e sem vergonha.
- Marar – Esfaquear, assassinar.
- Marca – Mulher prostituta.
- Marear – Variante de *marar*.
- Marialva – Indivíduo de família distinta que leva vida dissoluta, convivendo com fadistas e toda a casta de boémios.
- Marimbar – Enganar; ludibriar.
- Marinheiro – Piolho.
- Marmanjo – Indivíduo mariola; patife; tratante; velhaco.
- Marmita – Mulher que sustenta o amante.
- Marreta – Sapato de *salto de prateleira*.
- Martelinho – Copo pequeno, de dois decilitros; pénis.
- Massa – Dinheiro.
- Massudo – Pão de trigo.
- Mechas – O mesmo que melenas.
- Meia-fronha – Meio pão.
- Meio-bordo – Facada.
- Meio-caiado – Água com café para refresco, no Verão.
- Meio-curto – O mesmo que *meio-caiado*.
- Melenas – Cabelos compridos ou desgrenhados; guedelhas.
- Menez – Qualquer homem.
- Meneza – Qualquer rapariga, mas especialmente a que se tem por amante.
- Mesada – Mensalidade.
- Mezinheira – Prática supersticiosa.
- Mezinhice – *Idem*.
- Meter a mão aos arames – Tirar a navalha do bolso.
- Meter os tampos dentro – Desflorar uma virgem.
- Michosa – Cabeça.
- Migalhas de pão com pernas – Piolhos.
- Mijote – Medroso, timorato.
- Mimoso – Chapéu fino.
- Minhocas – Sopa de macarrão.
- Molhar a palavra – Beber; conversar.

Mondonga – Mulher descuidada; porca.  
Monte – Jogo de azar com cartas.  
Morder o pó – Cair morto.  
Morgadinho – O primogénito de uma família.  
Mosqueiro – Casa de habitação.  
Muda – Navalha ou faca.  
Mudar a água às azeitonas – Urinar.  
Mula – Manifestação sifilítica na parte inferior das coxas.  
Mulato – Café com leite.  
Mulher de capote e lenço – Mulher alcoviteira; bisbilhoteira; enredadeira; intrigante. Mulher de vida fácil – Prostituta.  
Mulher do fado – *Idem*.  
Mundaneira – Mulher vagabunda; indomável; amiga da vida airada.

## N

Naifa – Navalha.  
Narceja – Bofetada.  
Negra – Noite.  
Nocturno – Fado aristocratizado, cantado nos «salões» e «praias da moda».  
Nómada – Prostituta que se desloca de um para outro sítio à procura de cliente.

## O

Osso – Pataca (moeda de bronze que valia dois vinténs ou quatro centavos).

## P

Palhada – Caldo.  
Palito – Punhal.  
Palmar – Furtar.  
Pandilha – Pulha; vadio.  
Panela – O ânus.  
Pãozinho – Peralta; janota.  
Pardal – Agente da polícia secreta.  
Pasma – Genericamente designa a polícia ou a guarda municipal. Também significa *sentinela* ou *patrulha*.  
Pataqueira – Meretriz ordinária, da mais ínfima condição.  
Patrajona – Meretriz de soldados que segue um regimento de terra em terra.  
Patrazana – Soldado da guarda municipal.  
Pêssega – A amante.  
Pechincha – *Idem*.  
Pechota – O pénis.

Pécora – Amante; concubina.  
Penates – Casa; lar paterno.  
Pente – A amante.  
Pente varinal – Varina apetitosa.  
Periquito – Piolho.  
Periquitos na salsa – Piolhos nas partes cabeludas.  
Pesada – A mão.  
Petiscar – Zombar; troçar; fazer arrelhar alguém; praticar o coito.  
Petisqueira – Pitéu; petisco.  
Pianinho – guitarra.  
Piar – Beber vinho ou aguardente.  
Pica – Camisola de lã.  
Picada – Facada; navalhada.  
Picadela – O mesmo que *picada*.  
Piegas – Pénis.  
Pildra – Cama.  
Pileca – Cavalo ou pessoa ordinária, magra, esquelética.  
Pingão – Miserável; que anda sempre a pedir; que nada tem de seu.  
Pingente – Finório; espertalhão; malandro.  
Pintassilgo – Piolho.  
Pintassilgos na balseira – Piolhos nas partes sexuais.  
Pio – Bêbado.  
Piolheira – Cabeça.  
Piolhosa – *Idem*.  
Pipão – Copo grande de vinho.  
Pirata – Cabo da polícia.  
Pissalho – Pénis.  
Pitada – Mulher prostituta.  
Piteira – Bebedeira; embriaguez (também se emprega para designar aguardente).  
Pivinha – Idoso com apetites por raparigas novas.  
Pomba – Dinheiro ganho ao jogo.  
Pombinha – O órgão sexual da mulher.  
Prado – Prisão.  
Protegida – Mulher que recebe protecção especial de alguém em troca de favores sexuais.  
Protector – Alguém que dá protecção em troca de favores sexuais; fadistas que protegiam os curiosos que se aventuravam a passar nas vielas de «má fama».  
Proxeneta – Pessoa medianeira em negócio de sexo.  
Prússia – Polícia.  
Pulante – Pulga.  
Punida – Palha; enxerga de prisão.  
Puxadeira – Orelha.  
Puxar pelo rabo à sota – Mostrar-se valente.

## Q

Quarto d'olho – O comissário da polícia.

Quebra-esquinas – Marialva; rufia.  
Queijada – Quantia que recebem das amantes os fadistas ou rufiões;  
doçuras amorosas.  
Questíncula – Questão fútil; discussão sem importância.

## R

Rabeco – Marinheiro.  
Rachão – Bengala grossa.  
Rapozinho – Cheiro especial de certas pessoas que não costumam lavar-se;  
o mesmo que *sovaquinho*.  
Rastantes – Sapatos.  
Rasteira – Jogo especial com a perna que obriga outra pessoa a cair.  
Rata-fia – Genebra.  
Redonda – Saia.  
Refeita – Ceia.  
Requebro – Movimento lânguido ou lascivo; inflexão da voz ou do corpo; galanteio. Risca –  
Alteração da ordem; tumulto; cortadela de navalha.  
Riscar – Determinados gestos do faquista em frente da sua vítima; provocar; desafiar.  
Risco – Traço dado com a navalha; facada.  
Rixa – Disputa; contenda; briga; desordem.  
Rodela – Qualquer moeda, mas especialmente a de 20 réis.  
Rodilha – Gravata.  
Rola – Criada de servir chegada da província e susceptível, por inexperiência,  
de se deixar enganar.  
Rolantear – Esfaquear.  
Romaria – Mulher adúltera.  
Ronda – Jogo de azar.  
Rosca – Moeda.  
Rufia – Alcoviteiro; indivíduo que vive à custa de meretrizes; rufião; fadista.  
Rufião – O mesmo que *rufia*.  
Ruiva – Polícia.  
Rusga – Patrulha; briga; desordem.

## S

Salto de prateleira – Salto raso de sapato com rebordo saliente.  
Samatra – Pénis.  
Sarambia – Masturbação.  
Sarda – Faca.  
Sardado – Esfaqueado.  
Sardinha – Navalha.  
Segurelha – Cabo da polícia.  
Semoque – Tabaco.  
Sombria – Isca de fígado.

Sonante – Dinheiro.  
Suciata – Bombachata; pândega.

## T

Tabernória – Taberna reles; espelunca.  
Tarduncho – Já tarde.  
Tem-tem – Suster-se nas pernas com dificuldade.  
Tiba – Navalha.  
Tibada – Facada.  
Tintura – Vinho.  
Tipo – Chulo.  
Tipóia – Prostituta.  
Tipóias a bater – Carruagens em andamento.  
Tiragens – Calças apertadas.  
Tirar as párias – Tomar a defesa de alguém.  
Tísicas – Calças apertadas.  
Toinar – Não fazer nada; andar à boa vida.  
Tramóia – Artimanha; embuste; ardil.  
Tranzas – Calças.  
Trincar – Enganar; ludibriar.  
Trolha – Bofetada.  
Tronga – Mulher prostituta.  
Trozes – Calças.  
Trunfo – Bofetada; sopapo.  
Tísico – Cigarro delgado.

## U

Um-sete – Navalhada.  
Umas-todas – Bofetadas.  
Unha na palma – Vocação ou tendência para o roubo.

## V

Valdevinos – Vagabundo; vadio; estroina; bargante.  
Vaquice – Ter cópula com algum amigo do marido ou do amante.  
Vequeira – Mulher com quem se tem cópula.  
Verde limo – Prisão.  
Verdoso – Sangue.  
Vermelhinha – Jogo doloso com cartas.  
Verónica – Cara.  
Versos de pé-quebrado – Versos cantados de improviso.

Vindimado – Assassinado; morto.  
Vindimar – Assassinar; matar; roubar.  
Virar – Assassinar; matar.  
Virado – Morto.  
Vitelo – Libra; pênis.

X

Xelindró – Prisão; cadeia.

Z

Zaré – Embriagado.  
Zenir – Produzir ruído contínuo

# BIBLIOGRAFIA

## 1. ESTUDOS (Apoio metodológico e teórico)

Alvarenga, Alberto e Maltcheff, Jacques, «L'Espace Social, Nouveau Paradigme?», in *Espaces et Sociétés*, n.º 34-35, Julho-Dezembro de 1980.

Asenjo, Enrique Jiménez, *Abolicionismo y Prostitución*, Reus, S. A., Madrid, 1963.

Bell, Daniel, «Carisme as an American Way of Life», in *End of Ideology*, The Free Press of Glencoe, Inc., Nova Iorque, 1963.

Bloomfield, Leonard, *Le Langage*, Payot, Paris, 1970.

Castells, M., *La Cuestión Urbana*, Siglo XXI, Madrid, 1976 (2.ª edição).

Catton, William, *From Animistic to Naturalistic Sociology*, McGraw Book Company, Nova Iorque, 1966.

Corbin, Alain, *Les Filles de Noce*, Flammarion, Paris, 1982.

Dalton, Roque, *Las Historias Prohibidas del Purgatorio*, Siglo XXI, México, 1974.

Davis, Kingsley, «Prostitution», in Merton e Nisbet, *Contemporary Problems*, Harcourt, Brace and World, Inc., Nova Iorque, 1961.

Durban, P., *Psychologie des Prostituées*, Maloine, Paris, 1969.

Etzioni, Amitai e Eva, *Los Cambios Sociales*, Fondo de Cultura Económica, México, 1979 (2.ª edição).

Franco, J. J. Cebrían, *Prostitución y Sociedad*, A. T. E., Barcelona, 1977.

Foucault, Michel, *Historia de la Sexualidad*, Siglo XXI, Madrid, 1980 (3.ª edição).

Freud, Sigmund, «Aportaciones de la Psicología a la Vida Erótica», in *Obras Completas*, Biblioteca Nueva, Madrid, 1967,

Garmadi, Juliete, *La Sociolinguistique*, P. U. F., Paris, 1981. (Tradução portuguesa: Introdução à Sócio-Linguística, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1983).

González, Francisco Torres (Coordenador), *Los Marginados en España*, Editorial Fundamentos, Madrid, 1978.

Greimas, Algirdas, *Sémiotique et Sciences Sociales*, Seuil, Paris, 1976.

Gumperz, J. John, «Types of Linguistic Communities», in *Readings in the Sociology of Language*, Mouton, Haia, 1972.

Haecht, A. Van, *La Prostituée, Statut et Image*, Éditions de l'U. L. B., Bruxelas, 1973.

Haecht, A. Van, «Sociologie de la Déviance et Sociologie de la Prostitution», in *Recherches Sociologiques*, vol. VIII, n.º 3, 1977, pp. 301-322.

Izard, Michel e Smith, Pierre, *La Fonction Symbolique*, Bibliothèque des Sciences Humaines, Éditions Gallimard, Paris, 1979.

Jaget, Claude, *Une Vie de Putain*, Les Presses d'Aujourd'hui, 1975.

Lagarte, Juan, *Sociología de la Prostitución*, Buenos Aires, 1945.

Ledrut, R., *L'Espace en Question*, Ed. Anthropos, 1977.

- Ledrut, R., *La Révolution Cachée*, Ed. Casterman, 1979.
- Lefebvre, H., *La Production de l'Espace*, Ed. Anthropos, 1974.
- Lemert, Edwin, *Social Pathology*, McGraw-Hill Book Company, 1951.
- Maffesoli, Michel, «La Prostitution Comme 'forme' de Socialité», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. 76, Janeiro-Junho de 1984.
- Mancini, Jean Gabriel, *Prostitución y Proxenetismo*, Edit. Diana, México, 1965.
- Maltcheff, Jacques e Alvarenga Alberto, «L'Espace Social, Nouveau Paradigme?», in *Espaces et Sociétés*, n.º 34-35, Julho-Dezembro de 1980.
- Martinet, André, *Éléments de Linguistique Générale*, Armand Colin, Paris, 1960.
- Martinez, Rosa M.<sup>a</sup> Capel, «La Prostitución en España: Notas para un Estudio Socio--Histórico», in *Mujer y Sociedad en España (1700-1975)*, (várias autoras), Dirección General de Juventud y Promoción Socio-Cultural, Madrid, 1982.
- Matza, David, *Becoming Deviant*, Prentice Hall, Inc., Englewood Cliffs, N. J., 1969.
- Millet, K., *La Prostitution. Quatuor, pour Voix Féminines*, Denoël-Gauthier, Collection Femme, Paris, 1972.
- Mora, Enrique, *Nuestra Prostitución*, Editorial Alvarellos, Lugo, 1980.
- Moscovici, S., *Psicología de las Minorías Activas*, Ediciones Morata, Madrid, 1981.
- Natanson, M., *Philosophy of the Social Sciences*, Random House Inc., Nova Iorque, 1963.
- Patiño, Rafael Acosta, *Criminología de la Prostitución*, Realidad Actual, Madrid, 1979.
- Quintanilla, Ana Maria e Romero, Lourdes, *Prostitución y Drogas*, Editorial Trillas, México, 1977.
- Rocher Guy, *Introdução à Sociologia*, Ed. Presença, Lisboa, 1973.
- Romero, Lourdes e Quintanilla, Ana Maria, *Prostitución y Drogas*, Editorial Trillas, México, 1977.
- Sacotte, Marcel, *La Prostitución*, Edit. Fontanello, Barcelona, 1964.
- Smith, Pierre e Izard, Michel, *La Fonction Symbolique*, Bibliothèque des Sciences Humaines, Éditions Gallimard, Paris, 1979.
- Sperber, D., *Le Symbolisme en Général*, Hermann, Paris, 1974.
- Tyryakian, Edward A., *On the Margin of the Visible: Sociology, the Esoteric, and the Occult*, Wiley Interscience, Nova Iorque, 1974.
- Ussel, J. Van, *Histoire de la Répression Sexuelle*, Laffond, Paris, 1972.
- Wright, Edmond, «Sociology and the Irony Model», in *Sociology*, vol. XII, n.º 3, Setembro de 1978, (Clarendon Press, Oxford).

## 2. FONTES

Abreu, Manuel Pedro, ... *Da Tragédia Social*, Lisboa, 1919.

Aça, Zacharias d', *Lisboa Moderna*, Lisboa, 1906.

Aguilar, Artur de (El Chulo), *Panorama*, Lisboa, 1900.

Almeida, Fialho de, *Cidade do Vício*, Lisboa, 1922 (2.<sup>a</sup> edição).

Almeida, Fialho de, *Estâncias de Arte e de Saudade*, Lisboa, 1921.

Almeida, Fialho de, *Os Gatos*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1951, 9.<sup>a</sup> edição, data da 1.<sup>a</sup> edição: 1892].

Almeida, Fialho de, *Jornal dum Vagabundo*, Lisboa, 1915 (2.<sup>a</sup> edição).

Almeida, Fialho de, *Lisboa Galante*, Lisboa, 1920 (3.<sup>a</sup> edição).

Almeida, Mário de, *Lisboa do Romantismo*, Lisboa, 1917.

Álvares, *Cenas nas Ruas*, Porto, 1904 (2.<sup>a</sup> edição).

Azevedo, Francisco Pereira de, *História da Prostituição e Polícia Sanitária do Porto*, Porto, 1864.

Bastos, A. Sousa, *Lisboa Velha, Sessenta Anos de Recordações (1850 a 1910)*, Lisboa, 1947.

Bessa, Alberto, *Gíria Portuguesa*, Lisboa, 1901.

Biancardi, Teodoro José, *Cartas Americanas*, Lisboa, 1820.

Bordalo, Francisco Maria, *Viagem à Roda de Lisboa*, Lisboa, 1855.

Botelho, Abel, *Patologia Social (vários volumes)*, Lisboa, 1924.

Bragança, João António Fernandes, *Breves Considerações sobre a Prostituição*, Lisboa, 1875.

Brandão, Raul, *Memórias*, Lisboa, 1925.

Brazão, Arnaldo, *Abolição do Registo Policial de Meretrizes*, Lisboa, 1926.

Brazão, Arnaldo, «Breve Relato do Congresso Feminista e de Educação», separata de *Alma Feminina*, Lisboa, 1924.

Brazão, Arnaldo, *Congresso Abolicionista Português (Contra a Prostituição Regulamentada)*, Relatório, Lisboa, 1927.

Brazão, Arnaldo, *O Direito de Ser Mãe. Abolição da Revista Sanitária de Meretrizes*, Lisboa, 1929.

Brazão, Arnaldo, *Homenagem às Relatoras de Teses do Primeiro Congresso Feminista Português*, Lisboa, 1925.

Brazão, Arnaldo, *A Prostituição de Menores*. Tese Apresentada ao 2.<sup>o</sup> Congresso Feminista Promovido pelo Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas, Lisboa, 1928.

Brazão, Arnaldo, *A Prostituição Infantil*. Tese Apresentada ao Congresso Internacional Abolicionista de 1927, Anvers, Bélgica, Lisboa, 1928.

Cabete, Adelaide, *Relatório do Congresso Internacional Feminista de Roma*, Lisboa, 1923.

Cabete, Adelaide, *Relatório do Congresso Internacional Feminista de Washington*, Lisboa, 1926.

- Cabral, Carlos de Moura, *Lisboa Alegre*, Lisboa, 1910 (2.<sup>a</sup> edição).
- Caeiro, Manuel Janeiro Bento, *O Gran-Duque de Sintra em Lisboa (Costumes de Lisboa no século XIX)*, Lisboa, 1931.
- Câmara, D. João da, *Rosa Enjeitada*, Lisboa, 1929.
- Câncio, Francisco, *Aspectos de Lisboa no Séc. XIX*, Lisboa, 1939.
- Câncio, Francisco, *Coisas e Loisas de Lisboa Antiga*, Lisboa, 1951.
- Câncio, Francisco, *Lisboa, Figuras e Casos do Passado*, Lisboa, 1942-1943.
- Câncio, Francisco, *Lisboa no Tempo do Passeio Público*, Lisboa, 1962.
- Câncio, Francisco, *Lisboa, Tempos Idos*, Lisboa, 1968.
- Cardia, Mário (em colaboração com Aureliano da Fonseca), *La Prostitution dans la Ville de Porto, Son État Actuel*, Porto, 1960.
- Carmo, José Pedro do, *Evocações do Passado*, Edição da Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1943.
- Carvalho, Pinto de, *História do Fado*, Lisboa, 1903, [reedição nas Publicações Dom Quixote, «Portugal de Perto», Lisboa, 1982].
- Carvalho, Pinto de, *Lisboa de Outrora*, Edição do Grupo «Amigos de Lisboa», Lisboa, 1938.
- Carvalho, Pinto de, *Lisboa de Outros Tempos*, Lisboa, 1898.
- Castilho, Júlio de, *O Bairro Alto de Lisboa*, Lisboa, s.d.
- Castilho, Júlio de, *Lisboa Antiga. O Bairro Alto*, Lisboa, 1966 (3.<sup>a</sup> edição).
- Castro, Francisco de, *Ronda de Lisboa*, Lisboa, 1923.
- Castro, D. João de, *A Comédia de Lisboa. Aventuras, Fantasias e Impressões d'um Forasteiro. Aspectos Modernos duma Cidade Antiga, Figuras e Figurinhas, Factos e Costumes*, Lisboa, 1920.
- Corvo, João de Andrade, *Calcanhares: Um Ano na Corte*, Porto, 1863 (2.<sup>a</sup> edição).
- Costa, Alberto Mário de Sousa, *Os Meus Pecados*, Lisboa, 1910.
- Costa, Júlio de Sousa e, *Severa*, Lisboa, 1939.
- Costa, Mário, *Feiras e Outros Divertimentos Populares de Lisboa. História, Figuras, Usos e Costumes*, Lisboa, 1950.
- Cruz, Francisco Ignacio dos Santos, *Da Prostituição na Cidade de Lisboa, ou Considerações históricas, higiénicas e administrativas em geral sobre as Prostitutas e em especial na referida cidade: com a exposição da legislação portuguesa a seu respeito e proposta de medidas regulamentares, necessárias para a manutenção da Saúde Pública e da Moral*, Lisboa, 1841.
- Dantas, Júlio, *Lisboa dos Nossos Avós*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, Lisboa, 1966.
- Dias, Carlos Malheiro, *Cartas de Lisboa*, Lisboa, 1905.
- Ferrão, Julieta, *Lisboa... 1870!*, Editorial Império, Lisboa, 1943.

- Ferreira, Armando, *Lisboa sem Camisa*, Livraria Editora Guimarães, Lisboa, 1935 (4.<sup>a</sup> edição).
- Fogaça, Braz, *Os Marialvas*, Lisboa, 1876.
- Fonseca, Ângelo da, *Da Prostituição em Portugal*, Porto, 1902.
- Fonseca, Aureliano Baptista da (em colaboração com Mário Cardia), *La Prostitution dans la Ville de Porto, Son État Actuel*, Porto, 1960.
- Fonseca, Aureliano Baptista da, *Prostituição. Esboço de sua Evolução no Mundo e em Portugal. Alguns Aspectos da Prostituição no Porto*, Porto, 1964.
- Frazão, João Baptista, *Prostituição e Contágio Venéreo*, Lisboa, 1901.
- Freire, João Paulo, *Lisboa do Meu Tempo e do Passado*, Lisboa, 1930.
- Garção, Salema (pseud. de Aleixo Alonso), *Dicionário de Vocábulo Esquisitos que O Uso Tem Feito Admitir*, Lisboa, 1885.
- Gaio, Afonso, *Os Novos. Romance da Vida Boémia*, Lisboa, 1913.
- Gallis, Alfredo, *Amor ou Farda*, Lisboa, 1907.
- Gallis, Alfredo, *A Baixa. Lisboa no Séc. XIX*, Lisboa, 1900.
- Gallis, Alfredo, *Cartas de um Japonês de Lisboa para Tóquio...*, Lisboa, 1907.
- Gallis, Alfredo, *Casa de Hóspedes*, Lisboa, 1903.
- Gallis, Alfredo, *Mulheres Perdidas*, Lisboa, 1931.
- Gallis, Alfredo, *A Taberna*, 1902.
- Gamboa, Albertina, *Pornografia, Tese Apresentada ao Congresso Abolicionista Português*, Lisboa, 1927.
- Gante, Emílio, *História Popular da Prostituição*, Lisboa, 1910.
- Gião, Armando, *Contribuição para o Estudo da Prostituição em Lisboa*, Lisboa, 1891.
- Gomes, Augusto Bogalho, *História Completa da Prostituição*, Lisboa, 1913.
- Gomes, José Sousa, *Lisboa – Da Sua Vida e da Sua Beleza*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1937.
- Gomes, Manuel João (selecção e notas), *Os Bons Velhos Tempos da Prostituição em Portugal. Antologia da História e Documentos Colhidos na História da Prostituição em Portugal, de Alfredo Amorim Pessoa (1877)*, Lisboa, 1976.
- Guimarães, Delfim, *Lisboa Negra*, Lisboa, 1893.
- Guimarães, Júlio, *Os Amores da Severa e do Conde de Vimioso*, Lisboa, s.d.
- Guimarães, Júlio, *Anedotas Brejeiras em Verso*, Lisboa, s.d.
- Guimarães, Júlio, *O Casamento do Cabo d'Ordlens*, Lisboa, s.d.
- Guimarães, Júlio, *O Cochicho da Menina ou os Amores da Costureira com o Tomé Sarago*, Lisboa, 1934.
- Guimarães, Júlio, *Conselhos que a Mãe Dava à Filha para não Arranjar Derricho*, Lisboa, s.d.

Guimarães, Júlio, *Fados Brejeiros*, Lisboa, s.d.

Guimarães, Júlio, *Fados para Rir...*, Lisboa, s.d.

Guimarães, Júlio, *Guitarra da Mouraria*, Lisboa, s.d.

Guimarães, Júlio, *História do Fado*, Lisboa, s.d.

Guimarães, Júlio, *A Maldade das Mulheres e a Bondade dos Homens*, Lisboa, s.d. Ignotus, *Lisboa Triste*, Porto, 1916.

Júnior, A. Teixeira, *Mulheres, não Procrieis!*, Lisboa, 1912.

Kotnay, A., John Bull e Zé Povinho, *Análise à Vida Portuguesa*, Porto, 1918.

Landolt, Cândido, A., «Vocabulário Popular de Alguns Termos Usados pelos Fadistas do Porto», in *Revista do Minho*, Barcelos, 1878.

Lapa, Albino, *A Prostituição*, Lisboa, 1940.

Lapa, Albino, *A Prostituição. Subsídios para o Seu Combate e para a Sua História*, Lisboa, 1949.

Lemos, Alfredo Tovar de, *O Dispensário de Higiene Social de Lisboa, (Relatórios de 1930 a 1940)*, Imprensa Nacional de Lisboa, Lisboa (vários anos).

Lemos, Alfredo Tovar de, *Estudo Antropológico da Prostituta Portuguesa*, Lisboa, 1908.

Lemos, Alfredo Tovar de, *Inquérito Acerca da Prostituição e Doenças Venéreas em Portugal*, Lisboa, 1953.

Lemos, Alfredo Tovar de, *Relatório dos Serviços Referentes à Prostituição (vários anos)*.

Lemos, Alfredo Tovar de, *O Serviço de Assistência Social*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1932.

Lemos, Alfredo Tovar de, *Serviço de Inspeção de Toleradas em 1932*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1933.

Lemos, Alfredo Tovar de, *Serviço de Inspeção de Toleradas em 1933*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1934.

Lemos, Alfredo Tovar de, *Serviço de Inspeção de Toleradas em 1934*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1935.

Lessa, Almerindo de Vasconcelos, *Sobre a Sífilis Feminina em Portugal*, Lisboa, 1941.

Lobo, Eduardo de Barros, *Viagens no Chiado. Apontamentos de Jornada de um Lisboaeta através de Lisboa*, Porto, 1887.

Lopes, João Baptista da Silva, *História do Cativoiro dos Presos d' Estado na Torre de S. Julião da Barra de Lisboa (4 volumes)*, Lisboa, 1833-34.

Lucena, Armando de, *Arte Popular. Usos e Costumes Portugueses*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1944.

Luís, Pepe, *Fado, Mulheres e Toiros*, Livraria Popular, Lisboa (1945).

Macedo, Lino, *A Bandeira*, Lisboa, 1897.

Machado, Alberto Victor, *Fado das Salas e Fado das Ruas*, Lisboa, 1928.

Machado, F. e Totta Alberto, *Recordações duma Colonial. Memórias da Preta Fernanda*, Lisboa, 1912.

Machado, Júlio César (em colaboração com Roque Gameiro), *Álbum dos Costumes Portugueses*, Lisboa, s.d.

Machado, Júlio César, *O Arraial*, Lisboa, 1867.

Machado, Júlio César, *Da Loucura e das Manias em Portugal*, Lisboa, 1871.

Machado, Júlio César, *Lisboa de Ontem*, Lisboa, s.d.

Machado, Júlio César, *Lisboa na Rua*, Lisboa, 1874.

Machado, Júlio César, *Quadros do Campo e da Cidade*, Lisboa, s.d.

Machado, Júlio César, *A Vida Alegre*, Lisboa, 1880.

Machado, Júlio César, *A Vida em Lisboa*, Lisboa, 1901.

Mântua, Bento, Fado, *Lisboa*, 1915.

Mântua, Bento e Sampaio, Albino Forjaz de, *O Livro das Cortesãs*, Lisboa, 1917.

Martins, Francisco da Rocha, *Flor da Murta*, Lisboa, s.d.

Martins, Francisco da Rocha, *Lisboa de Ontem e de Hoje*, Empresa Nacional de Publicidade, Lisboa, 1945.

Martins, Francisco da Rocha, *A Madre Paula*, Lisboa, s.d.

Melo, Francisco Manuel de, *Carta de Guia de Casados*, (várias edições).

Melo, Tomás de, *Boémia Antiga*, Lisboa, 1897.

Melo, Tomás de, *A Espera de Touros em Carriche*, Lisboa, 1897.

Meneses, Bourbon e, *Sua Graça é Lisboa*, Lisboa, 1944.

Mesquita Alfredo (Compilador), *Lisboa, Empresa da História de Portugal*, Lisboa, s.d.

Mesquita, Marcelino de, *Pérola*, Lisboa, 1933 (2.<sup>a</sup> edição).

Michel, Francisco, *Fr. Paulo ou os Doze Mistérios*, Lisboa, 1844.

Moita, Luís, O Fado, *Canção dos Vencidos*, Lisboa, 1936.

Monteiro, João, *A Estrada de Sacavém*, Edição dos «Amigos do Livro», Lisboa, 1952.

Moreira, Eduardo, *Moral Única*, Porto, 1929.

Moniz, António Caetano de Abreu Freire Egas, *A Vida Sexual*, Lisboa, 1931.

Negreiros, José de Almada, *A Engomadeira*, Lisboa, 1917.

Negreiros, José de Almada, *Nome de Guerra*, Lisboa, s.d.

Neves, Azevedo, *As Matriculadas Existentes em Portugal em 31 de Dezembro de 1926*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1928.

Neves, Azevedo, *Vida Miserável*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1926.

Noronha, Eduardo de, *Estroinas e Estroinices*, Lisboa, 1922.

Noronha, Eduardo de, *A Sociedade do Delírio*, Lisboa, 1922.

- Oliveira, Cavaleiro Francisco Xavier de, *O Galante Século XVIII*, Livraria Bertrand, Lisboa, s.d.
- Ortigão, José Duarte Ramalho, *Correio de Hoje, 1870-1871*, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1948.
- Osório, António, *A Mitologia Fadista*, Horizonte, Lisboa, 1974.
- Osório, Paulo, Lisboa. *Crónicas Imorais*, Porto, 1908.
- Osório, Pedro, *Lisboa*, 1919.
- Palmeirim, Luís Augusto, *Os Excêntricos do Meu Tempo*, Lisboa, 1891.
- Pastor Macedo, Luís, *Lisboa de Lés a Lés*, Lisboa, 1940.
- Pastor Macedo, Luís, *Lisboa de Outrora*, Lisboa, 1938.
- Pastor Macedo, Luís, *Tempos que Passaram*, Lisboa, 1940.
- Pereira, José Acúrcio do Carmo, *Lisboa*, 1899, Lisboa, 1950.
- Pessoa, Alfredo Amorim, *História da Prostituição em Portugal*, Lisboa, 1887.
- Pimentel, Alberto, *Fotografias de Lisboa*, Porto, 1874.
- Pimentel, Alberto, *Princesa de Boivão*, Lisboa, 1897.
- Pinto, Alfredo de Moraes, *Noites de Inverno*, Lisboa, 1910.
- Pinto, Maria José V. Lima de Sousa, *O Problema da Prostituição*, Porto, 1952.
- Pires, A. Tomaz, *Cantos Populares Portugueses*, Elvas, 1910.
- Rodrigues, R., *Subsídios para o Estudo do Problema Penal e Prisional Português*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1949.
- Rojas, Fernando de, *La Celestina, Espasse Calpe*, Buenos Aires, 1943 (2.<sup>a</sup> edição).
- Sampaio, Albino Forjaz de, *Gente da Rua*, Lisboa, 1914.
- Sampaio, Albino Forjaz de, *Lisboa Trágica (Aspectos da Cidade)*, Lisboa, 1910.
- Sampaio, Albino Forjaz de, e Mântua, Bento, *O Livro das Cortesãs*, Lisboa, 1917.
- Santos, Carlos Oliveira, «Prostituição em Portugal nos Séculos XIX e XX», in *História*, n.º 41, Publicações Projornal, Março de 1982, pp. 2-21.
- Schwalback, Fernando, *Lisboa a Nu. Vidas, Tipos e Costumes*, Lisboa, 1912.
- Schwalback, Fernando, *O Vício em Lisboa*, Lisboa, 1912.
- Segurado, Jorge, *Lisboa no Passado e no Presente*, Lisboa, s.d.
- Sequeira, Gustavo de Matos, *Tempo Passado*, Lisboa, 1923.
- Silva, António Manuel Policarpo da, *O Piolho Viajante*, Estúdios Cor, Lisboa, 1973 (a obra data de inícios do século XIX e está prefaciada nesta edição por João Palma Ferreira).
- Sousa, Avelino de, *Bairro Alto*, Lisboa, 1944.
- Sousa, José de Saldanha Oliveira e, *Escravidão Branca, Memória Apresentada ao Congresso Católico Internacional nos dias 25 a 28 de Junho de 1895*, Lisboa, 1896.

Totta, Alberto e Machado, F., *Recordações duma Colonial. Memórias da Preta Fernanda*, Lisboa, 1912.

Trigueiros, Luís, *Notas à Margem do «Diário de Notícias»*, Lisboa, 1912.

Velloso, José Maria Queiroz, «Gíria», in *Revista de Portugal*, Novembro de 1890.

Veloso, Rodrigo, *Aspectos de Lisboa*, Lisboa, 1911.

Zamacois, Eduardo, *Memórias de uma Cortesã*, s.d.

## BIBLIOGRAFIA DE AUTORES NÃO ESPECIFICADOS

*Cancioneiro do Bairro Alto*, Cádiz, 1876.

*A Celestina Industrial*, Lisboa, 1784.

*Elementos de Ciência Social ou Religião Física, Sexual e Natural. Exposição da verdadeira causa e do único remédio dos três principais males sociais. A pobreza, a prostituição e o celibato*, Lisboa, 1876.

*História da Prostituição*, Porto, 1898.

*Regulamento Policial das Meretrizes*, Lisboa, (anos de 1858, 1865 e 1900).

## PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

### BOLETINS

*Boletim da Sociedade das Ciências Médicas* (1871).

*Boletim de Saúde e Higiene da Câmara de Lisboa* (1887).

*Boletim Oficial do Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas*.

*Colecção Oficial da Legislação Portuguesa*.

*Polícia Civil de Lisboa. Mapas Estatísticos*.

### JORNAIS E REVISTAS

*Alma Feminina*, Lisboa, 1924.

*António Maria (O)*, Lisboa, 1879-1898.

*Arquivo Pitoresco*, Lisboa, 1857-1868.

*Batalha (A)*, Lisboa, 1923-1926.

*Boémio (O)*, Lisboa, 1900-1908.

*Comércio do Porto (O)*, Porto, 1869-1919.

*Diário da Manhã*, Lisboa, 1876-1914.

*Diário de Notícias*, Lisboa, 1864-1926.  
*Diário Ilustrado*, Lisboa, 1872-1925.  
*Época*, Lisboa, 1882-1925.  
*Fado (O)*, Lisboa, 1923-1926.  
*Folha do Povo*, Lisboa, 1897-1921.  
*Ilustração Portuguesa*, Lisboa, 1884-1926.  
*Imparcial*, Lisboa, 1887-1925.  
*Lira do Fado (A)*, Lisboa, 1870-1910.  
*Lisboa Mundana*, Lisboa, s.d.  
*Luta (A)*, Lisboa, 1894-1920.  
*Mundo (O)*, Lisboa, 1882-1927.  
*Pimpão (O)*, Lisboa, 1875-1910.  
*Rebate (O)*, Lisboa, 1877-1889.  
*República*, Lisboa, 1880-1911.  
*Século*, Lisboa, 1887-1926.  
*Tarde (A)*, Lisboa, 1889-1925.  
*Vanguarda*, Lisboa, 1880-1916.